

# Labor



## Sumário

### Artigos

CAPITALISMO, ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO E  
TECNOLOGIA DA PRODUÇÃO E SEUS IMPACTOS NA  
QUALIFICAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO

Jean Mari Felizardo

[PDF](#)  
1-27

O CONCEITO GRAMSCIANO DE "REVOLUÇÃO  
PASSIVA" E O ESTADO BRASILEIRO.

Antonia de Abreu Sousa

[PDF](#)  
28-40

OS LIMITES DA AÇÃO DO ESTADO EM FAVOR DA  
CLASSE PROLETÁRIA

Maria Fernanda da Silva

[PDF](#)  
41-58

MUDANÇAS NO MUNDO DO TRABALHO E O NOVO  
DISCURSO PEDAGÓGICO DO CAPITAL

Francisco José Lima Sales

[PDF](#)  
59-68

POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO E SAÚDE FRENTE ÀS  
METAMORFOSES DO SISTEMA CAPITALISTA PARA  
EXPANSÃO NEOLIBERAL.

Vanessa Gomes da Silva

[PDF](#)  
69-81

REFLEXÃO SOBRE O PROCESSO DE TRABALHO NA  
ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA (ESF).

Rodolpho Fernandes de Souza, Ana Lúcia Abrahão

[PDF](#)  
82-95

TRABALHO E EDUCAÇÃO: AMBIENTE, RELAÇÕES DE  
TRABALHO E SAÚDE DOS PROFISSIONAIS  
(PROFESSORES) DA EDUCAÇÃO DE ALTAMIRA.

Rozinaldo Ribeiro da Silva, Verusa Almeida da Silva

[PDF](#)  
96-113

### Resenha

Conhecimento, Riqueza e Política: um estudo sob a  
ótica da teoria social de Marx e da Filosofia da Práxis  
de Gramsci

Sandra Regina Paz da Silva

[PDF](#)  
114-116

## **CAPITALISMO, ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO E TECNOLOGIA DA PRODUÇÃO E SEUS IMPACTOS NA QUALIFICAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO**

## **CAPITALISM, ORGANIZATION OF THE WORK AND TECHNOLOGY OF THE PRODUCTION AND YOUR IMPACTS IN THE QUALIFICATION OF THE MANPOWER**

Jean Mari Felizardo<sup>1</sup>

### **RESUMO**

Este artigo aborda um estudo teórico sobre capitalismo, organização do trabalho e tecnologia da produção e seus impactos na qualificação da força de trabalho. Para tanto, a metodologia utilizada foi de caráter exploratório, efetuando uma revisão de literatura sobre os temas e um confronto teórico entre as possibilidades compreensivas dos processos históricos. Constatou-se como considerações que há uma relação entre avanço tecnológico industrial (automação e robótica) e qualificação (conhecimentos técnicos específicos) para o posto de trabalho e que estão estritamente ligadas à dinâmica do gerenciamento e controle pelo capital.

**PALAVRAS-CHAVE:** Capitalismo - Qualificação profissional – Tecnologia industrial.

### **ABSTRACT**

This article approaches a theoretical study on capitalism, organization of the work and technology of the production and your impacts in the qualification of the manpower. For so much, the used methodology was of exploratory character, making a literature revision on the themes and a theoretical confrontation among the understanding possibilities of the historical processes. It was verified as considerations that there is a relationship among industrial technological progress (automation and robotics) and qualification (specific technical knowledge) for the work position and that are strictly linked to the dynamics of the administration and control for the capital.

**KEYWORDS:** Capitalism - Industrial technology - Professional qualification.

## **1 INTRODUÇÃO**

Na lógica de produzir mercadorias, o capital busca intensificar a produtividade do trabalhador. Essa intensificação consiste na redução do tempo de trabalho necessário e prolongamento do tempo de trabalho não pago, em que o trabalhador continua a produzir (MARX, 1982).

Na fábrica, a divisão do trabalho em tarefas cada vez menores exige do trabalhador especialidade, domínio específico sobre determinada atividade. O trabalho, dividido em parcelas cada vez menores, implica na desqualificação do trabalhador. A parcelarização do trabalho corresponde à pulverização do saber científico e técnico do trabalhador.

A especialização e a fragmentação laborais foram intensificadas na vigência da organização do trabalho de base fordista-taylorista, predominante ao longo de quase todo o século XX, pois a extração e o fracionamento do saber do trabalhador conheceram a sua forma mais aperfeiçoada com a gerência científica desenvolvida por Taylor (1970), e o fracionamento na execução do trabalho tornou-se rotina com o modelo organizacional adotado por Henry Ford, em suas fábricas automobilísticas.

O taylorismo e o fordismo são frequentemente utilizados como sinônimos, pois se complementaram e transformaram a forma de produzir e viver. A decomposição e a especialização de tarefas resultaram na diferenciação entre a força de trabalho especializada e não especializada.

A principal diferença entre as duas linhas é que o taylorismo decompõe tarefas e as distribui entre os trabalhadores individuais, ao passo que o fordismo recompõe as tarefas, "soldando" os trabalhadores individuais e fazendo deles máquinas humanas.

O taylorismo-fordismo supõe uma intervenção mínima do operário no processo de produção. A exigência de trabalhadores qualificados é restringida pela própria característica das atividades na produção, ou seja, a qualificação para realizar tarefas repetitivas e com pouco conhecimento agregado é mínima.

A automatização eletromecânica dos processos no fordismo foi muito influenciada pelas ideias de Taylor (1970), de especialização dos operários e separação de "mãos e mentes" (quem pensa não executa e quem executa não pensa). Com a introdução da linha de montagem, o fordismo conseguiu garantir ao capital a determinação autoritária da cadência do trabalho, por intermédio da submissão dos trabalhadores à velocidade da linha de produção. Essa cadência do trabalho, fundamentada no rendimento individual, fez com que a extração da mais-valia ocorresse numa base mais ampla do que por meio da administração científica proposta por Taylor.

No início da década de 1970, desponta no cenário capitalista o modelo de produção desenvolvido inicialmente pela Toyota na década de 1940. Segundo Ohno (1997), um dos aspectos inovadores do toyotismo foi a introdução da necessidade de um trabalhador operar simultaneamente diferentes máquinas, característica muito comum na indústria têxtil. Este sistema de produção é decorrente também de uma necessidade econômica do Japão, após a Segunda Guerra, que precisava fazer crescer sua produção sem aumentar o contingente de mão de obra.

O surgimento do toyotismo não esteve associado a tecnologias industriais, pois a Toyota utilizava maquinário considerado ultrapassado em outros países. Neste caso, prevalecia a intensificação do ritmo de trabalho e o manejo de várias máquinas, eliminando os "tempos mortos".

Em diversos países capitalistas, o toyotismo foi recebido com euforia pelas empresas e associou-se ao cenário de tecnologias industriais presentes nas ditas economias de "primeiro mundo" e de algumas regiões do "terceiro mundo". Essa associação entre o toyotismo, tecnologias industriais e mobilidade do capital entre países ou regiões caracterizam a chamada acumulação flexível (HARVEY, 1994), apresentando alterações na organização do trabalho produtivo e rearranjos denominados de reestruturação produtiva (TEIXEIRA, 1998).

A reestruturação produtiva pode ser interna, ou seja, ocorre dentro da empresa, com modificações no ambiente de trabalho, oferecendo visualização e ao mesmo tempo isolamento dos trabalhadores em pequenas células; redução das gerências ou queda da verticalidade entre chefias e

subordinados valorizados pelo taylorismo, entre outros. No plano externo, a reestruturação produtiva corresponde à mobilidade das empresas entre diferentes países ou entre as regiões de um mesmo país.

De acordo com Maranhão (2008), um dos motivos da mobilidade entre regiões de um mesmo país ocorre em razão dos atrativos fiscais oferecidos por essas regiões. Esses atrativos são praticados pelo menos desde a década de 1960, mas a partir de 1990 se generalizaram, provocando o acirramento da guerra fiscal no Brasil, com disputa por novos investimentos.

Portanto, com base nesse constructo, esse artigo tem como objetivo apresentar um breve apanhado da literatura sobre capitalismo, organização do trabalho e tecnologia da produção e suas influências na qualificação da força de trabalho.

Para efeito do presente artigo, compreende-se como qualificação os conhecimentos específicos que o trabalhador tem sobre os processos produtivos e as máquinas para atingir metas. Há a referência mais ampla do termo qualificação no sentido de relação social entre os agentes sociais, que envolve a propriedade, significado e uso dos conhecimentos, saberes, competências, habilidades, necessários a uma profissão, ocupação ou atividade de trabalho, no entanto não será abordado essa relação neste estudo.

Em relação aos procedimentos metodológicos para a realização deste artigo, têm-se que o estudo é fundamentalmente qualitativo, de caráter exploratório, pois fez-se a busca do conhecimento teórico adequado por meio do estudo bibliográfico e confronto teórico entre as possibilidades compreensivas dos processos históricos.

## **2 CAPITALISMO, ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO E TECNOLOGIA DA PRODUÇÃO**

Nesta seção será apresentado o estudo teórico sobre capitalismo, organização do trabalho e tecnologia da produção e seus impactos na qualificação da força de trabalho.

## 2.1 A FORÇA DE TRABALHO E O CAPITAL

A força de trabalho como mercadoria no mercado é prerrogativa de produção capitalista. É nele que a força de trabalho é negociada, ou seja, é ali que o trabalhador livre vê sua força de trabalho se transformar em mercadoria em contrapartida por algo chamado salário. Marx (1982) explica que existe o tempo de trabalho necessário – que é aquele que o salário paga – e o tempo de trabalho excedente – que permite ao empregador adquirir capital às custas do trabalhador. Isso cria a lei da mais-valia.

Em relação à caracterização da força de trabalho ao longo do tempo, Marx (1982) denominou de cooperação, manufatura e maquinaria, nos quais a propriedade, uso e significado do saber do trabalhador sofreram mudanças em razão da relação social historicamente desenvolvida entre trabalhadores e capitalistas. O saber do trabalhador ainda era de seu domínio na etapa caracterizada pela cooperação, apesar da divisão do trabalho já existente.

Na manufatura prevalece a especialização do trabalhador que se caracteriza pela

"[...] decomposição da atividade do artesão simples, a operação contínua manual, artesanal, dependendo, portanto da força, da habilidade, rapidez e segurança do trabalhador individual, ao manejar seu instrumento" (MARX, 1982, p. 389).

Com a manufatura, esse saber ainda é de propriedade dos trabalhadores, assim como suas ferramentas. Esse saber e o próprio trabalhador são afetados. A repetição da mesma operação

"[...] transforma todo o seu corpo em órgão automático dessa operação. Por isso, levará menos tempo em realizá-la que o artesão que executa toda uma série de diferentes operações" (MARX, 1982, p. 389).

Em razão dessa especialização, o trabalhador é um trabalhador parcial, mutilado, e o seu saber padece da mesma cisão e aparece-lhe como algo externo, estranho. Segundo Marx (1982, p. 413) "a divisão manufatureira do trabalho opõe-lhes as forças intelectuais do processo material de produção como propriedade de outrem e como poder que os domina".

Na grande indústria ou maquinaria, a apropriação do saber historicamente acumulado passa ao completo domínio do capitalista. O trabalhador é destituído de seu saber, de suas ferramentas de trabalho e da decisão sobre o que, como, quando e para que produzir. O trabalhador é transformado de uma vez por todas em fator de produção, porque possui a capacidade de produzir mais do que o necessário para a sua subsistência, ou seja, detém a capacidade de produzir mais-valia.

O saber do trabalhador, na grande indústria, se transporta totalmente para as máquinas. Estas são seu instrumental de trabalho, mas não lhe pertencem. A maquinaria é instrumental de trabalho automatizado. Segundo Marx (1982, p. 484), na chamada grande indústria, em que estão presentes um complexo de máquinas autômatas, confirma-se a "[...] separação entre as forças intelectuais do processo de produção e o trabalho manual e a transformação delas em poderes de domínio do capital sobre o trabalho".

O desenvolvimento tecnológico tornou-se marca expressiva e fator preponderante para o controle do processo produtivo e intensificação da produtividade, sendo que o capital buscou disciplinar, controlar a mão de obra a fim de garantir a apropriação do saber do trabalhador.

A qualidade humana de produzir mais do que o necessário para a subsistência é aproveitada ao máximo pelo sistema do capital. Esse excedente de trabalho é incrementado pelos rearranjos e controle da organização do trabalho, bem como pelo aperfeiçoamento dos meios de trabalho (maquinaria). O investimento em tecnologia industrial incrementa a produtividade, ou seja, o elástico do tempo de trabalho não-pago dos trabalhadores.

A utilização da maquinaria, conforme destacou Marx (1982, p. 424), tem como objetivo

"[...] baratear as mercadorias, encurtar a parte do dia de trabalho da qual precisa o trabalhador para si mesmo, para ampliar a outra parte que ele dá gratuitamente ao capitalista. A maquinaria é meio para produzir mais-valia".

A concorrência intercapitalista impulsiona os donos dos meios de produção a investir em maquinaria cada vez mais moderna, elevando a taxa de mais-valia e aumentando a exploração e o ritmo das tecnologias industriais.

A obtenção de maior parcela do trabalho não-pago é sinônimo de acumulação do capital. A ciência e a tecnologia operativas na reprodução do capital, em geral, contribuem para reduzir o tempo de trabalho necessário e permitem ao capitalista usurpar mais tempo do trabalho que não foi (e nem será) pago ao trabalhador.

Ciência e tecnologia não são neutras, pois refletem as contradições das sociedades que as engendram, tanto em suas invenções, inovações e organizações quanto em suas aplicações. Na realidade, são formas de poder e de dominação entre grupos humanos e de controle da natureza (JAPIASSU, 1975). A ciência e a tecnologia transformaram-se em forças produtivas, agentes da própria acumulação do capital, aumentando a produtividade do trabalho humano (MARX, 1982).

Paralelamente à busca de tecnologias industriais, nos anos 1980, deflagrou-se o fenômeno da mundialização do capital (CHESNAIS, 1996, p. 15) como estratégia de acumulação do capital, caracterizando-se pela "centralização de gigantescos capitais financeiros (os fundos mútuos e fundos de pensão)", pois a rentabilidade dos fundos personifica o "novo capitalismo" de fins do século XX.

Chesnais (1996, p. 16) destaca que, com a ascensão do capital financeiro, surgiram formas de "aumentar a produtividade do capital em nível microeconômico, a começar pela produtividade do trabalho". Esse aumento baseia-se no recurso da apropriação da mais-valia, sem preocupação com as consequências sobre o nível de emprego e condições de trabalho ou com os mecanismos das altas taxas de juros.

A mundialização do capital pode promover a competitividade entre países e empresas e aumentar as exigências no mercado de trabalho no que se refere à elevação na produtividade, aumento da demanda pelo trabalhador qualificado e aumento de emprego relativo em serviços (terciarização) (CHESNAIS, 1996).

No intuito da elevação da produtividade, as empresas industriais voltam-se à aquisição de novas tecnologias. O avanço tecnológico, no interesse do capital, provocou desemprego em massa dos trabalhadores, bem como a ruptura dos processos que normalmente ocorrem nas organizações, de forma abrupta e vertical.

O princípio da concorrência intercapitalistas provocou a busca incessante por tecnologias industriais que visam aumentar a produtividade, bem como a quebra de fronteiras para que as empresas possam se deslocar à medida que surjam atrativos nacionais ou regionais mais interessantes para a acumulação do capital.

Esse acúmulo do capital e a sua continuidade não podem dispensar a revolução constante das forças produtivas. Neste ponto, o capital enfrenta sua maior contradição, porque precisa investir nas forças produtivas, principalmente em novas descobertas tecnológicas. Ao desenvolver as forças produtivas reduz significativamente o trabalho vivo, que cria valor. Porém, sem conseguir dar conta dessa contradição, o capital se reorganiza para implementar mudanças na forma de produção de mercadorias. Hoje, a forma predominante ainda é a grande indústria implementada outrora pelo taylorismofordismo e, mais recentemente, com a reestruturação produtiva.

Na linguagem utilizada pelas empresas, "quem não inovar ficará para trás" ou "quem não inovar vai desaparecer". A característica intrínseca da acumulação do capital é a anarquia da produção, que é impulsionada pela renovação permanente das forças produtivas, ou seja, da força de trabalho (manual ou mental) e de sua ferramenta (manual ou mental) de trabalho.

Portanto, a discussão sobre a qualificação do trabalhador geralmente vem acompanhada do fim do apogeu fordista e do anúncio de outras formas de organização trabalhista, ganhando espaço a discussão sobre a combinação do toyotismo e das tecnologias industriais.

A queda da produtividade e, conseqüentemente, a perda de competitividade (sobretudo nos Estados Unidos), e a forte reação sindical contra as práticas autoritárias do taylorismo-fordismo anunciavam o fim da sua supremacia como forma de organização do trabalho.

A crise não é apenas do modelo de produção fordista, circunscrito à planta fabril, mas também uma crise no âmago do próprio sistema social que o fordismo traduzia. A crise do fordismo não logrou destruir o capital, estando intacta a essência desse sistema (ANTUNES, 1997; ARRAIS NETO, 2004; DRUCK, 1999).

De acordo com Frederico (1998), a reestruturação produtiva é resultado do esforço do capital para superar a crise da sua etapa fordista de organização do trabalho. O incremento das tecnologias industriais, a introdução de outras formas de gestão e controle da força de trabalho formam a ponta de um conjunto de estratégias utilizadas pelo capital para enfrentar essa crise.

A reestruturação de modernização tecnológica brasileira iniciou-se com a difusão dos círculos de controle de qualidade (CCQ), no final dos anos 1970. Essa estratégia fracassou, contudo, iniciando assim rápido avanço tecnológico (equipamentos), além de novas formas de organização do trabalho baseadas nas técnicas japonesas. As novas formas ensejam a entrada em cena do *just in time* (JIT), diminuição do *lead time*, controle estatístico de processo (CEP), sistema de manufatura celular, automação seletiva, entre outros.

Nos anos 1990, a modernização foi enfatizada de maneira firme. A reestruturação produtiva (sempre sob o paradigma capitalista ou empresarial) aumentou a qualidade e a competitividade, concentrando os esforços das empresas de maior capacidade competitiva na produção de produtos de maior valor agregado, repassando produtos de baixo valor agregado para terceiros (LEITE, 1994b).

De acordo com Machado (1994, p. 14), a mudança na base técnica da automação é relevante para as alterações nos processos de trabalho com importantes consequências para o movimento de desqualificação e qualificação da força de trabalho.

Neste sentido, para que o trabalhador possa se incluir na sociedade de hoje, faz-se necessário que ele tenha um número mais elevado e complexo de capacidades. Além disso, é necessário saber como utilizar melhor as ferramentas disponíveis para a vida moderna.

Leite (1994a) assegura que, para atender às exigências mais individualizadas de mercado, no melhor tempo e com qualidade, é necessário que a produção se sustente num processo produtivo flexível, que ofereça ao trabalhador formação para operar várias máquinas, a chamada polivalência. Isso representa um rompimento com o modelo fordista, no contexto do qual um trabalhador só tinha qualificação para operar um tipo de máquina. Desta forma, a mudança faz que os trabalhadores, sejam os especializados ou os já polivalentes e qualificados, se transformem em trabalhadores multifuncionais.

Paiva (1995) compartilha do mesmo pensamento de Leite (1994a), destacando o papel das tecnologias na mudança da qualificação. A sua análise destaca a proliferação das tecnologias microeletrônicas no trabalho e a sua extensão no cotidiano doméstico. A autora destaca as virtudes psíquicas flexíveis requeridas do trabalhador para adequar-se às exigências dessas tecnologias industriais.

## 2.2 ORGANIZAÇÃO DO PROCESSO DE TRABALHO

Na busca de entender a organização do processo de trabalho, a Sociologia redirecionou estudos para analisar como o capital organiza o consumo produtivo de sua força de trabalho. Isto porque, o objetivo da organização capitalista é controlar a produção e os trabalhadores, além de, visar ao aumento da produtividade e não ao desenvolvimento humano.

Também tem o desenvolvimento tecnológico como marca expressiva e fator preponderante para o controle do processo produtivo (capital e o trabalho). Sendo que o capital buscou disciplinar e controlar a mão de obra e garantir a apropriação do saber operário.

Com este desenvolvimento, teve-se a degradação significativa dos artesãos independentes. Lembrando que nesta época havia o trabalho cooperativo, no qual, os bens e serviços envolviam um grupo de pessoas trabalhando de forma colaborativa. Estes grupos geralmente eram coordenados pelas pessoas mais experientes, que eram chamadas de artesãos. As informações eram passadas do cliente para o artesão que acumulava as tarefas de venda, *marketing*, projeto, fabricação, assistência

técnica, entre outras. Esta época poderia ter sido chamada de era do artesão, em que a preocupação com o ofício em relação às necessidades do cliente era grande, principalmente porque a sua não satisfação poderia comprometer o

nome da oficina e impossibilitar a continuidade de seus serviços na aldeia. Como o artesão executava todas as tarefas, da venda à assistência técnica, e trocava informações diretamente com seus ajudantes e com o cliente, as falhas de comunicação eram poucas e o resultado normalmente atendia às expectativas do cliente, no entanto, o trabalho artesanal tinha baixa produtividade.

Com a Revolução Industrial, as pessoas passaram a consumir os produtos que tinham à disposição, optando pela disponibilidade imediata e por preços menores, em detrimento de um serviço personalizado. O aumento de escala permitido pela padronização e mecanização contribuiu significativamente para popularizar o acesso aos bens e serviços, que antes ficavam restritos aos grupos mais abastados, o que deu origem à sociedade de consumo. Quanto maior se vislumbrava o mercado em potencial a ser atendido, maiores os incentivos para a modernização das oficinas, o que deu impulso ainda maior à Revolução Industrial.

A automatização ou mecanização dos processos foi muito influenciada pelas ideias de Taylor, de especialização dos operários e separação de "mãos e mentes" (quem pensa não executa e quem executa não pensa). O taylorismo originou-se da necessidade de criação de novos processos para as indústrias, sucessoras das oficinas dos artesãos. A oferta, que antes era menor que a demanda, passou a superá-la, com a Revolução Industrial. O trabalho, que fora realizado de forma cooperativa, passou a ser corporativo. Na maioria das vezes, deixou de representar algo sintético e abrangente (uma característica do trabalho cooperativo), passando a ser segmentado e desintegrado. A mudança do foco no cliente, para o foco na produção (em larga escala), ocasionou problemas nos projetos (LEITE, 1994a).

Com a capacidade de produção muito maior que a demanda, resultado da Revolução Industrial, entrou-se na era das vendas. A ênfase em vendas (para elastecer ao máximo a demanda) representou uma tentativa de encontrar mercado para o excesso de produção ou de capacidade produtiva.

Os problemas no projeto, desenvolvimento e assistência técnica, que se tornaram frequentes na produção industrial, decorreram principalmente da perda do contato direto com o cliente e da fragmentação e especialização do trabalho, a ponto de impedir a identificação do trabalhador com o produto final.

Com tantos problemas nos produtos e com o excesso de produção, bom vendedor, nessa época, passou a ser aquele capaz de "empurrar o abacaxi" adiante, ou seja, para o cliente. Houve um enorme desenvolvimento das técnicas de vendas, que tiveram, no entanto, pouca eficácia na minimização da diferença entre a capacidade de produção e a demanda pelos produtos. A lógica do *product out*, ou seja, produzir tudo o que a capacidade da planta fabril permitisse, na certeza de que o mercado absorveria a produção foi rapidamente esgotada (LEITE, 1994a).

### 2.3 PROCESSO DE REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E AS NOVAS TECNOLOGIAS DA PRODUÇÃO

Para Leite (1994a), o processo de reestruturação produtiva pelo qual o Brasil está passando atualmente, foi iniciado na década de 1950 por ocasião do crescimento acelerado da capacidade do setor produtivo de bens de capital e bens de consumo duráveis. A década de 1970, foi marcada pela grande expansão industrial e teve forte impacto no início nos anos de 1990, no governo Fernando Collor de Mello. Esse processo foi alavancado pelos novos padrões de competitividade internacional, bem como pelo conjunto de mudanças econômicas, políticas e sociais que ocorreram de forma simultânea no país. Observa-se, também, que a mão de obra utilizada nos processos de produção não era qualificada e com altos índices de rotatividade de pessoal (*turnover*).

O movimento operário e sindical reaparece na década de 1980 em função do processo de abertura política e cada um desses fatores alimenta e é alimentado pelos demais. As pressões internas para o aumento das exportações, provocadas pelo consumo interno e para o superávit da balança comercial modificam os parâmetros de competitividade das empresas em função dos novos padrões de qualidade. Esse fato foi responsável pela busca de tecnologias industriais para aumentar a eficiência das empresas e pela

substituição de políticas repressivas de gestão de mão de obra para poder contar com a colaboração dos trabalhadores na busca da qualidade e da produtividade<sup>2</sup>. Nesse sentido, algumas empresas começam a implantar algumas técnicas japonesas de produção e novos equipamentos baseados na microeletrônica os quais foram sendo acompanhados por inovações de produto e de processo.

Leite (1994a) identifica três diferentes momentos do processo de modernização tecnológica:

1.início do processo – a difusão dos CCQ's - ocorrido no final dos anos de 1970 e no início dos anos de 1990 quando as propostas de inovação concentraram-se nos círculos de controle de qualidade – CCQ's sem a preocupação da forma de organizar o trabalho ou investimento em novos equipamentos baseados na microeletrônica, bem como a falta de investimentos na qualificação do trabalhador. Destacam-se ainda os conflitos nas relações de trabalho baseado no autoritarismo no interior das empresas, constituindo uma barreira para o êxito das estratégias empresariais voltadas para o envolvimento dos trabalhadores nos processos de qualidade;

2.inovação tecnológica e organizacional - inicia-se em 1984-1985 a partir da retomada do crescimento econômico, após os primeiros anos da década de 1980 marcados por uma profunda recessão. Vale lembrar, também, que nesse período, o Brasil possuía a reserva de mercado para produtos de informática, surgindo várias empresas montadoras de computadores e que a partir do início da década de 90 começaram a desaparecer, em função da abertura do mercado. Isso não permitiu grandes avanços na inovação dos processos empresariais pois as pequenas e médias empresas não possuíam condições financeiras para investimento na melhoria da qualidade dos processos organizacionais. Apesar de todo o esforço das empresas em implantar novos métodos de produção, os indicadores

de produtividade e de qualidade da indústria brasileira são os mais baixos do mundo;

3. os anos noventa - modernização sistêmica? - o terceiro e último momento se inicia nos anos de 1990 quando as empresas começam a concentrar seus esforços nas estratégias organizacionais e na adoção de novas formas de gestão de pessoas e na flexibilização do trabalho e o envolvimento dos trabalhadores com a qualidade e a produtividade. Dois fatores contribuíram para que as empresas investissem em uma estratégia inovadora e mais efetiva:

- a) o aprofundamento da crise econômica a partir de 1990, em função da redução do mercado interno fez com que a produção fosse voltada para o mercado externo;
- b) a política econômica adotada pelo governo Collor que obrigou as empresas a melhorarem suas estratégias de produtividade e qualidade para poder concorrer internacionalmente. Duas frases ditadas por Fernando Collor de Mello marcaram esta passagem:

- 1. "quem não tem condições de competir não se estabelece", referindo-se aos empresários que estavam sempre reclamando das políticas governamentais;
- 2. "nossos carros são umas carroças", referindo-se às montadoras brasileiras de veículos quando o mesmo estava pilotando uma Ferrari em uma de suas viagens à Europa.

Destacam-se as mudanças ocorridas nos processos de gestão empresarial onde vários setores das empresas foram terceirizados, permitindo à empresa concentrar seus esforços no foco de seus produtos. Além disso, as empresas perceberam a necessidade de agregarem tecnologia a seus produtos e serviços como fator de competitividade e maior valor agregado. Outra característica desse momento é o esforço empresarial voltado para o

treinamento em programas comportamentais e/o motivacionais com o intuito de despertar no trabalhador o espírito cooperativo em relação às estratégias gerenciais.

Por exemplo, no ano de 1998, aliança entre o Governo do Estado do Paraná e o SENAI, foi inaugurado o Centro Automotivo do Paraná (CEAPAR). O CEAPAR tinha como finalidade preparar mão de obra qualificada para ser contratada pelas montadoras instaladas no Estado. Além de cursos específicos para o setor automotivo, também contemplava módulo de aproximadamente 90 horas voltado para as questões educacionais e comportamentais. Os aspectos relacionados à perseverança, autoaperfeiçoamento, gestão consciente, honestidade e economia.

Segundo Enguita (1989a, p. 222)

"só podem ser pregadas como virtudes para os que vão incorporar-se ao trabalho na condição de autonomia. Qualquer dessas virtudes poderia ser pregada em um sermão dominical para todos os trabalhadores, mas para os trabalhadores elas são simplesmente impostas, ou se tornam inúteis, através da regulamentação estrita de seu trabalho".

Nesse período observa-se, também, um aumento da taxa de matrículas no Ensino Médio, conforme dados do Censo Escolar fornecidos pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Nacionais (INEP, 2002), foram matriculados 8.192.948 alunos no Ensino Médio sendo que desse total 7.039.529 estavam matriculados na rede pública de ensino (federal, estadual e municipal), representando 86% e 1.153.419 matriculados na rede privada de ensino, representando 14% das matrículas. Essas informações veem corroborar este momento, onde as empresas começaram a exigir formação educacional, no mínimo o Ensino Médio, para a melhoria da produtividade e qualidade dos produtos, processos e serviços.

Para Enguita (1989b, p. 224) está claro que

"a escola não propicia aos futuros trabalhadores as características não cognitivas que podem chegar a esperar-se deles [...] mesmo que se comece a ouvir falar no mundo do ensino de 'educação para a iniciativa' – iniciativa que, curiosamente ou nem tanto, parece restringir-se ao trabalho por conta própria [...]".

Quanto à questão da estabilização da mão de obra, a tendência da diminuição das taxas de rotatividade ocorre, muitas vezes, com os processos de demissão em massa onde as empresas procuram demitir os trabalhadores: (i) pouco qualificados; (ii) com baixa escolaridade; (iii) idade mais elevada que apresentam maiores dificuldades para aprender e para adaptar-se aos novos conceitos de produção. Por outro lado, os sindicatos e trabalhadores têm encontrado muitas dificuldades em negociar com a classe empresarial as condições de trabalho. Para muitas empresas, os trabalhadores não encontram lugar para qualquer espécie de representação enquanto categoria política e social.

Para Leite (1994a), "a saída da crise atual dificilmente poderá realizar-se se a sociedade brasileira não se dispuser a negociar os modos de enfrentamento das dificuldades presentes".

Segundo Mattoso (*apud* LEITE, 1994a, p. 582)

essa negociação envolve um verdadeiro projeto nacional, objetivando articular a formação de um bloco social 'produtivo' capaz de enfrentar os desafios da Terceira Revolução Industrial (ou Revolução Tecnocientífica) e a gestação de um novo padrão de desenvolvimento.

O referido autor, também, diz que: "neste cenário, os desafios do presente são consideráveis e o trabalho – assim como as relações capital/trabalho – deverão passar por uma verdadeira revolução"(IDEM).

Também, a respeito das profundas transformações produtivas que vêm ocorrendo em escala global. Alguns anunciam suas virtudes, outros, por sua vez, denunciam suas mazelas. Fala-se no advento de novos padrões produtivos e, sem dúvida, o chamado modelo japonês se converteu numa das principais referências teórico-práticas. Contudo, é preciso reconhecer que, por diversos motivos, a conformação desse fenômeno no Brasil ainda é muito pouco conhecida.

Para Tumolo (2001), analisar o processo de reestruturação produtiva no Brasil é uma tarefa difícil e de grande envergadura. Primeiramente porque este é um fenômeno muito novo. De fato, Gitahy (1994, p. 123) afirma que "a difusão de tecnologias industriais e organizacionais na indústria brasileira

começa em meados dos anos 70". Em segundo lugar, e pela razão já apontada, porque os estudos a respeito do processo de trabalho no Brasil e, principalmente, do processo de reestruturação produtiva também são bastante recentes. Para Catani (1995), nos anos 60 surgiram os primeiros trabalhos críticos e somente na década de 80 "observa-se a rápida proliferação de pesquisas sobre o processo de trabalho produzidos por sociólogos, mas também por economistas, engenheiros e historiadores" (CATANI, 1995, p. 25).

Assim se manifesta Catani (1995, p. 11),

como ocorre em outras áreas, a compreensão de um determinado fenômeno é dificultada por dois tipos de problemas. O primeiro diz respeito à complexidade intrínseca do objeto de conhecimento que, no caso do processo de trabalho e das novas tecnologias, é imenso devido à rapidez e à diversidade das mudanças. O segundo problema concerne à dispersão de fontes e sua socialização limitada. Os dados e estudos não só são escassos, como também aqueles existentes não são facilmente encontráveis. Esforços de anos são materializados em relatórios, dissertações e teses que permanecem engavetados ou acessíveis a poucos. Artigos importantes são publicados em inencontráveis periódicos, análises e informações preciosas permanecem dispersas num cem número de publicações.

No que se refere aos vários aspectos dos processos de trabalho: introdução de novas tecnologias, organização e gestão do trabalho, qualificação/desqualificação, entre outros, é possível afirmar que a marca distintiva do chamado processo de reestruturação produtiva no Brasil é a heterogeneidade generalizada, que ocorre não só entre as empresas, mas também no interior delas (TUMOLO, 2001). No que diz respeito às relações de trabalho e às relações com as organizações sindicais, constata-se, ao contrário, uma congruência. Tumolo (2001) aponta a ocorrência da intensificação do ritmo de trabalho e da diminuição dos postos de trabalho e, ao mesmo tempo, uma busca das empresas no sentido de afastar e neutralizar a ação sindical, valendo-se de diversos mecanismos, desde a proposta de participação controlada dos trabalhadores até a perseguição e mesmo demissão sumária dos ativistas sindicais. Como também, há uma tendência de diminuição do preço do salário.

De uma maneira geral, a utilização de processos de trabalho tão diversificados tem surtido bons resultados para as empresas em termos de

produtividade, competitividade e, portanto, lucratividade<sup>3</sup>. Em relação aos processos de reestruturação produtiva em curso no Brasil, configura-se num processo de modernização conservadora (TUMOLO, 2001).

Ferretti (1994, p. 9) afirma que um dos principais consensos entre os textos apresentados, amplamente ancorado em resultados empíricos, foi "a constatação da existência de uma enorme heterogeneidade de situações na implementação de processos de modernização". Assevera ainda que,

no Brasil, na opinião de diversos autores, o que estaria acontecendo mesmo seria a ampliação do leque de heterogeneidade da já diversificada estrutura produtiva brasileira, herdada da superposição de modelos diferentes, superposição essa intensificada a partir da década de 50. Seria, em outros termos, uma "nova" heterogeneidade que estaria se sobrepondo à já existente (FERRETTI *et al.*, 1994, p. 10).

Talvez seja por causa disso, vale dizer, da nova heterogeneidade que se sobrepõe à velha, que um dos comentadores do referido seminário chega a afirmar que, "no caso do Brasil, vimos nos últimos anos muito mais um processo de desestruturação do que propriamente de reestruturação" (OLIVEIRA, 1994, p. 214).

Analisando a literatura sobre o processo de reestruturação produtiva no mundo, Gitahy (1992, p. 14-5) observa que ela parece estar de acordo sobre alguns pontos:

- a) que a crise atual é resultado do esgotamento do modelo de crescimento e de relações políticossociais que se afirmam internacionalmente após a Segunda Guerra Mundial, modelo este associado a uma determinada "matriz", "padrão" ou "paradigma" tecnoeconômico, ou de organização industrial;
  
- b) que ela aponta para um processo de profunda reestruturação do aparato produtivo e das relações políticas e sociais e que sua análise não pode reduzir-se à dimensão econômica, mas tem que levar em conta as variáveis sociais, políticas e culturais;

c) que para evitar o determinismo tecnológico é preciso desenvolver um enfoque que leve em conta a gênese e a história da produção social da ciência e da tecnologia;

d) que nesse processo de mudança está emergindo um novo "padrão", "matriz" ou "paradigma" tecnoeconômico, cujo carro chefe é a incorporação de tecnologias intensivas em informação com base técnica na microeletrônica;

e) que este novo padrão acentua a tendência capitalista de elevar continuamente a composição técnica do capital, "que neste processo de reestruturação altera-se a divisão internacional do trabalho, assim como sua divisão social e sexual e modificam-se as relações sociais de produção e reprodução humana (estruturas familiares)".

Os resultados empíricos de estudos sobre os impactos da introdução de tecnologias microeletrônicas "apontam para um conjunto de efeitos heterogêneos e contraditórios que dependem do caráter não linear do processo de mudança tecnológica, e de sua articulação com a sociedade onde se verificam" (GITAHY, 1992, p. 15). A autora assinala ainda que a introdução e efeitos das novas tecnologias:

a) é diferenciada segundo as características específicas dos processos de produção em nível de país, região, setor econômico e mesmo diferentes segmentos de uma mesma unidade produtiva;

b) que a forma que assume a sua introdução vai depender das características dos padrões de concorrência e das vantagens comparativas de diversos países, setores ou regiões;

c) que os efeitos de deslocamento de trabalhadores não ocorrem necessariamente no ponto de introdução das novas tecnologias;

d) que a determinação das novas qualificações requeridas não dependem somente das características tecnológicas mas dos mercados de produtos e de trabalho, das estruturas organizacionais e das políticas sindicais;

e) que é necessário articular os efeitos diretos e indiretos desse processo de transformação, analisando as interrelações entre os mercados de trabalho formal e informal.

Em relação ao Brasil, Gitahy (1992, p. 19), defendendo a posição segundo a qual se delineia um novo paradigma produtivo, reconhece que "a discussão, tanto no que se refere à natureza do novo modelo, como o seu grau de difusão e quanto às suas implicações sociais, está longe de contar com o consenso dos estudiosos", pois poder-se-ia apresentar uma lista de pesquisas que apontam para a existência de um grande número de empresas dos mais diversos tamanhos, setores e regiões em processo de reestruturação inspirados principalmente no modelo japonês. Como contrapartida, provavelmente poderia listar outro grande número de pesquisas, descrevendo a hegemonia do taylorismo-fordismo nas empresas estudadas (GITAHY, 1992, p. 58).

Catani (1995) está de acordo com Gitahy (1992). O autor observa que a extraordinária produção sobre o processo de trabalho no Brasil ao longo da década de 80, com ênfases variadas, aponta para o caráter contraditório do avanço tecnológico, num quadro de relações de trabalho conservadoras e de movimento sindical sob tutela do Estado. O que transparece é que as transformações são feitas de forma irregular e contingente e que o controle capitalista raramente é ameaçado. O despotismo permanece mesmo naquelas situações de aparente transformação do paradigma fordista. O aperfeiçoamento das relações de trabalho foi parcialmente atingida apenas nas empresas nas quais os sindicatos são fortes e conseguem desenvolver ações autônomas (CARVALHO e SCHMITZ, 1990).

Apesar da crise, a economia brasileira tem revelado um surpreendente dinamismo. Mais do que a introdução de novas tecnologias

físicas, o que se observa é a acelerada adoção de tecnologias de gestão. De forma criativa, o empresariado tem adaptado as diferentes estratégias de organização, compondo um heterogêneo, caótico, porém efetivo "paradigma de flexibilização".

Para Carvalho e Schmitz (1990, p. 26-7), os resultados dessa convivência são bastante claros: segmentação e diversificação dos trabalhadores e ampliação limitada e seletiva do mercado de trabalho. Em resumo, desigualdade crescente, mesmo com uma possível retomada do crescimento econômico.

Observando o conjunto de pesquisas que tem estudado o processo de reestruturação produtiva no Brasil, tem-se a impressão de que se olhar numa perspectiva geral e panorâmica, que se configura uma situação caótica - daí, provavelmente, o comentário já supracitado de que parece muito mais um processo de desestruturação do que propriamente de reestruturação - o que praticamente inviabiliza o estabelecimento de relações e parece dificultar sobremaneira a apreensão do referido fenômeno.

Trata-se, portanto, da ordem do trabalho subordinada à ordem do capital e não da desordem do trabalho como vêm defendendo vários autores. Sob a ordem do capital, a ordem do trabalho não pode ser outra senão a necessária busca das formas mais eficientes de explorar a classe trabalhadora.

Desta forma, levando em conta as profundas diferenças e especificidades que guardam entre si, a busca do incremento da exploração da força de trabalho é o elemento central na constituição histórica das diversas fases do capitalismo, bem como de seus variados padrões de acumulação, desde os seus primórdios, na cooperação, até o keynesiano-fordista e o padrão que daí vem se originando.

No caso do Brasil, tal fenômeno e a decorrente degradação do trabalho vêm se realizando, no período recente, através da combinação de um conjunto de mecanismos, dentre os quais se destacam: intensificação do ritmo de trabalho, diminuição dos postos de trabalho e, conseqüentemente, aumento do desemprego, o que ocasiona um incremento substantivo da produtividade, concomitante com um processo de arrocho do salário médio. Além das

pesquisas já anunciadas anteriormente, várias outras vêm demonstrando, com profusão de dados, a ocorrência desse fenômeno.

Cacciamali e Bezerra (1997, p. 31), observam que, a partir de 1992, depois da recessão do Plano Collor, quando caiu a produção industrial ao mesmo tempo que houve uma queda vertiginosa no número de pessoas ocupadas e nas horas pagas, a produção industrial voltou a crescer, "mas o emprego da mão de obra, não. Nesse caso prevaleceu o uso mais disseminado das inovações que excluem o trabalhador do processo de produção nas fábricas".

Por outro lado, enquanto cai acentuadamente o número de empregos, os ganhos acumulados entre 90 e 95 para a indústria de transformação são cerca de 48% quando observada a relação entre a produção industrial e o número de horas pagas na produção (CACCIAMALI e BEZERRA, 1997).

Com o intuito de contribuir para a identificação e o entendimento da componente tendencial do desemprego aberto no Brasil, ou seja, do desemprego estrutural, Portugal e Garcia (1997, p. 68) avaliam os dados da Pesquisa Mensal de Emprego (PME) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e chegam à conclusão que, "a partir do final da década de 80 e início da década de 90, existe um aumento do desemprego estrutural no Brasil".

Baltar *et al.* (1996) fazem um estudo a respeito do mercado de trabalho e da exclusão social no Brasil e demonstram que, a partir dos anos 90, se configura um quadro macroeconômico que leva as empresas a adotarem "políticas defensivas de reestruturação", que tem implicado em devastadora eliminação de postos de trabalho. Para eles,

o padrão de desenvolvimento pós-30, fundado no processo de industrialização e em condições políticas muito particulares, gerou uma sociedade heterogênea, onde a pobreza e a exclusão social eram frutos do não enfrentamento do problema agrário e da reprodução de uma força de trabalho mal remunerada. A crise daquele modelo de desenvolvimento e, mais recentemente, das políticas liberais adotadas tem feito emergir uma nova forma de pobreza, que tem como foco a expulsão de massas de trabalhadores dos segmentos industriais e não-industriais urbanos mais estruturados (BALTAR *et al.*, 1996, p. 106).

Baseados nos dados da relação anual de informações sociais (RAIS) do Estado de São Paulo, Baltar e Proni (1996) fazem uma análise da rotatividade da mão de obra e da estrutura salarial do emprego formal e descobrem que, ao contrário do que se vem afirmando, as relações de trabalho se caracterizam pela flexibilidade e não pela rigidez, tendo em vista que, para grande parte do emprego formal, o vínculo de trabalho tem curta duração, transformando o operário brasileiro num trabalhador temporário. Para eles, "na prática, a regulamentação do trabalho no País não garante estabilidade no emprego e permite alta flexibilidade para o empregador contratar, usar, remunerar, e dispensar trabalhadores", o que acarreta graves efeitos sobre a estrutura salarial e sobre a qualificação da força de trabalho. Segundo os pesquisadores Baltar e Proni (1996, p. 141),

desde 1980, o mercado de trabalho no Brasil tem apresentado uma proliferação de empregos fora do círculo dos estabelecimentos organizados e que não envolvem a assinatura da carteira de trabalho. A década de 1990 trouxe um agravamento da situação, na medida em que a abertura da economia favoreceu uma redução absoluta do emprego formal na indústria de transformação e na construção civil. Desse modo, não se trata apenas dos efeitos da estagnação econômica sobre o mercado de trabalho, mas do começo de uma reestruturação da economia que tem afetado a capacidade de geração de empregos. Essas mudanças, especialmente a diminuição do peso do emprego formal, podem inclusive ser interpretadas como um indício de uma tendência para uma maior desagregação da estrutura socioeconômica nas regiões mais desenvolvidas do país.

## **CONCLUSÃO**

A partir do referencial teórico a respeito do tema abordado é perceptível que com o advento das tecnologias industriais há ocorrência de eliminação da força de trabalho de natureza estrutural. Dessa forma, a reinserção no mundo do trabalho de trabalhadores excluídos desse processo produtivo é dificultado pelo fato que ao longo do tempo a mão de obra operacional obteve qualificação somente para exercer funções específicas e não para a vida, num contexto amplo mais ligado a sua classe.

Também, apesar das novas tecnologias no processo produtivo e um melhor ambiente de trabalho, a força de trabalho sofre e tem problemas de

saúde devido à falta de ajustes de ergonomia no decorrer de suas tarefas repetitivas, o que pode gerar uma incapacidade para o *labor* no decorrer dos anos e até o absenteísmo. Além disso, tem-se o fato do *turnover* que pode ser elevado pelo fato da simplificação das tarefas (corriqueiras e repetitivas) a serem executadas pela força de trabalho e pelo nível de *stress* elevado que o trabalhador é submetido

Aparentemente, as exigências demandadas pela força de trabalho parecem incoerentes com as novas exigências profissionais no que tange à capacidade de ter iniciativa e criatividade. Além das exigências de polivalência, a qual significa a capacidade que a força de trabalho tem para desempenhar várias atividades, proporcionando ampliação do grau e escopo de qualificação, contudo, tudo fica subjugado aos interesses das indústrias, o que aumenta ainda mais a precarização do sentido de qualificação no âmbito do trabalho e enfraquecimento da autonomia dessa classe. Portanto, a relação entre avanço tecnológico industrial (automação e robótica) e qualificação (conhecimentos técnicos específicos) para o posto de trabalho está estritamente ligada à dinâmica do gerenciamento e controle pelo capital.

Assim, mesmo reconhecendo que não se trata de uma comprovação definitiva, a análise acerca da reestruturação produtiva no Brasil sob a égide do capital, com base na literatura realizada, apresenta indícios claros de recrudescimento da degradação do trabalho no Brasil no final do século XX, como resultado necessário do processo de intensificação da exploração sobre a força de trabalho, que, se configura como característica determinante do padrão de acumulação de capital.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho?: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1997.

ARRAIS NETO, Enéas. Crise do fordismo ou crise do capital: a relação essência-fenômeno e as transformações do mundo do trabalho. In: ARRAIS NETO, Enéas; OLIVEIRA, Elenilce Gomes de; VASCONCELOS, José Gerardo (orgs.). *Mundo do trabalho: debates contemporâneos*. Fortaleza: UFC, 2004.

BALTAR, Paulo E. de A.; DEDECCA, Claudio S.; HENRIQUE, Wilnês. Mercado de trabalho e exclusão social no Brasil. *In: OLIVEIRA, Carlos A. B.; MATTOSO, Jorge E. L. (orgs.). Crise e trabalho no Brasil: modernidade ou volta ao passado?* São Paulo: Scritta/Página Aberta/Cesit, 1996.

BALTAR, Paulo E. de A.; PRONI, Marcelo W. Sobre o regime de trabalho no Brasil: rotatividade da mão de obra, emprego formal e estrutura salarial. *In: OLIVEIRA, Carlos A. B.; MATTOSO, Jorge E. L. (orgs.). Crise e trabalho no Brasil: modernidade ou volta ao passado?* São Paulo: Scritta/Página Aberta/Cesit, 1996.

CACCIAMALI, Maria C.; BEZERRA, Lindemberg de R. Produtividade e emprego industrial no Brasil. *In: CARLEIAL, Liana; VALLE, Rogério (orgs.). Reestruturação produtiva e mercado de trabalho no Brasil.* São Paulo: Hucitec/Abet, 1997.

CARVALHO, R. de Q.; SCHMITZ, H. O fordismo está vivo no Brasil. *In: Novos Estudos Cebrap.* São Paulo: Cebrap, 1990, n. 27.

CATANI, Antonio David. *Processo de trabalho e novas tecnologias.* Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1995.

CHASE, Richard B.; JACOBS, F. Robert; AQUILANO, Nicholas J. *Administração da produção para a vantagem competitiva.* Porto Alegre: Bookman, 2006.

CHESNAIS, François. *A mundialização do capital.* São Paulo: Xamã, 1996.

DRUCK, Maria da Graça. *Terceirização: desfordizando a fábrica - um estudo do complexo petroquímico.* São Paulo: Boitempo, 1999.

ENGUITA, Mariano Fernández. Do lar à fábrica, passando pela sala de aula: a gênese da escola de massas. *In: A face oculta da escola: educação e trabalho no capitalismo.* Porto Alegre: Artes Médicas, 1989a.

\_\_\_\_\_. As contradições da relação entre escola e trabalho. *In: O mundo do trabalho.* Porto Alegre: Artes Médicas, 1989b.

FERRETTI, C. J. *et al. (orgs.). Novas tecnologias, trabalho e educação: um debate multidisciplinar.* Petrópolis: Vozes, 1994.

FREDERICO, Celso. Prefácio. *In: TEIXEIRA, F. J. S.; OLIVEIRA, M. A. (orgs.). Neoliberalismo e reestruturação produtiva: as novas determinações do mundo do trabalho.* 2. ed. São Paulo/Fortaleza: Cortez/UECE, 1998.

GAROFALO FILHO, Emilio. *Dicionário de comércio exterior e câmbio.* São Paulo: Saraiva, 2004.

GITAHY, Leda. Na direção de um novo paradigma de organização industrial? XVI Encontro Anual da Anpocs – GT. Processo de trabalho e reivindicações sociais. 1992.

\_\_\_\_\_. Inovação tecnológica, relações interfirmas e mercado de trabalho. In: GITAHY, Leda (org.). *Reestructuración productiva, trabajo y educacion en América Latina (lecturas de educacion y trabajo n. 3)*. Campinas: IG/Unicamp, Buenos Aires, RED CIID-Cenep, 1994.

HARVEY, David. *A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Loyola, 1994.

JAPIASSU, H. *O mito da neutralidade científica*. Rio de Janeiro: Imago, 1975.

LEITE, Márcia de Paula. *O futuro do trabalho: novas tecnologias e subjetividade operária*. São Paulo: Scritta, 1994a.

\_\_\_\_\_. Reestruturação produtiva, novas tecnologias e novas formas de gestão da mão de obra. In: OLIVEIRA, Carlos A. B. et al. (orgs.). *O mundo do trabalho: crise e mudança no final do século*. São Paulo: Scritta, 1994b.

MACHADO, Lucília Regina de Souza. Mudanças tecnológicas e a educação da classe trabalhadora. In: MACHADO, L. R. de S. et al. (orgs.). *Trabalho e educação*. 2. ed. Campinas: Papirus, 1994.

MARANHO, Eron José. *O emprego formal na indústria de transformação paranaense segundo a intensidade tecnológica – 1995 a 2007*. Curitiba: IPARDES, fev. 2008.

MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. 7. ed., v. 1. São Paulo: DIFEL, 1982.

OHNO, Taiichi. *O sistema Toyota de produção: além da produção em larga escala*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

OLIVEIRA, Marco Antonio de. Debate. In: FERRETTI, Celso J. et al. (orgs.). *Novas tecnologias, trabalho e educação: um debate multidisciplinar*. Petrópolis: Vozes, 1994.

PAIVA, Vanilda. Inovação tecnológica e qualificação. *Revista Educação & Sociedade*. São Paulo, n. 50, abr. 1995.

PORTUGAL, Marcelo S.; GARCIA, Lúcia S. Notas sobre o desemprego estrutural no Brasil. In: CARLEIAL, Liana; VALLE, Rogério (orgs.). *Reestruturação produtiva e mercado de trabalho no Brasil*. São Paulo: Hucitec/Abet, 1997.

TAYLOR, Frederick Winslow. *Princípios da administração científica*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 1970.

TEIXEIRA, Francisco J. S. Modernidade e crise: reestruturação capitalista ou fim do capitalismo? *In*: TEIXEIRA, F. J. S.; OLIVEIRA, M. A. (orgs.). *Neoliberalismo e reestruturação produtiva: as novas determinações do mundo do trabalho*. 2. ed. São Paulo/Fortaleza: Cortez/UECE, 1998.

TUMOLO, Paulo Sérgio. Reestruturação produtiva no Brasil: um balanço crítico introdutório da produção bibliográfica. *Revista Educação e Sociedade*. 2001, v. 22, n. 77, pp. 71-99.

<sup>1</sup> Doutor em Educação (UFC). Mestre em Tecnologia (UTFPR). Especialista em Logística Empresarial (PUCPR). Bacharel em Administração (UP). Coordenador e Professor no curso de Administração, Logística e de Marketing da Faculdade Estácio Radial de Curitiba. *E-mail*: jean\_m\_felizardo@yahoo.com.br.

<sup>2</sup> Índice de saída para entrada. O valor monetário da saída dividido pelo valor monetário das entradas geralmente mede a produtividade do fator total. Alternativamente, a "produtividade do fator parcial" é medida com base em uma entrada individual e geralmente não é calculada usando os valores monetários (um exemplo seria unidades/pessoa) (CHASE *et al.*, 2006, p. 127).

<sup>3</sup> Medida do ganho proporcionado por este, em relação ao capital gasto na sua aquisição (GAROFALO FILHO, 2004, p. 160).

ARTIGO RECEBIDO EM 06.10.2010

ARTIGO APROVADO EM 21.10.2010

## O CONCEITO GRAMSCIANO DE “REVOLUÇÃO PASSIVA” E O ESTADO BRASILEIRO.

## THE GRAMSCIAN CONCEPT OF “PASSIVE REVOLUTION” AND THE BRAZILIAN STATE.

Antonia de Abreu Sousa<sup>1</sup> <sup>1</sup>

### RESUMO

O conceito de “revolução passiva”, “revolução-restauração” ou “transformismo” é categoria fundamental que Gramsci utiliza para compreender a formação do Estado burguês moderno na Itália (partindo dos fatos do *Risorgimento*, que culminaram na unificação nacional), para definir os traços fundamentais da passagem do capitalismo italiano para a etapa de capitalismo monopolista e para apontar o fascismo como forma de “revolução passiva”. É a partir desse entendimento que utilizaremos o conceito de “revolução passiva” para discutir a modernização capitalista no Brasil, haja vista que este conceito se aplica a diversos episódios da nossa história, bem como de um modo mais geral, a transição do País para a modernidade capitalista e ao capitalismo monopolista de Estado.

### PALAVRAS-CHAVE

Estado – Gramsci – Revolução

### ABSTRACT

The concept of "passive revolution", "revolution-restoration" or "evolutionism" is crucial category that Gramsci uses to understand the formation of modern bourgeois state in Italy (on the facts of the *Risorgimento*, which culminated in the national unification), to define the fundamental features of the passing of Italian capitalism to the stage of monopoly capitalism and fascism as a point of "passive revolution". It is from this understanding that we will use the concept of "passive revolution" to discuss the capitalist modernization in Brazil, considering that this concept applies to several episodes of our history, as well as more generally, the transition to the Country capitalist modernity and the monopolistic state capitalism.

### KEYWORDS

State – Gramsci – Revolution

---

<sup>1</sup> Doutora em Educação Brasileira na Universidade Federal do Ceará; pesquisadora do Laboratório de Estudos sobre Trabalho e Qualificação Profissional – LABOR; pesquisadora do Núcleo de Pesquisa em Educação Profissional – NUPEP; professora no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará.

## Introdução

O conceito de “revolução passiva” é categoria fundamental que Gramsci utiliza para compreender a formação do Estado burguês moderno na Itália.

No Brasil, Coutinho (1985), defende que o conceito gramsciano de “revolução passiva”, é imprescindível para entendermos a trajetória de constituição do modelo de capitalismo brasileiro, protagonizado pelo Estado. Este conceito enfatiza a predominância do momento supra-estrutural, ou seja, do instante político, ultrapassando as visões meramente economicistas que dominaram esta discussão durante muito tempo no País<sup>2</sup>.

## 2 Gramsci e a “revolução passiva”: entendimento

O conceito de “revolução passiva” “revolução-restauração” ou “transformismo” foi trabalho por Gramsci em sua obra *O Risorgimento*. A partir desse estudo, Gramsci faz uma crítica à filosofia de Benedetto Croce (1866-1952), por esta tratar da Restauração dos Bourbons, a História da Europa no século XIX (1932), deixando de lado os tumultos econômicos e militares da Revolução Francesa e das guerras napoleônicas, e a História da Itália em 1871, sem enfatizar as discussões sobre as lutas do *Risorgimento*. A crítica de Gramsci dirigia-se também à opção que Benedetto Croce, em 1920, fez ao aderir o liberalismo na Itália fascista.

Para Gramsci, o movimento conhecido como *Risorgimento* pode ser definido como formação das condições concretas, incluindo as relações internacionais, que possibilitaram a unificação do Estado italiano a partir da união das forças nacionais, mas este fato deve ser apreendido no mesmo

---

<sup>2</sup> No Brasil foi feito um esforço de autores como Carlos Nelson Coutinho, Luiz Werneck Viana e outros tentando trazer à discussão o conceito leninista de revolução como uma possibilidade de interpretação da constituição do modelo moderno de capitalismo brasileiro, à luz do marxismo, este não foi suficiente, pois prioriza sempre os aspectos infra-estruturais (economicistas do desenvolvimento capitalista). A partir das Leituras de Gramsci de Coutinho (1985), compreende que o conceito, de “revolução passiva” trabalhado por Gramsci complementa o que estava faltando na teoria leninista (os aspectos supra-estruturais).

processo histórico vivenciado pelos europeus. Ressalta, todavia, que este fenômeno não é desvinculado dos acontecimentos internos da Itália (2002).

Dessa forma, o *Risorgimento*, na análise gramsciana, aborda de maneira minuciosa, aspectos de um desenvolvimento europeu mais geral, que, para melhor compreensão, dividimos em quatro momentos: no primeiro, trata da Reforma Francesa, no segundo, da Revolução Francesa e, no terceiro, da consolidação do liberalismo como filosofia, ou seja, modo de vida. Além dos aspectos gerais, é preciso entender os aspectos nacionais, aqui considerados como o quarto momento, nas palavras de Gramsci:

como retomada de vida italiana, como formação de uma nova burguesia, como consciência crescente de problemas não só municipais e regionais mas nacionais, como sensibilidade a certas exigências ideais (...) a novas idéias, a novas atividades, a novo ordenamento político. (2002,p.19).

O *Risorgimento*, porém, para Gramsci, só se consolida a partir do momento em que ele se transforma em ação, ou seja, mesmo existindo as condições objetivas, internacionais e nacionais, esta “se torna consciente em grupos de cidadãos dispostos à luta e ao sacrifício”. (2002, p.22). É a partir desse entendimento, das forças presentes na consolidação do *Risorgimento*, momento de concretude de unificação italiana, que Gramsci busca a elaboração de suas reflexões históricas.

O *Risorgimento* é caracterizado, portanto, pela hegemonia das forças moderadas e democráticas presentes naquele contexto histórico. Gramsci ressalta a hegemonia do grupo dos moderados como sendo capaz de atrair um papa (Pio IX – Giovanni Mastai Ferreti) para que este aceitasse o movimento liberal. Vejamos:

(...) que o movimento liberal tenha tido êxito em suscitar a força católico-liberal e fazer com que o próprio Pio IX se pusesse, ainda que brevemente, no terreno do liberalismo (o suficiente para desagregar o aparelho político-ideológico do catolicismo e tirar-lhe a confiança em si mesmo) – eis a obra-prima política do *Risorgimento* e um dos pontos mais importantes de desatamento dos velhos nós que haviam impedido, até então, pensar concretamente na possibilidade de um Estado unitário italiano. (2002, p. 21).

Na análise gramsciana, a fraqueza do grupo dos democráticos residia no Partido de Ação que não tinha sequer um programa de governo que despertasse credibilidade da população. Chamou, porém, a atenção de Gramsci o fato de o Partido de Ação ter como bandeira a categoria histórica de “jacobinos<sup>3</sup>”, porém os democráticos não foram capazes de se opor aos moderados e organizar o movimento popular de massas, especificamente, o movimento dos camponeses do sul da Itália, alijando assim a revolução burguesa na Itália.

Para Gramsci, portanto, o fracasso do Partido de Ação foi o grande responsável pela exclusão das massas no quadro da Itália unificada e abriu as portas para o corporativismo burguês que legitimou este Estado armado.

Cabe ressaltar que Gramsci acreditava em uma revolução do tipo jacobino para a Itália. Queria um movimento que fosse capaz de utilizar o Estado para realizar a transformação nacional que a burguesia não tinha feito. Assim, Gramsci traz à tona duas questões fundamentais para discussão do marxismo: o papel das elites e a função das alianças de classe.

Para Gramsci, as classes governantes podiam ser dirigentes ou, somente, dominantes. No *Risorgimento*, o novo governo do Piemonte<sup>4</sup> assumiu o comando de uma Itália unificada, sem um verdadeiro consenso nacional. Além do mais, a elite política do Reino, era mais dominante do que dirigente e incorporou as alas mazzinianas (Giuseppe Mazzini – 1805/1872) e garibaldinas (Giuseppe Garibaldi – 1807/1882) à força de “transformismo” – política de compromisso com a finalidade de privar os partidos de oposição da sua liderança pelo recurso de atraí-los para o ‘sistema’.

---

<sup>3</sup> Os jacobinos era um grupo urbano organizado que na França revolucionária conquistou os camponeses para a sua causa.

<sup>4</sup> Segundo Gramsci (2002, P. 328-329), a função do Piemonte no *Risorgimento* italiano “é a de uma “classe dirigente”. Na realidade, não se trata do fato de que, em todo território da península, existissem núcleos de classe dirigente homogênea, cuja irresistível tendência à unificação tenha determinado a formação do novo Estado nacional italiano. Estes núcleos existiam, indubitavelmente, mas sua tendência à união era muito problemática e, o que mais conta, nenhum deles, cada qual em seu âmbito, era “dirigente”. O dirigente pressupõe o “dirigido”, e quem era dirigido por estes núcleos? Estes núcleos não queriam “dirigir” ninguém, isto é, não queriam harmonizar seus interesses e aspirações com os interesses e aspirações de outros grupos. Queriam “dominar”, não “dirigir”, e mais ainda: queriam que fossem dominantes seus interesses, não suas pessoas, isto é, queriam que uma força nova, independente de qualquer compromisso e condição, se tornasse o árbitro da Nação: esta força foi o Piemonte e, daí a função da monarquia”.

A este fato Gramsci denomina transformismo, que é, portanto, uma forma complexa do processo sociopolítico, chamada de “revolução passiva”, identificada por ele de duas maneiras: na primeira, ocorre uma revolução sem participação das massas, como o *Risorgimento*, e, na segunda sucede um progresso dissimulado de classes sociais impedidas de avançar abertamente, como a burguesia na França da Restauração, daí a rotulação posta por Gramsci de “revolução-restauração”.

Dessa forma, podemos entender que o conceito de “revolução passiva” trabalhado por Gramsci, diferentemente de uma revolução popular, feita “de baixo para cima”, do tipo jacobina, pressupõe sempre a presença de dois momentos: o da “restauração” (na medida em que é uma reação à possibilidade de uma efetiva e radical transformação “de baixo para cima”) e o da “renovação” (portanto muitas demandas populares são atendidas pelas velhas camadas dominantes). Gramsci entende que no desenvolvimento capitalista italiano faltava uma iniciativa popular unitária, assim como se verificou que este desenvolvimento era uma reação das classes dominantes a subversão elementar e desorganizada das massas populares, ante a movimentos de “restaurações” vindos de baixo, ou seja, de “revoluçõesrestaurações” ou “revoluções passivas”.

O elemento restaurador, no conceito gramsciano, não invalida o fato de ocorrerem também modificações efetivas. A este respeito, Gramsci (2002) exprimiu:

Pode-se aplicar ao conceito de revolução passiva (e pode-se documentar no *Risorgimento* italiano) o critério interpretativo das modificações moleculares, que, na realidade, modificam progressivamente a composição anterior das forças e, portanto, transformam-se em matriz de novas modificações. (P. 317).

Havia, ainda, em Gramsci uma convicção de que o fascismo era uma forma transitória de governo da burguesia. Com base nesse suposto, aplica exploratoriamente o conceito de “transformismo” ou “revolução-passiva” ao regime instituído por Mussolini na Itália, como instrumento para explicar a passagem do capitalismo italiano de sua fase concorrencial ao período monopolista. De acordo com o Gramsci (2006), com o fascismo,

(...) ter-se-ia uma revolução passiva no fato de que, por intermédio da intervenção legislativa do Estado e através da organização corporativa, teriam sido introduzidas na estrutura econômica do país modificações mais ou menos profundas a fim de acentuar o elemento “plano de produção”, isto é, teria sido acentuada a socialização e a cooperação da produção, sem com isso tocar (ou limitando-se apenas a regular e controlar) a apropriação individual e grupal do lucro. No quadro concreto das relações sociais italianas, esta pode ter sido a única solução para desenvolver as forças produtivas da indústria sob a direção das classes dirigentes tradicionais, em concorrência com as mais avançadas formações industriais de países que monopolizam as matérias-primas e acumularam gigantescos capitais. (P. 299).

Gramsci discerne, portanto, uma ‘função de tipo Piemonte’ nas revoluções passivas, as quais significam mudanças políticas e sociais conduzidas pelo Estado na ausência de classes sem condições para mobilizar o apoio das massas populares. Nestes casos, existe governo e até governo forte; mas não existe liderança.

Esta situação pode ser pensada para o caso brasileiro, resguardando a diferença fundamental entre o *Risorgimento* italiano e a história do Brasil. Na Itália, um Estado particular desempenhou o papel definidor da formação de um novo Estado nacional unitário, enquanto o Estado que desempenha no Brasil a função de protagonista das revoluções passivas já é um Estado unificado. (COUTINHO, 1985).

Deixando de lado, porém, esta diferença, o correto é asseverar que o Estado brasileiro teve historicamente o mesmo papel que Gramsci atribuiu ao Piemonte, de substituto das classes sociais em sua função de conduzir a transformação e assumir a tarefa que é “dirigir” politicamente as próprias classes economicamente dominantes, tendo função de ‘domínio’ e não ‘direção’. (COUTINHO, 1985).

No Brasil, as transformações sempre resultaram do deslocamento da função hegemônica de uma para outra fração das classes dominantes, sendo que estas classes, em seu conjunto, nunca desempenharam uma função hegemônica diante das massas populares. Sempre delegaram ao Estado – aos militares ou aos burocratas –, ao qual coube a função de “controlar” e, de acordo com as necessidades, reprimir as massas subalternas. Esta foi a forma encontrada

pela burguesia brasileira para fazer a transição para o capitalismo, o modelo de “revolução passiva”.

### **3 O Estado brasileiro e a “revolução passiva”**

O conceito gramsciano de “revolução passiva” aplicado ao caso brasileiro pressupõe o entendimento acerca do fortalecimento do Estado em favor das forças hegemônicas e a prática do transformismo como modalidade de desenvolvimento histórico que exclui as massas populares desse processo.

Assim sendo, a modernização capitalista brasileira – industrialização, urbanização e estrutura social complexa – foi implementada pelo Estado. Não houve uma “revolução burguesa”, este fato aconteceu mesmo com o grande latifúndio e a dependência do capital imperialista.

A propriedade latifundiária transformou-se, rapidamente, em empresa agrária e o capital estrangeiro no acelerador da industrialização. O povo brasileiro não tomou parte nessa empreitada, melhor expressando, os trabalhadores do campo e os da cidade não tiveram participação neste processo, haja vista que não existiu uma burguesia revolucionária no País. A transformação capitalista sucedeu a partir de acordos entre frações das classes que dominavam economicamente, à exclusão dos movimentos populares, do emprego dos aparelhos repressivos e da intervenção econômica do Estado.

Em todos os momentos importantes da história do Brasil, ligados ou não aos períodos de transição, para as fases capitalistas, foram encontradas formas de excluir o povo e de as elites se recomporem ou fazerem alianças para continuar no poder, ou seja, de fazer uma “revolução passiva”.

Dessa forma, a leitura gramsciana sobre a “revolução passiva” é fundamental para o entendimento do papel do Estado brasileiro no desenvolvimento econômico, político e social. Destacaremos, inicialmente, o período varguista e a culminância com a instalação da ditadura em 1937. Esta é uma reação às tentativas de organização dos movimentos populares, que se inicia em 1922, ano em que foi fundado o Partido Comunista Brasileiro – PCB e eclodiu a primeira manifestação armada militar comandada pelos tenentes.

Nesse período, o movimento operário levantava a bandeira dos direitos civis e sociais, enquanto as camadas urbanas emergentes lutavam pelo direito uma participação maior na vida política do País. Esses movimentos, que faziam pressão de “baixo para cima”, fizeram com que as oligarquias agrárias dominantes se reorganizassem, costurassem alianças, ligadas à produção para o mercado interno, assumindo o controle da Revolução de 1930.

A vitória da Revolução de 1930 possibilitou a constituição de um novo bloco de poder, no qual a fração oligarquia vinculada a agricultura de exportação foi posta numa posição inferior, ao mesmo tempo em que se tentava “cooptar a ala moderada da liderança político-militar das camadas médias (os tenentes)”. (COUTINHO, 1985, P.04). O estilo elitista desse novo grupo, no entanto, fazia com que os setores populares continuassem a margem do poder. Eles ainda não estavam; eram representados pelo frágil Partido Comunista e por um pequeno grupo de tenentes de esquerda que não haviam participado da Revolução. (COUTINHO, 1985).

Diante dessa situação, os comunistas e os tenentes de esquerda, tentaram protestar. Organizaram o levante comunista de 1935 – a chamada Intentona – transformado num desastre e reprimido, rapidamente, pelo governo, tornando-se o principal motivo para instauração da ditadura Vargas.

A ditadura Vargas, com seu caráter repressivo e ideológico de tipo fascista, não poupou os comunistas. Nesse período, todavia, também chamado de “Estado Novo”, alavancou-se uma acelerada industrialização do País, contando com o apoio industrial da burguesia nacional e internacional e de parte da camada militar. Para acalmar os anseios das camadas populares e atender as suas reivindicações, Vargas promulgou um conjunto de leis de proteção ao trabalho (salário mínimo, férias pagas, direito à aposentadoria, licença-maternidade etc.), porém impôs uma legislação sindical corporativa, de inspiração fascista, que atrelava os sindicatos ao aparelho estatal e liquidava com a autonomia. A ditadura Vargas se enquadrava conceito de “revolução passiva” ou “revolução-restauração”.

Do período que compreende de 1937 a 1945, ressaltamos o início de um fenômeno que se incorporou à política brasileira, o chamado “populismo” – modalidade de legitimação carismática, mas que se desenvolveu plenamente

o período liberal-democrático, que se estendeu de 1945 a 1964, retomado novamente nos anos 2000, mas precisamente no ano de 2002, com o governo de Luís Inácio Lula da Silva. O populismo deve ser interpretado como tentativa de incorporar ao bloco de poder, em posição subalterna, os trabalhadores do campo e da cidade, mediante a concessão dos direitos, benefícios sociais, ou seja, vantagens econômicas. Aqui utilizaremos o conceito gramsciano de transformismo para discutir o período de 1945 a 1964.

A ação transformista utilizada pela burguesia, no período de 1945 a 1964, não teve êxito, pois encontrou forte resistência nos setores mais combativos da classe trabalhadora, mas a causa principal foi a impossibilidade de os governos garantirem ao conjunto de trabalhadores, em razão das fortes crises econômicas, as condições mínimas exigidas para o funcionamento do pacto populista. (COUTINHO, 1985).

O sucesso do “populismo” neste período pode ser encontrado no segundo governo de Getúlio Vargas e no de Juscelino Kubitschek e este êxito decorreu do amplo consenso conquistado pela política nacional-desenvolvimentista, caracterizada por acelerados processos de industrialização com base na substituição de importações.

Fora do pacto populista estavam os assalariados agrícolas e os camponeses, que continuavam sem seus direitos sociais e trabalhistas e – ainda eram analfabetos – do direito do voto. Esta exclusão tornava possível a manutenção, no bloco de poder, da velha oligarquia latifundiária e servia também à burguesia industrial, pois ampliava significativamente o exército industrial de reserva. Desta forma, pressionava para baixo o valor dos salários dos trabalhadores urbanos. (COUTINHO, 1985).

O período da ditadura militar instituída no Brasil a partir de 1964 pode ser compreendido quando Gramsci exprime que o fascismo é um tipo de “revolução passiva” por via do Estado, que pôs em prática profundas modificações, com a finalidade de não mexer nos lucros individuais e dos grupos instalados no poder e desenvolver a indústria, tendo como dirigentes as classes tradicionais.

O regime ditatorial militar de 1964 não pode ser considerado como um regime fascista de modelo “clássico”, como foi o fascismo italiano, mas os objetivos de política econômica guardam fortes semelhanças, que podemos assim inventariar:

- desenvolvimento intenso das forças produtivas, por via de intervenção do Estado, com o claro objetivo de favorecer e consolidar a expansão do capitalismo monopolista;
- transformação da estrutura agrária, tornando-a predominantemente capitalista, mesmo conservando o latifúndio como eixo central;
- os militares, na qualidade de tecnocratas que se apoderaram do aparelho estatal, controlaram e limitaram a ação do capital privado, submetendo os interesses dos muitos capitais ao capital em seu conjunto, mas mantiveram e reforçaram o lucro privado e conservaram o poder das classes dominantes tradicionais, seja a burguesia industrial e financeira (nacional e internacional), sejam os latifundiários que se tornaram paulatinamente cada vez mais capitalistas.

O regime militar conquistou, nos primeiros momentos, amplo consenso entre setores das camadas médias, conseguindo isso a partir do instante em que se impôs como protagonista da modernização capitalista brasileira, mesmo que esta tenha conservado elementos de “atraso”, despertando esperanças e criando expectativas nos grupos sociais, fornecendo algumas respostas aos estratos conservadores da sociedade brasileira.

O Estado brasileiro, que sempre esteve na linha de frente das grandes transformações capitalistas, ou seja, foi com freqüência o protagonista da “revolução passiva”, não se utiliza apenas da coerção, pois também se louva do consenso. Gramsci, em seus estudos, indicou este fato e também o modo pelo qual se obtém esse consenso no caso dos processos de transição “pelo alto”, a burguesia faz a cooptação das frações rivais das próprias classes dominantes – assimilação pelo bloco de poder – e chega até mesmo a cooptar setores inteiros das classes subalternas.

Gramsci elenca na história italiana dois tipos de transformismo. O primeiro ocorreu de 1860 a 1900, denominado de transformismo “molecular”, no âmbito do qual personalidades políticas singulares, orientadas pelos partidos democráticos de oposição, se incorporavam individualmente à ‘classe política’ conservadora-moderna – caracterizada pela aversão a qualquer intervenção das massas populares na vida estatal, a qualquer reforma orgânica que substitua o domínio ditatorial por uma hegemonia. O outro foi iniciado em 1900, transformismo de grupos radicais, que passaram para o campo moderado.

Os dois tipos de transformismo permeiam a história brasileira. Podemos dizer que o tipo “molecular”<sup>5</sup> teve sempre mais frequência, utilizando como incorporação ao bloco de poder, políticos de oposição, prática que se encontra arraigada desde o Brasil-Império se estendendo até os dias atuais.

No período da história brasileira que se inicia em 2002, tivemos um caso típico de transformismo de grupos ou classes sociais de oposição. Este representa a vitória eleitoral do Partido dos Trabalhadores – PT, da candidatura presidencial de Luís Inácio Lula da Silva, depois de três sucessivas derrotas.

O PT foi criado em 1980, diante da crise política da “abertura” da ditadura militar como resposta do movimento operário e camponês, e em decorrência da greve centrada nas montadoras do ABC paulista, tendo as principais lideranças desse movimento grevista se transformado nas lideranças do próprio PT. O líder político e, presidente eleito, Lula da Silva, em 2002, nasceu nesse contexto.

Após a primeira derrota do PT em 1989, este começa a ser cooptado pela burguesia, surgem as alianças para tornar o PT “aceitável” e confiável para o empresariado nacional, internacional, Fundo Monetário Internacional – FMI e as “classes médias”. O PT chega, então, ao governo com o apoio da “fração reacionária da burguesia brasileira, boa parte de seus políticos tradicionais e uma vasta legião de arrivistas”. (COGGIOLA, 2004, p 12).

A vitória do PT, em 2002, decorreu da concretização do processo de cooptação geral deste grupo, haja vista que direção do Partido se comprometeu

---

<sup>5</sup> No Brasil o transformismo “molecular” desempenhou papel negativo, mas decisivo, na vida cultural do País, pois com a incorporação de significativas parcelas dos

com o superávit primário, pagamento da dívida externa, total submissão ao Fundo Monetário Internacional – FMI e com as leis de “responsabilidade fiscal”, agradando o capital nacional e internacional.

O PT e Lula da Silva se consolidavam, no imaginário popular, por serem considerados representantes dos interesses da classe operária, dos camponeses e dos pobres em geral. Na verdade, este governo acalma os setores populares do Brasil, com medidas populistas, focalizadas, mas, sobretudo, defende os interesses capitalistas, “colaboração de classes”, nas palavras de Coggiola (2004), “criar um fator de contenção da emergência do movimento operário e camponês da América Latina” (P.31).

intelectuais pelo Estado que representavam, os valores das classes populares enfraquecia sempre qualquer movimento opositor às camadas dominantes.

#### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

COGGIOLA, Osvaldo. *Governo Lula: da esperança à realidade*. São Paulo: Xamã, 2004.

COUTINHO, Carlos Nelson. As Categorias de Gramsci e a Realidade Brasileira. In: *Crítica Marxista*, Roma, Editori Riuniti, n. 5, ano 23, 1985, pp.35-55.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. V. 5, edição e tradução de Luiz Sérgio Henriques; co-edição, Carlos Nelson Coutinho e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

\_\_\_\_\_. *Cadernos do Cárcere*. V. 1, edição e tradução de Luiz Sérgio Henriques; co-edição, Carlos Nelson Coutinho e Marco Aurélio Nogueira. 4 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

<sup>1</sup> Doutora em Educação Brasileira na Universidade Federal do Ceará; pesquisadora do Laboratório de Estudos sobre Trabalho e Qualificação Profissional – LABOR; pesquisadora do

Núcleo de Pesquisa em Educação Profissional – NUPEP; professora no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará. Email: tônia\_abreu@hotmail.com.

ARTIGO RECEBIDO EM 13.09.2010.  
APROVADO EM 28.09.2010.

## OS LIMITES DA AÇÃO DO ESTADO EM FAVOR DA CLASSE PROLETÁRIA

### THE LIMITS OF STATE ACTION IN FAVOR OF CLASS PROLETARIAN

Maria Fernanda da Silva<sup>1</sup>

#### RESUMO

Este trabalho analisa os limites da ação do Estado diante dos interesses da classe proletária, investigando o surgimento do capital e do Estado e percebendo a relação que estes estabelecem entre si. A pesquisa bibliográfica realizada teve como base as obras de Marx, Engels, Mészáros e Tonet. Por meio do estudo desses (e de outros) autores constatou-se que o Estado é a estrutura totalizadora abrangente de comando político do capital. Isto permite concluir que a luta dos trabalhadores dentro do Estado pode apenas trazer ganhos parciais – passíveis de serem incorporados pela lógica do sistema capitalista – que estão muito aquém de libertá-los da escravização assalariada. Assim sendo, o horizonte da classe proletária deve ser o da radical contraposição à forma de sociabilidade capitalista.

**PALAVRAS-CHAVE:** Capital – Estado – Classe proletária.

#### ABSTRACT

This paper examines the limits of state action before the interests of the proletarian class, investigating the emergence of capital and state and realizing the relationship they establish together. The bibliographical research was based on the books of Marx, Engels, Meszaros and Tonet. By studying these (and other) authors found that the state is the command structure comprehensive totalizer political of capital. This suggests that the struggle of workers within the State can only bring partial gains - which can be incorporated into the logic of the capitalist system - which are far from free them from enslavement salaried. Thus, the horizon of the proletarian class must be the radical opposition to the capitalist form of sociability.

**KEYWORDS:** Capital - State - Class proletarian.

## **INTRODUÇÃO**

Este estudo tem como pressuposto a impossibilidade da neutralidade no processo de análise e desvendamento das relações sociais, uma vez que a sociedade é composta por classes sociais antagônicas. Deve-se então esclarecer que aqui é privilegiado o ponto de vista da classe proletária, ou seja, daquela classe de trabalhadores coletivos que produzem mais-valia e convertem a natureza em meios de produção e de subsistência, sem os quais nenhum tipo de sociedade poderia existir.

O intuito desta investigação é, então, perceber quais os limites que as ações estatais apresentam em se tratando de atender às demandas da classe proletária.

Assim, o percurso que escolhemos percorrer para a consecução de nosso objetivo foi o seguinte: acentuar o trabalho com fundamento do ser social, apresentar sinteticamente a gênese do capital e do Estado e demonstrar a forma de funcionamento da engrenagem Capital-Estado. Diante das evidências, nas considerações finais, apontaremos o único horizonte que se põe para a classe proletária afim de que essa possa realmente se libertar da escravização assalariada.

### **1 TRABALHO: CATEGORIA FUNDANTE DO SER SOCIAL**

Os homens e mulheres que compõem uma sociedade possuem necessidades que para serem satisfeitas requerem a produção e a distribuição de bens, ou seja, de riqueza social. A atividade econômica configurada nesta produção e distribuição de produtos tem como base o trabalho, que, ao transformar matérias naturais em produtos se torna, então, indispensável para que a sociedade possa manter-se e reproduzir-se.

Este trabalho realizado pela espécie humana é de natureza bastante diferente se comparado com a atividade engendrada pelas outras espécies animais. Vejamos os motivos: (1) o trabalho requer a mediação de instrumentos (produzidos pelos próprios sujeitos que trabalham) entre a atuação do homem sobre a natureza.

A criação de instrumentos de trabalho, mesmo nos níveis mais elementares da história, coloca para o sujeito do trabalho o *problema dos meios e dos fins* (finalidades) e, com ele, o *problema das escolhas*: se um machado mais longo ou mais curto é ou não adequado (útil, bom) ao fim a que se destina (a caça, a autodefesa etc.). (NETTO e BRAZ, 2009, p.32, grifos dos autores).

(2) Pelo trabalho, também são requeridos dos homens habilidades e conhecimentos adquiridos pela experimentação e transmitidos pelo aprendizado. (3) As formas de o trabalho atender às necessidades humanas e essas próprias necessidades são variadíssimas.

O ato do trabalho se diferencia finalmente porque, tal como aludido na citação acima, é precedido por uma antecipação mental de suas finalidades, uma prefiguração do sujeito a respeito dos resultados que almeja conseguir por meio do trabalho.

Não é importante saber em que medida o fim a ser alcançado corresponderá mais ou menos à idealização (prefiguração) do sujeito; importante é destacar que sua atividade parte de uma finalidade que é antecipada idealmente, é sublinhar que sua atividade tem como ponto de partida uma intencionalidade prévia – mais exatamente, é importante ressaltar que o trabalho é uma atividade projetada, *teleologicamente direcionada*, ou seja: conduzida a partir de um fim proposto pelo sujeito. (Ibidem, p.32, grifo dos autores).

Tal prefiguração é indispensável ao trabalho, que só se realiza quando aquela se objetiva, ou seja, no momento em que, pela ação concreta, a matéria natural é transformada. Tem-se, assim, que o trabalho se processa em meio a uma indissociável ligação entre os planos subjetivo e objetivo.

Tais características não se verificam nas atividades que a natureza determina; são, antes, uma nova forma de atividade própria de uma única espécie animal.

As experiências (saberes) imediatas que o trabalho oferece ao sujeito são por esse generalizadas e universalizadas através de um sistema de comunicação. Assim é que o trabalho tanto requer, como impulsiona a criação de uma linguagem articulada “que além de *aprendida*, é condição para o aprendizado. Através da linguagem articulada, o sujeito do trabalho expressa as suas representações sobre o mundo que o cerca” (NETTO e BRAZ, 2009, p.33, grifo dos autores).

A comunicação torna-se importante ainda pelo fato de que o trabalho sempre se configura como atividade coletiva, o que pressupõe que os conhecimentos necessários para realizá-lo devem também ser coletivizados. Tal coletivização marca a atividade do trabalho e confere a este um caráter substantivamente social.

Como se pode observar, portanto, o trabalho não transforma apenas a matéria natural, pela ação dos seus sujeitos, numa interação que pode ser caracterizada como o *metabolismo entre sociedade e natureza*. O trabalho implica mais que *relação sociedade/natureza*: implica uma *interação no marco da própria sociedade*, afetando os seus sujeitos e a sua organização. O trabalho, através do qual o sujeito transforma a natureza (e, na medida em que é uma transformação que se realiza *materialmente*, trata-se de uma transformação **prática**), transforma também o seu sujeito: foi através do trabalho que, de grupos de primatas, surgiram os primeiros grupos humanos – numa espécie de *salto* que fez emergir um novo tipo de ser, distinto do ser natural (orgânico e inorgânico): o **ser social**. (Ibidem, p.34, grifos dos autores).

Deste modo, temos que o trabalho enquanto ação exercida exclusivamente por seres humanos é a forma através da qual se cria a riqueza social que satisfaz as necessidades humanas e ao mesmo tempo faz dos seres humanos, seres sociais, constituindo como tal a humanidade.

Ao longo da história da humanidade, os tipos de transformação da natureza pelo trabalho sofreram mudanças traduzidas nas novas formas de produção material da vida em sociedade. Porém, mesmo com todas as mutações que desembocaram em novos modos de produção, a natureza continuou sendo primordial para a manutenção da vida.

## 1.2 NATUREZA, TRABALHO E SER SOCIAL

Sendo a natureza formada por todos os seres orgânicos e inorgânicos existentes no universo, esta se impõe como a unidade articuladora de todos os seres: os que podem e os que não podem se reproduzir.

Da relação dos seres vivos (orgânicos) com os seres inorgânicos, exercida ao longo de milhões de anos, resulta a constituição de organismos animais novos e complexos: os mamíferos primatas, e foi a partir desses, segundo as pesquisas científicas consideradas honestas, “*através de outro salto qualitativo*, sobre o qual

carecemos de conhecimentos detalhados [...], que surgiu a espécie humana” (Ibidem, p.36, grifos dos autores).

Trata-se, mesmo, de um outro *salto* – o surgimento da espécie humana não configura uma necessidade da evolução biológica nem o desdobramento de uma programação genética: foi uma autêntica ruptura nos mecanismos e regularidades naturais, uma passagem casual como a da natureza inorgânica à orgânica e foi precedida, certamente, de modificações ocorrentes numa escala temporal de largo curso. A espécie humana desenvolve-se como um outro **novo tipo de ser**, até então inexistente, e cujas peculiaridades não se devem à herança biológica nem a condições geneticamente predeterminadas: um modo de ser radicalmente inédito, o **ser social**, dotado de uma complexidade de novo tipo e exponencialmente maior que a verificável na natureza (inorgânica e orgânica). (Ibidem, p.36, grifos dos autores).

Uma atividade está na essência deste novo salto, sendo ela responsável pela distinção daqueles seres do restante dos outros seres vivos e executada com vistas à sua sobrevivência. Tal atividade é que gerou mudanças consistentes nas relações exercidas entre estes novos seres, as quais não existiam antes na natureza; e, ao longo de milhões de anos, esta atividade de que se fala foi adquirindo características específicas que a transformaram no trabalho.

Noutras palavras: *foi através do trabalho que a humanidade se constituiu como tal*. Ou, se se quiser: *o trabalho é fundante do ser social*, precisamente porque é de ser social que falamos quando falamos de humanidade (sociedade). (Ibidem, p.37, grifos dos autores).

Sendo o ser social fundado pelo trabalho, tem-se que as demais categorias que compõem sua totalidade (educação, direito, linguagem, política) são também fundadas pelo trabalho. Tais categorias mantêm para com o trabalho uma dependência ontológica e entre si, uma relação de determinação recíproca.

Assim, o trabalho, como a categoria que funda a nova realidade, fez derivar outras categorias, a exemplo da ciência, da religião, da educação, da política etc. Mas isto não significa dizer que, pelo fato de ser uma categoria originária e central, as atividades dos homens, ante toda a complexidade adquirida no mundo atual, possam se reduzir ao trabalho. (BERTOLDO, 2009, p. 96).

Ao se constatar que o trabalho é a categoria fundante do ser social, tornase perfeitamente compreensível o fato de que a realidade social é radicalmente

histórica, produzida pela atividade social dos homens, podendo ser por estes radicalmente modificada.

É por meio do trabalho que o ser social articula simultaneamente sua subjetividade com a objetividade posta diante de seus olhos, sendo que esta tem prioridade em relação àquela. No ato do trabalho isto é revelado com muita clareza: tomemos a construção de uma casa, por exemplo, a ação de construção requer que venha à tona a subjetividade, mas é imprescindível que se busquem na natureza os meios para isso. A ausência de condições materiais adequadas de todo impede o empreendimento. A subjetividade aqui é submetida à objetividade.

A cisão entre subjetividade e objetividade não pode, então, ser algo natural, mas sim social, acontecendo num determinado momento da história. Conforme já afirmamos, cada forma de sociabilidade (modo de produção) terá um modo específico de trabalho e é a divisão de classes típica do modo de produção capitalista que vai produzir a divisão entre os pólos da subjetividade e da objetividade, dando origem a um tipo diferente de trabalho: o trabalho abstrato. Ao contrário da comunidade primitiva, onde aqueles pólos eram harmônicos, na sociabilidade inaugurada pelo capital o ser social dá lugar ao ser singular que só se torna indivíduo social ao se apropriar da riqueza produzida pelo trabalho. A apropriação privada, juntamente com o individualismo são exigências do modo capitalista de produção.

Passemos agora para o estudo do modo de funcionamento da sociabilidade capitalista e de seu correlato na política, o Estado.

## **2 O SURGIMENTO DO CAPITAL E DO ESTADO**

Já de início, devemos ter claro que o capital não é uma entidade material, mas uma relação social totalizadora entre uma classe que explora e outra que é explorada.

O capital é resultado da apropriação privada que os homens fazem surgir na história da humanidade entre o período bárbaro e a civilização, quando estes, ao descobrirem novos materiais e construírem novos instrumentos de trabalho, puderam produzir para além de suas necessidades, gerando um excedente apropriado por uma parte da sociedade, em detrimento da exploração e escravização de outra.

O desenvolvimento de todos os ramos da produção, criação de gado, agricultura, ofícios manuais domésticos tornou a força de trabalho do homem capaz de produzir mais do que o necessário para a sua manutenção. Ao mesmo tempo, aumentou a soma de trabalho diário correspondente a cada membro da gens, da comunidade doméstica ou da família isolada. Passou a ser conveniente conseguir mais força de trabalho, o que se logrou através da guerra; os prisioneiros foram transformados em escravos. Dadas as condições históricas gerais de então, a primeira grande divisão social do trabalho, ao aumentar a produtividade deste, e por conseguinte a riqueza, e ao estender o campo da atividade produtora, tinha que trazer consigo - necessariamente - a escravidão. Da primeira grande divisão social do trabalho, nasceu a primeira grande divisão da sociedade em duas classes: senhores e escravos, exploradores e explorados. (ENGELS, 2010, p.57).

Dentro de um processo crescente de expansão e acumulação e por meio de uma divisão social hierárquica do trabalho é gerada uma imensa riqueza apropriada por uma classe que diante disso se tornou dominante. A socialização dessa riqueza se torna, então, uma impossibilidade se for mantida tal relação de apropriação e exploração.

Os interesses mais vis – a baixa cobiça, a brutal avidez de prazeres, a sórdida avareza, o roubo egoísta da propriedade comum – inauguram a nova sociedade civilizada, a sociedade de classe. [...] E a nova sociedade, através desses dois mil e quinhentos anos de sua existência, não tem sido senão o desenvolvimento de uma pequena minoria às expensas de uma grande maioria explorada e oprimida; e continua a sê-lo, hoje mais do que nunca. (ENGELS, 2010, p.32).

O capital surge então como resultante do trabalho acumulado produzido pela exploração já referida. A necessidade ascendente de se obter lucros é a incontável condição dessa forma de controle sociometabólico totalizador, não sendo, pois, uma colocação dos desejos humanos, que são antes subjugados por ela e é por ela que a exploração acontece.

Com a inauguração do **sistema capitalista de produção**, a coerção para que o homem seja explorado se encontra separada do processo imediato de opressão no local de trabalho.

Para que a que a exploração possa acontecer, o ideário de liberdade e igualdade da nova classe que vai surgir com o sistema capitalista, a dos burgueses, passa a ser largamente difundido. Assim, no sistema capitalista, os homens são tidos como livres e iguais jurídica e politicamente para buscar a satisfação dos seus interesses. Tal liberdade é validada pelo contrato social.

Por trás destas idéias está o pilar da concepção filosófica burguesa: o indivíduo precede ontologicamente a sociedade, o que implica no fato de que o indivíduo tem a sua essência posta antes mesmo de sua entrada no meio social. Assim, o indivíduo, ao nascer, já traz consigo sua natureza humana, mas essa *para ser explicitada* necessita das relações sociais. Estas relações serão organizadas por meio do contrato social.

O contrato social necessita, entretanto, de um poder que o legitime e que o faça ser cumprido. Como consequência desta necessidade é que *surge o Estado Moderno*, a instituição que, ao assegurar as condições do contrato, será responsável pela transformação dos indivíduos, inicialmente auto-centrados, em seres sociais organizados. Assim, segundo a concepção burguesa, o Estado é que vai reunir os indivíduos, que já são ontologicamente indivíduos humanos, em sociedade.

É a crítica inaugurada por Marx que vai se contrapor radicalmente a este conjunto de idéias ao afirmar que a natureza humana é resultado da interação entre objetividade e subjetividade e que a realidade é radicalmente histórica e social, ou seja, os homens se constroem a si mesmos e a natureza do indivíduo é resultado da sua atividade social. Os indivíduos criam-se a si mesmos ao mesmo tempo em que criam a realidade social.

Separando o produtor dos meios de produção e se apropriando do trabalho excedente, o capital gera uma ausência insanável de unidade entre produção e controle (radicalmente opostos), produção e consumo (o consumo absurdamente amplo em poucos lugares e o desumano não atendimento das necessidades básicas de milhões de pessoas) e produção e circulação (a força de trabalho é sujeitada para que as mercadorias circulem globalmente) que, por sua vez, darão origem a uma profunda e insolúvel contradição traduzida nos antagonismos sociais advindos da relação entre capital e trabalho que ao longo da história inevitavelmente provocaram crises cíclicas e na contemporaneidade desencadearam uma crise estrutural.

Sob a necessidade de um controle político totalizador que impeça as contradições de se tornarem incontroláveis, o capitalismo surge simultaneamente com o Estado Moderno e mantém com esse uma relação de co-determinação: “o Estado moderno imensamente poderoso – e igualmente totalizador – se ergue sobre a base deste metabolismo socioeconômico que a tudo engole, e o *complementa* de forma indispensável (e não apenas servindo-o) em alguns aspectos essenciais” (MÉSZÁROS, 2009, p.98, grifo do autor).

A origem histórica do Estado, enquanto prática política totalizadora, data já da idade dos metais, quando por meio da revolução neolítica e o início do aparecimento da propriedade privada e das classes sociais. Já a origem ontológica do Estado, ou seja, aquilo que está na sua essência, é a divisão da sociedade em classes irreconciliáveis, o trabalho excedente que gera a propriedade privada.

Os elementos fundamentais de toda forma de Estado são: território, “o Estado caracteriza-se, em primeiro lugar, pelo agrupamento dos seus súditos de acordo com uma divisão territorial” (ENGELS, 2010, p.61), forças armadas:

A necessidade dessa força pública especial deriva da divisão da sociedade em classes, que impossibilita qualquer organização armada espontânea da população [...] é formada não só de homens armados como, ainda, de acessórios materiais, os cárceres e as instituições coercitivas de todo gênero, desconhecidos pela sociedade da gens. (ENGELS, 2010, p.612).

E ainda, impostos: “Para sustentar essa força pública, são exigidas contribuições por parte dos cidadãos do Estado: os impostos” (ENGELS, 2010, p.62); e burocracia: “Donos da força pública e do direito de recolher os impostos, os funcionários, como órgãos da sociedade, põem-se então acima dela” (Ibidem, p.62).

A função social do Estado é a manutenção da exploração.

Acabava de surgir, no entanto, uma sociedade que, por força das condições econômicas gerais de sua existência, tivera que se dividir em homens livres e escravos, em exploradores ricos e explorados pobres; uma sociedade em que os referidos antagonismos não só não podiam ser conciliados como ainda tinham que ser levados a seus limites extremos. Uma sociedade desse gênero não podia subsistir senão em meio a uma luta aberta e incessante das classes entre si, ou sob o domínio de um terceiro poder que, situado aparentemente por cima das classes em luta, suprimisse os conflitos abertos destas e só permitisse a luta de classes no campo econômico, numa forma dita legal. O regime gentilício já estava caduco. Foi destruído pela divisão do trabalho que dividiu a sociedade em classes, e substituído pelo Estado. (ENGELS, 2010, p.61).

Assim, “O capital chegou à dominância no reino da produção material paralelamente ao desenvolvimento das práticas políticas totalizadoras que dão forma ao Estado moderno” (MÉSZÁROS, 2009, p.106).

Sendo o sistema capitalista incapaz de resolver permanentemente suas inerentes contradições, estas podem apenas ser corrigidas, ajustadas, porém nunca resolvidas porque isso ocasionaria sua destruição.

O Estado moderno constitui a única estrutura corretiva compatível com os parâmetros estruturais do capital como modo de controle sociometabólico. Sua função é retificar – deve-se enfatizar mais uma vez: apenas até onde a necessária ação corretiva puder se ajustar aos últimos limites sociometabólicos do capital – a falta de unidade em todos os três aspectos referidos na seção anterior. (MÉSZÁROS, 2009, p. 107).

O Estado moderno, como uma força que emerge da sociedade e é separada do corpo social, surge então para *corrigir* as contradições do capital e suas brutais conseqüências para a humanidade, mas sem contrariar suas leis de funcionamento, antes as favorecendo e, por consequência, contrariando os interesses da classe proletária.

O Estado não é, pois, de modo algum, um poder que se impõe à sociedade de fora para dentro; tampouco é "a realidade da idéia moral", nem "a imagem e a realidade da razão", como afirma Hegel. É antes um produto da sociedade, quando esta chega a um determinado grau de desenvolvimento; é a confissão de que essa sociedade se enredou numa irremediável contradição com ela própria e está dividida por antagonismos irreconciliáveis que não consegue conjurar. Mas para que esses antagonismos, essas classes com interesses econômicos colidentes não se devorem e não consumam a sociedade numa luta estéril, faz-se necessário um poder colocado aparentemente por cima da sociedade, chamado a amortecer o choque e a mantê-lo dentro dos limites da "ordem". Este poder, nascido da sociedade, mas posto acima dela se distanciando cada vez mais, é o Estado. (ENGELS, 2010, p.61).

Entretanto, deve-se ter claro que:

O Estado jamais encontrará no Estado e na organização da sociedade o fundamento dos males sociais, [...]. Onde há partidos políticos, cada um encontra o fundamento de qualquer mal no fato de que não ele, mas o seu partido adversário, acha-se ao leme do Estado. Até os políticos radicais e revolucionários já não procuram o fundamento do mal na essência do Estado, mas numa determinada forma de Estado, no lugar da qual eles querem colocar uma outra forma de Estado. (MARX, 2010, p. 58-9).

O surgimento do Estado Moderno obviamente está ligado ao fato de que o trabalho no sistema do capital não perde seu caráter ontológico – já que isso é próprio de sua natureza, mas passa a ser também abstrato, causando estranhamento em sua forma assalariada, produtora de mais-valia, de valores de troca e de riqueza a ser apropriada por outrem.

Cabe a esse Estado o papel produzir o consenso entre os homens por coerção ideológica (e quando necessário, física), assim a exploração econômica da

condição de classe se dá sem a imprescindível coerção física que compareceu nas formas de exploração dos modos de produção anteriores.

A realidade – que ao mesmo tempo camufla e permite que sejam conhecidas suas leis de funcionamento – sendo interpretada pela cientificidade burguesa, esconde com êxito a exploração assalariada regulada pelo contrato social e legitimada no capitalismo pelo Estado, pois diante do Estado e da sociedade civil o trabalhador pensa ser livre e igual aos demais trabalhadores e ao seu patrão, passando despercebida para ele a violência contida na relação própria do capitalismo de dominação de uma classe sobre outra.

Supõe-se que o contrato de trabalho seja livremente firmado por ambas as partes. Mas considera-se livremente firmado desde o momento em que a lei estabelece no papel a igualdade de ambas as partes. A força que a diferença de situação de classe dá a uma das partes, a pressão que esta força exerce sobre a outra, a situação econômica real de ambas; tudo isso não interessa à lei. Enquanto dura o contrato de trabalho, continua a suposição de que as duas partes desfrutam de direitos iguais, desde que uma ou outra não renuncie expressamente a eles. E, se a situação econômica concreta do operário o obriga a renunciar até à última aparência de igualdade de direitos, a lei - novamente - nada tem a ver com isso. (ENGELS, 2010, p.21).

Sob a sua tão proclamada condição de **cidadão**<sup>1</sup>, o trabalhador aceita ser explorado porque julga ser ele mesmo o culpado pela situação em que se encontra, encarando como natural a profunda desigualdade existente na sociedade, não buscando as raízes que estão por trás dela. Tonet, ao escrever notas introdutórias ao texto *Glosas críticas marginais ao artigo “O rei da Prússia e a reforma social: de um prussiano”*, de Karl Marx, afirma que:

a emancipação política, expressa pela cidadania e pela democracia, é, sem dúvida, uma forma de liberdade superior à liberdade existente na sociedade feudal, mas, na medida em que deixa intactas as raízes da desigualdade social, não deixa de ser ainda uma liberdade essencialmente limitada, uma forma de escravidão. A inclusão dos trabalhadores na comunidade política não ataca os problemas fundamentais deles, pois eles podem ser cidadãos sem deixarem de ser trabalhadores (assalariados), mas não podem ser plenamente livres sem deixarem de ser trabalhadores (assalariados).

(TONET, 2010, p. 26)

---

<sup>1</sup> A cidadania ao mistificar a desigualdade e transformar todos os homens em iguais encobre a base que sustenta a não-realização da igualdade plena, dragando todas as energias democráticas como se através dela fosse possível avançar. A democracia burguesa funciona por meio da noção de cidadania que é o máximo de emancipação que o capitalismo pode permitir.

Diante da cidadania é que a consciência de classe é inviabilizada e o que surge em seu lugar são os movimentos de questões únicas. Vale ressaltar que algumas destas demandas das chamadas questões únicas, como a causa da mulher e a questão ambiental são não-integráveis ao capital. O trabalho como uma demanda também não-integrável pelo capital, uma vez que trabalho e capital são forças antagônicas, coloca-se como a única energia a por em xeque toda a estrutura da sociedade capitalista, unindo todas as questões únicas simultaneamente imbricadas nele à questão de classe.

O trabalho não é apenas não integrável [...] mas – precisamente como a única *alternativa estrutural* viável para o capital – pode proporcionar o quadro de referências estratégico abrangente no qual todos os movimentos emancipadores de “questão única” podem conseguir transformar em sucesso sua causa comum para a sobrevivência da humanidade. (MÉSZÁROS, 2009, p.96, grifo do autor).

### 3 O FUNCIONAMENTO DA ENGRENAGEM ECONOMIA-POLÍTICA

O capitalismo é o primeiro sistema econômico da história que faz uma disjunção entre economia e política, o que faz com que suas respectivas funções sejam exercidas por esferas diferentes. No entanto, há uma dependência ontológica e uma autonomia relativa da política para com a economia e uma determinação recíproca entre as duas dimensões.

Antes de adentrarmos a esta discussão, é preciso ter clareza sobre o que é a economia e o que é a política. Sobre *economia*, Tonet esclarece que

Entendemos por economia o conjunto das relações que os homens estabelecem entre si no processo de transformação da natureza para produzir os bens materiais necessários à sua existência. Trata-se, portanto, de forças dos indivíduos, que são colocadas em comum, transformando-se, assim, numa força coletiva no processo de transformação da natureza. É evidente que isto implica, sempre, um determinado estágio de desenvolvimento das forças produtivas e certo tipo de relações de produção. Como os homens produzem e o que produzem são os elementos fundamentais que constituirão a base de qualquer forma de sociabilidade<sup>2</sup>. (TONET, 2010, p.5).

No capitalismo, tem-se que o desenvolvimento das forças produtivas não se dá de forma a atender igualmente as necessidades de todos os homens, como

<sup>2</sup> Fragmento do texto “Trabalho associado e revolução proletária”.

<sup>3</sup> Idem.

nas comunidades primitivas. Assim, dentro do sistema do capital, nada pode estar da mesma maneira a favor das duas classes antagônicas (capitalistas e trabalhadores). Não obstante, no capitalismo as forças produtivas estão sob o controle privado de uma minoria.

Falando agora sobre a *política*, Tonet escreve que

Entendemos por política aquela dimensão da atividade humana que, nascendo da propriedade privada (divisão social do trabalho, classes sociais), expressa o embate entre as classes sociais acerca da organização da sociedade, tendo esta por núcleo a produção e a apropriação da riqueza. A existência de classes sócias implica, necessariamente, a exploração e a dominação de uma(s) sobre a(s) outra(s). A reprodução da sociedade sob esta forma implica, por sua vez, a separação e a privatização de determinadas forças sociais (nucleadas pelo Estado) para a defesa de interesses particulares<sup>3</sup>. (TONET, 2010, p. 11).

Assim, tem-se que o poder político se configura como força social separada da sociedade, objetivada em determinadas instituições e posta a serviço de uma parte da sociedade (aquela mais favorecida materialmente).

Como o Estado nasceu da necessidade de conter o antagonismo das classes, e como, ao mesmo tempo, nasceu em meio ao conflito delas, é, por regra geral, o Estado da classe mais poderosa, da classe economicamente dominante, classe que, por intermédio dele, se converte também em classe politicamente dominante e adquire novos meios para a repressão e exploração da classe oprimida. Assim, o Estado antigo foi, sobretudo, o Estado dos senhores de escravos para manter os escravos subjugados; o Estado feudal foi o órgão de que se valeu a nobreza para manter a sujeição dos servos e camponeses dependentes; e o moderno Estado representativo é o instrumento de que se serve o capital para explorar o trabalho assalariado. (ENGELS, 2010, p.62)

Podemos considerar neste caso poder político como um sinônimo de alienação. Isso porque a política, sob a forma de Estado, faz parecer coletivos os interesses de uma parcela particular da sociedade civil, a dos proprietários, defendendo-os e garantindo sua efetivação. A classe proletária, cujos interesses não se confundem com os da classe proprietária, só pode então sentir-se alheia, estranha mesmo aos ditames deste poder político, muito embora este seja uma construção da própria sociedade da qual estes proletários fazem parte.

É precisamente esta contradição entre o interesse particular e o interesse coletivo que faz com que o interesse coletivo adquira, na qualidade de Estado, uma forma independente, separada dos interesses reais do indivíduo e do conjunto e tome simultaneamente a aparência de comunidade ilusória [...]. Daqui se depreende que todas as lutas no seio do Estado, a luta entre a

democracia, a aristocracia e a monarquia, a luta pelo direito de voto, etc., etc., são apenas formas ilusórias que encobrem as lutas efetivas das diferentes classes entre si [...]; depreende-se igualmente que toda a classe que aspira ao domínio, mesmo que o seu domínio determine a abolição de todas as antigas formas sociais da dominação em geral, como acontece com o proletariado, deve antes de tudo conquistar o poder político para conseguir apresentar o seu interesse próprio como sendo o interesse universal, atuação a que é constringida nos primeiros tempos. (MARX E ENGELS, 2010, p.18)

O caráter negativo da política própria da sociedade de classes se põe porque política aqui é luta de classes antagônicas pelo poder, por isso mesmo o poder político conseguido é sempre parcial e não universal.

A política, dada a forma como se constitui, não pode evitar a substituição da autêntica universalidade da sociedade por sua própria parcialidade, impondo assim seus próprios interesses sobre os dos indivíduos sociais, e apropriando-se, para si própria, do poder de arbitrar os interesses parciais conflitantes em nome de sua universalidade usurpada. (MÉSZÁROS, 2009, p. 565).

No processo histórico, entretanto, a política tal como se põe – enquanto luta pelo poder – terá concretamente um sentido positivo, pois o proletariado deverá se utilizar preliminarmente do poder político para lutar contra a burguesia capitalista e destruir a atividade de dominação de uma classe sobre outra, colocando em seu lugar a auto-atividade, o trabalho associado. Segundo Tonet<sup>3</sup>,

A política pode ser um instrumento nas mãos dos trabalhadores para preparar o terreno para a revolução social, destruindo a velha máquina do Estado para que possa entrar em cena a alma do socialismo, o trabalho associado, nada mais. (2010, p. 31).

Conforme explicitado anteriormente, capital e Estado mantêm entre si uma reciprocidade dialética, um não pode existir sem o outro, “a base socioeconômica do capital é totalmente inconcebível separada de suas formações de Estado” (MÉSZÁROS, 2009, p. 117), mas, suas funções estruturais são diversificadas e, por isso, separadas. O capitalista (enquanto personificação do capital) tem sob seu poder o comando dos meios de produção, da exploração do trabalhador e da extração da mais-valia. O Estado é responsável pelo comando político que fornece

---

<sup>3</sup> Nas notas introdutórias ao texto *Glosas Críticas*, de Marx.

as garantias para que a reprodução da esfera econômica possa seguir sem ter que lidar com os conflitos por ela gerados.

A disjunção que marca os campos de atuação do poder econômico e do poder político não é acidental, mas bastante útil ao sistema, pois permite que do ponto de vista político haja um tipo de emancipação (política) para os indivíduos que, entretanto, permanecem cativos da desigualdade produzida na base material da sociedade.

Assim, sendo os indivíduos livres na esfera política, sua posição na esfera material é fruto de suas escolhas; diante disto, qualquer questionamento da profunda desigualdade que reside na base econômica é destituído de razão. Isto porque a discussão se volta para a natureza humana, para o campo das aptidões e talentos que cada indivíduo igual desenvolveu igualmente, não tendo nenhum fundamento histórico-social, portanto não há alteração que possa ser feita, nem correção que possa ser realizada fruto de uma ação humana ou política do Estado.

Quanto mais poderoso é o Estado e, portanto, quanto mais *político* é um país, tanto menos está disposto a procurar no princípio do Estado, portanto *no atual ordenamento* da sociedade, do qual o Estado é a expressão ativa, autoconsciente e oficial, o fundamento dos males *sociais* e compreendê-los o princípio geral. O intelecto político é político exatamente na medida em que pensa *dentro* dos limites da política. Quanto mais agudo ele é, quanto mais vivo, tanto *menos é capaz* de compreender os males *sociais*. (MARX apud MÉSZÁROS, 2009, p. 564, grifo do autor).

O capital encontra no Estado o campo onde os conflitos podem ser amenizados, já que na esfera da política todas as tensões podem ser administradas sem que se questione a causalidade fundamental dos conflitos. Assim é que as lutas travadas pelos movimentos apenas na esfera da política acabam absorvendo muitos princípios liberais, já que atuam **omitindo a questão de classe** fundada na base material da sociedade. Ao cair nesta armadilha, os movimentos sociais de luta pela emancipação política dentro do Estado deixam de trazer à tona os elementos (classes sociais) da luta pela emancipação humana, a única que pode verdadeiramente tornar livres os homens.

Voltando para a atuação do Estado a favor do capital, tem-se como desdobramento o fato de que aquele atende aos trabalhadores, respondendo a algumas de suas pressões, não podendo, porém, permitir que a classe explorada opere com o mesmo estatuto da classe exploradora. Entretanto, no processo atual

de crise estrutural do capital, as concessões a favor da classe proletária estão ficando cada vez mais escassas, inviabilizando até mesmo as lutas parciais, com vistas à emancipação política.

A dificuldade não está apenas no fato de os perigos inseparáveis do atual processo de desenvolvimento serem hoje muito maiores do que em qualquer outro momento, mas também no fato de o sistema do capital global ter atingido seu zênite contraditório de maturação e saturação. Os perigos agora se estendem por todo o planeta; conseqüentemente, a urgência de soluções para eles, antes que seja tarde demais, é especialmente severa. Para agravar a situação, tudo se torna mais complicado pela inviabilidade de soluções parciais para o problema a ser enfrentado. Assim, nenhuma “questão única” pode, realisticamente, ser considerada a “única questão”. (MÉSZÁROS, 2009, p. 95).

O Estado, como estrutura totalizadora abrangente de comando político do capital, jamais será eficiente igualmente para classes que são antagônicas, todo o aparato jurídico-legal protege primeiro e incondicionalmente a propriedade privada, deixando os interesses da classe proletária em segundo plano. Assim, segundo Marx, “Se o Estado moderno quisesse acabar com a impotência da sua administração, teria que acabar com a atual vida privada. Se ele quisesse eliminar a vida privada, deveria eliminar a si mesmo, uma vez que ele só existe como antítese dela” (2010, p. 61).

Essa sua ineficiência é justificada pelo fato de que ele [o Estado] não nasceu para resolver os problemas, mas sim para corrigi-los, tal ineficiência no plano das políticas sociais é que o permite auxiliar eficientemente na reprodução do sistema do capital.

Como auxiliar da opressão de classe, o Estado precisa se adaptar às novas formas de produção da base econômica, assumindo novas funções exigidas pelo capitalismo. Quando não está sendo *útil* ao capital, a forma assumida pelo Estado pode ser modificada, passando da democracia à ditadura sem que o sistema econômico seja transformado (o socialismo real não deixa de ser uma forma de exemplificar isto). A relação de complementaridade entre Estado e capital faz também com que ao esse entrar em uma crise, aquele também padeça. Isso demonstra que entre sociedade civil, aqui entendida como as relações econômicas que os homens estabelecem entre si num determinado momento histórico, e Estado não há uma cisão, entre estes há, antes, uma imbricação.

Com efeito, essa dilaceração, essa infâmia, essa escravidão da sociedade civil é o fundamento natural em que se apóia o Estado moderno, assim como a sociedade civil da escravidão era o fundamento no qual se apoiava o Estado antigo. A existência do Estado e a existência da escravidão são inseparáveis. (MARX, 2010, p.60).

Finaliza-se esta parte reafirmando que o capital não aceita nenhum poder acima de si e as restrições que o poder político coloca só podem ser efetivadas se forem passíveis de absorção pelo capital, e ainda, de serem colocadas a seu favor. O Estado não pode, então, ser outra coisa senão um poder a serviço do capital.

Assim, a ênfase na necessidade de abolir o Estado para resolver as contradições da sociedade civil articula-se à idéia de que o Estado e a política em geral, como a conhecemos, são, por sua própria natureza, incapazes de abolir a si mesmos. (MÉSZÁROS, 2009, p. 565).

Isto comprova que a luta pela participação democrática no Estado nada mais pode ser que uma estratégia de defesa do trabalho na busca por direitos (que podem ser concedidos e retirados pelo capital), permanecendo aí intocada a forma capitalista de produção material, com suas contradições inerentes e sua antagônica relação entre trabalhadores e capitalistas.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Diante do que foi exposto, torna-se clara a impossibilidade de haver um tipo de atuação do Estado que seja total e permanentemente favorável aos interesses da classe proletária. Isto porque o Estado existe para garantir que a exploração típica da sociedade de classes possa se dar sem maiores problemas, protegendo em primeiro lugar a propriedade privada.

Sendo assim, os proletários não podem se ater à idéia de que o Estado poderá intervir em seu favor, isto porque mesmo os ganhos parciais que lhes são concedidos pela esfera da política podem e devem ser retirados, sobretudo em tempos de crise, tão logo não possam mais ser assimilados pelo sistema do capital em sua crescente e incontrolável ânsia pela acumulação de lucros.

Dessa forma, o único horizonte que se põe para a classe proletária é a revolução socialista, uma vez que somente essa possibilitará a destruição deste tipo de sociedade calcada em classes antagônicas e promoverá a emancipação humana que livrará os trabalhadores proletários da exploração assalariada. Tudo isso por

meio do trabalho associado, o qual fará com que os homens voltem a se encontrar com sua dimensão fundante, a única a permitir que todas as suas necessidades possam ser totalmente satisfeitas.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BERTOLDO, Edna. *Trabalho e Educação no Brasil: da centralidade do trabalho à centralidade da política*. Maceió: EDUFAL, 2009.

ENGELS, Friedrich. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*.

Disponível em:

<[http://www.intersindical.inf.br/formacao/engels/origem\\_familia\\_propriedade\\_privada\\_estado.pdf](http://www.intersindical.inf.br/formacao/engels/origem_familia_propriedade_privada_estado.pdf)>. Acesso em: 26 jul. 2010.

MARX, Karl. *Glosas críticas marginais ao artigo "O rei da Prússia e a reforma social"*.

De um prussiano. Tradução, prefácio e notas: Ivo Tonet. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A Ideologia Alemã*. Disponível em:

<<http://www.pcb.org.br/portal/docs/aideologiaalema.pdf>>. Acesso em: 04 ago. 2010.

MÉSZÁROS, István. *Para além do capital: rumo a uma teoria de transição*. São Paulo: Boitempo, 2009.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. *Economia política: uma introdução crítica*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

TONET, Ivo; NASCIMENTO, Adriano. *Descaminhos da esquerda: da centralidade do trabalho à centralidade da política*. São Paulo: Editora Alfa-omega, 2009.

<sup>1</sup> Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal de Alagoas. Mestranda em Educação Brasileira pela Universidade Federal de Alagoas. Bolsista do Programa de Demanda Social da CAPES. Email: [mariafernanda@ibest.com.br](mailto:mariafernanda@ibest.com.br)

ARTIGO RECEBIDO EM 23.09.2010.

ARTIGO APROVADO EM 04.10.2010

## **MUDANÇAS NO MUNDO DO TRABALHO E O NOVO DISCURSO PEDAGÓGICO DO CAPITAL**

**Francisco José Lima Sales<sup>1</sup>**

### **CHANGES IN THE LABOR WORLD AND THE NEW PEDAGOGICAL SPEECH OF THE CAPITAL**

#### **RESUMO**

O presente trabalho tem como objetivo desenvolver reflexões sobre o novo discurso pedagógico do capital. Oriundo das transformações ocorridas no mundo do trabalho, geradas pela introdução das inovações tecnológicas e organizacionais na produção, tal discurso ao defender que a moderna produção provocaria o alargamento das qualificações, passou a exigir uma política educacional que promovesse a educação básica, bem como novas oportunidades de formação continuada, capaz de alargar cada vez mais o leque de possibilidades de qualificação profissional dos trabalhadores.

**PALAVRAS-CHAVE:** Mundo do Trabalho - Educação Básica - Qualificação Profissional.

#### **ABSTRACT**

The present work has the objective of developing reflections on the new pedagogical speech of the capital. Originated in the transformations occurred in the labor world, generated by the introduction of the technological and organizational innovations in the production, that speech when defending that the modern production would broaden the qualifications, started demanding an educational policy that promoted the basic education, as well as new opportunities of continuous educational programs, able to increase even more the possibilities in the workers' professional skills.

**KEYWORDS:** Labor World - Basic Education - Professional Qualification.

## **1 INTRODUÇÃO**

O novo discurso sobre a necessidade de níveis mais elevados de educação básica e profissional para fazer frente à nova realidade capitalista, repercutiu em países economicamente heterogêneos, como os da América Latina, na medida em que estaria condicionado a existência de um setor dinâmico, correspondente aos dos países centrais. Na periferia, o setor moderno tenderia a difundir o novo discurso àqueles setores tradicionais da

economia, da mesma forma que, nos países avançados, as inovações organizacionais e as exigências de escolarização/qualificação – restritas igualmente a alguns ramos e setores – tenderiam a se propagar pelos setores que não introduziram tais estratégias.

Todavia, há diferenças importantes entre as economias avançadas e as periféricas, uma vez que, nos países centrais, a heterogeneidade ocasionada pela adoção do novo paradigma produtivo-organizacional seria precedida por uma elevada homogeneização da estrutura econômica; enquanto nos países periféricos, historicamente marcados por uma baixa homogeneização dessa estrutura, a nova heterogeneidade que se seguiria à modernização do setor mais dinâmico se agregaria à já tradicional heterogeneidade estrutural, que sempre caracterizou tais nações, como o Brasil.

A tendência observada acima tendeu a repercutir com mais intensidade nos países periféricos, pois o desemprego que se seguiu ao processo de reestruturação do capital teria atingido desde trabalhadores portadores de qualificação obsoleta – aqueles que não conseguem se adaptar às eventuais mudanças na tecnologia empregada –, até os portadores de maiores níveis de qualificação – aqueles que, no passado, foram beneficiados com amplas possibilidades de mobilidade social a partir da ampliação das oportunidades educacionais e do emprego formal (POCHMANN e BORGES, 2002 e POCHMANN, 2002). Do ponto de vista do mercado de trabalho, a novidade apresentada pelas novas formas do fenômeno de inclusão/exclusão do mercado de trabalho seria, então, a natureza qualificada da força de trabalho eliminada do setor moderno.

Nessa perspectiva, para os que passaram a fazer parte do moderno exército de reserva abrir-se-iam a contraditória possibilidade de inserção nas quase sempre penosas estratégias de sobrevivência, desenvolvidas no rol das atividades informais. Isso porque, se, por um lado, a inserção na informalidade restringia as possibilidades de reprodução da força de trabalho, por outro, a libertaria, na medida em que tornaria os excluídos do mercado formal donos do seu tempo e os únicos responsáveis pela sua atividade, lançando-os ao mesmo

tempo diante de grandes riscos, mas, também, segundo o discurso dominante, possibilitando a ampliação de novas chances.

Apesar de as inovações tecnológicas e mudanças organizacionais apontarem para uma maior segmentação dos trabalhadores e para uma crescente insegurança do emprego, se observou o surgimento de um discurso de ressignificação do sistema educacional, que passou a clamar por uma educação básica e profissional flexível e polivalente, ou seja, pela valorização de uma educação que contribuísse “para a formação de um novo trabalhador, com novas e maiores habilidades para o exercício de diferentes tarefas e para o relacionamento lógico com informações atualizadas continuamente” (POCHMANN, 2002, p. 51).

Aos trabalhadores e aos indivíduos que teriam uma chance no mercado formal de trabalho seria exigida uma educação de caráter abrangente, geral e abstrata, ou seja, uma formação capaz de desenvolver competências, consideradas fundamentais, tais como a criatividade, a autonomia, o desenvolvimento do pensamento divergente e da capacidade de comunicação etc. Todavia, a idéia força é que não somente os inseridos ou os que teriam chances de adentrar o mercado formal fossem contemplados, mas toda a população, mesmo aquela possivelmente excluída ou com menores chances de adentrar o mercado de trabalho, que tenderia a ser absorvida pelo mercado informal.

O interesse do capital pela educação dos trabalhadores se explicaria pela mudança do paradigma produtivo que exigiria a substituição de uma formação pautada na qualificação específica por outra fundada na qualificação geral. Essa mudança de paradigma educacional visaria, antes de tudo, à formação de competências mais apropriadas ao moderno modelo técnicoorganizacional, visando à empregabilidade do trabalhador.

Para Bruno (1995), as novas exigências passariam a gravitar em torno da posse de competências, classificada pela autora em três diferentes tipos: (i) competências de educabilidade (capacidade de aprender a aprender); (ii) competências relacionais; e, (iii) competências técnicas básicas ligadas aos diferentes campos do conhecimento. Tais competências deveriam possibilitar o desenvolvimento de capacidades sócio-comunicativas, de modo à

instrumentalizar os trabalhadores no trabalho cooperativo (em equipes), bem como na produção de conhecimentos ampliados que possibilitassem a independência profissional.

Para se alcançar esse objetivo, seria

[...] especialmente valoradas qualificações manuais e intelectuais que atende[sse]m as necessidades da vida diária, com caráter polivalente, enquanto qualificações artesanais s[eriam] requeridas não apenas para o desenvolvimento de atividades independentes mas também para novas formas de inserção parcial ou intermitente no mercado (por exemplo, trabalho por encomenda) que escapam às formas tradicionais do contrato. Ao trabalho flexível dever[ia] corresponder a flexibilização da atividade do indivíduo no decorrer de sua vida, a flexibilização de sua mente e de suas disposições de adaptação a situações novas e difíceis, a maior possibilidade de lidar com a insegurança e de montar mecanismos sociais e políticos para reduzi-la. O trabalho flexível exige um sistema de educação que prepare para enfrentar esta realidade e ofereça novos (outros) conhecimentos, ao lado da difusão de uma nova mentalidade (PAIVA, 1991, p. 89).

A flexibilidade educacional que corresponderia à flexibilidade do trabalho, por sua vez, somente seria conseguida por meio de uma formação abrangente, aberta a sucessivas adaptações, já que a flexibilização e a despadronização da produção que se seguiram à crise do taylorismo/fordismo, trariam, como conseqüência, a regressão do treinamento em serviço e a crescente formalização dos requisitos educacionais, ou seja, os recentes “requisitos profissionais, indispensáveis ao ingresso e à permanência no mercado de trabalho em transformação, seriam passíveis de atendimento somente por meio de um maior nível de educacional dos trabalhadores” (POCHMANN, 2002, p. 41).

O novo discurso do capitalismo sobre a educação, ao defender que a moderna produção provocaria o alargamento das qualificações, passou então a exigir uma política educacional que promovesse a formação geral, bem como novas oportunidades de educação continuada, capaz de alargar cada vez mais o leque de possibilidades de qualificação dos trabalhadores.

## 2 A RELAÇÃO ENTRE EDUCAÇÃO BÁSICA E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

Nesse contexto, a escola básica e de caráter geral passou a ser considerada o único meio de atender à flexibilização, que passou a caracterizar o processo produtivo contemporâneo, uma vez que somente a posse de operações cognitivas mais amplas e de conhecimentos de base científico-tecnológicos, desenvolvidas pela escolarização, poderia promover mais facilmente a adaptação dos trabalhadores, por meio da educação profissional em seus diferentes níveis, às difíceis condições do mercado de trabalho.

Na América Latina, diversos organismos internacionais<sup>2</sup> já pregavam a necessidade da preparação dos recursos humanos para a reestruturação das economias da região, ou seja, esses organismos vinham prescrevendo o urgente aumento de escolaridade como condição para a adoção de novas tecnologias. A ênfase na educação básica, segundo um deles, a Cepal, cumpriria dois objetivos: a) elevar o nível de escolaridade dos trabalhadores; e b) dotar o trabalhador de uma base sólida de educação geral, condição necessária para maior treinabilidade em serviço e para programas de educação continuada, adaptando-os à flexibilidade e às crescentes mudanças no processo produtivo.

Com a flexibilização da produção e o requerimento de um novo perfil de qualificação, se exigiriam conhecimentos que, até então, foram escamoteados pelo capital. Daí, o interesse pela ampliação da escolarização básica, pois, uma vez presentes na força de trabalho, tais conhecimentos melhorariam a produtividade e, conseqüentemente, a produção econômica capitalista. A esse respeito, Carnoy (1992, p. 27) afirma que

[...] a melhor medida individual do impacto da educação básica sobre o desenvolvimento econômico, (...) é a maior produtividade dos trabalhadores (...) mais escolarizados em relação aos menos instruídos. Os indicadores da produtividade ilustram o efeito direto da educação sobre a capacidade de produzir e, portanto, sobre o potencial de aumentar a produtividade econômica.

No Brasil, essa tese foi endossada pela fração industrial da burguesia, que elegeu a educação como capital humano imprescindível ao

aumento da produtividade e da competitividade da economia. As transformações tecnológicas das últimas décadas e os novos processos produtivos instalados estariam exigindo, cada vez mais, trabalhadores qualificados e capacitados. Por isto, e pelos efeitos benéficos que teriam sobre a realidade econômica e social, a educação deveria ser, mais do que nunca, a prioridade nacional.

Diferentemente do modelo anterior de exploração que entendia a educação como algo secundário no processo de qualificação – pois anteriormente se optava pelo treinamento específico do operário no próprio espaço da produção –, as mudanças em curso estariam a requerer um novo estilo de trabalhador, além da redefinição do papel das instituições escolares. O novo trabalhador necessitaria, atualmente, “de habilidades gerais de comunicação, abstração e integração, as quais não podem ser geradas rapidamente no próprio local de trabalho. São habilidades próprias de serem aprendidas na escola, durante a instrução regular” (FREITAS, 1993, p. 91).

A valorização da educação vinculou-se tanto ao fato de tentar inserir o Brasil, de forma mais competitiva, no mercado internacional quanto a uma concepção que estabeleceu uma ligação linear entre desenvolvimento econômico e educação, de modo que a educação passou a ser apresentada como o mais importante instrumento de promoção social para as camadas populares.

Partindo desse pressuposto, pode-se inferir que o novo padrão de reprodução e acumulação do capital, assentado na aplicação de novas tecnologias e em modelos de gestão da força de trabalho, impôs um mínimo de qualidade na educação da força de trabalho, à medida que essa preocupação pela educação indicava demandas efetivas por um trabalhador com uma nova qualificação que lhes possibilitassem efetivar a reconversão tecnológica que os tornassem competitivos no embate da concorrência intercapitalista (FRIGOTTO, 1995).

No entanto, em que pese ser verdadeiro o fato de as possibilidades de inserção dos indivíduos no mercado dependerem da posse de uma gama de conhecimentos e competências que os habilitariam a competir pelos poucos empregos disponíveis, é igualmente verdadeiro que o desenvolvimento

econômico atualmente não possibilita uma maior integração dos indivíduos a vida produtiva. Isso porque o crescimento das modernas economias pode comportar uma elevada taxa de desemprego, permitindo que setores consideráveis da população sejam alijados dos benefícios do crescimento da economia.

A tendência à ampliação do nível de escolarização pode não levar, também, a uma maior qualificação do trabalhador, uma vez que uma força-de-trabalho capaz de ler, escrever, contar, enfim, com uma formação educacional mais sólida não implica, necessariamente, trabalhadores com mais qualificação profissional. Até porque, o manejo de um painel eletrônico pode diferir da operação de um equipamento convencional apenas no sentido de que no primeiro a tarefa seria ainda mais parcial, limitada e predeterminada do que no segundo caso. Em nenhum dos dois exemplos o trabalhador teria acesso real ao conhecimento da totalidade do processo de produção.

Ainda que não restem dúvidas de que à educação se colocaram novos problemas em função das transformações nas estruturas produtivas, a novidade seria que a educação profissional teria, como ponto de partida, a formação geral, ou seja, ela se assentaria em elevados níveis de educação formal, mais precisamente a educação básica. Todavia, à desobrigação do Estado em fomentar políticas de emprego que possibilitassem a inserção no mercado formal dos trabalhadores contemplados pelas políticas de educação, especificamente, as ações de educação profissional em nível básico, foi atribuída responsabilidade ao trabalhador pela sua condição de trabalho, individualizando a problemática do desemprego. Polivalência e multifuncionalidade, provenientes de uma educação mais geral e abstrata, fundada no novo modelo das competências, seriam então os atributos capazes de garantir a empregabilidade do trabalhador.

No Brasil, a baixa qualificação da força de trabalho, compreendida como um fator de atraso ou de impedimento do desenvolvimento econômico e a disposição em inserir o país no mundo globalizado, marcado pela competitividade, qualidade e produtividade, transformaram a educação dos trabalhadores num elemento central das políticas sociais do governo federal. Isso permite explicar o receituário de propostas no campo educacional, que

buscava a constituição de um novo perfil de trabalhador, fundado nas noções de competências e de empregabilidade.

As particularidades do processo de reestruturação produtiva implantado no país, marcado, igualmente, pela incorporação de novos princípios de flexibilização do trabalho e da produção, fez emergir novas demandas educacionais aos trabalhadores, levando o governo Fernando Henrique Cardoso a eleger a qualificação profissional como um dos eixos principais das políticas de mercado de trabalho, utilizadas para enfrentar a crise do desemprego. Esse pressuposto, a despeito de todas as limitações existentes, foi aquele sobre o qual se fundamentou o Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador (PLANFOR).

Nesse contexto, não resta, apenas, indagar sobre o papel reservado à escolarização e, em particular, à educação profissional, mas, igualmente e, sobretudo, acerca do papel cumprido pelas noções de empregabilidade e competência, já que do discurso que prega a reforma das estruturas educacionais, compatível com as exigências do mercado de trabalho, a desobrigação do Estado para com a geração de empregos e a responsabilização individual dos trabalhadores pelo desemprego emergiria uma iminente contradição.

### **3 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Pensadas como estratégias de enfrentamento do desemprego, as ações de educação básica e profissional deveriam, antes, pressupor o desenvolvimento de uma política econômica favorável ao desenvolvimento econômico do país, aliadas às intervenções estruturais, como a reforma agrária, que poderiam favorecer a geração de renda e o crescimento do emprego padrão. Ou seja, dependeria, em última instância, de um projeto nacional que objetivasse a distribuição de renda e a promoção da inclusão social. Caso contrário, tais ações tendem a continuar pouco eficazes, mesmo enquanto políticas compensatórias, voltadas para atenuar somente os reflexos negativos do mercado de trabalho.

A educação básica e profissional, evidentemente, não cria empregos, mas, quando articuladas às demais políticas de trabalho e renda, apoiada numa política de desenvolvimento que considere o social não como anexo do desenvolvimento econômico, mas, antes, seu alicerce, sem dúvida, se constitui em um importante instrumento para elevar o nível de vida da população brasileira.

No entanto, a lógica destrutiva que o capital historicamente firmou impõe a dúvida quanto à viabilidade de tais políticas em realidades como a brasileira, considerando que as determinações estruturais do capitalismo, ao restringirem cada vez mais o número de postos de trabalho, cria e recria, na informalidade, uma série de ocupações precárias que, embora sirvam a sobrevivência dessa população, longe estão de permitir um mínimo de dignidade aos trabalhadores.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRUNO, Lúcia (Org.). Educação, qualificação e desenvolvimento econômico. In: *Educação e trabalho no capitalismo contemporâneo*. Porto Alegre: Atlas, 1995.

CARNOY, Martin. *Razões para investir em educação básica*. New York, USA: UNICEF, 1992.

PAIVA, Vanilda. Educação permanente e capitalismo tardio. In: PAIVA, Vanilda e RATTNER, Henrique. *Educação permanente e capitalismo tardio*. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1985.

FREITAS, Luíz Carlos. Neotecnicismo e formação do educador. In: ALVES, Nilda (Org.) *Formação de professores: pensar e fazer*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1993.

FRIGOTTO, Gaudêncio. *A produtividade da escola improdutiva: um (re)exame das relações entre educação e estrutura econômico-social e capitalista*. 4 ed. São Paulo: Cortez, 1993.

\_\_\_\_\_. *Educação e a crise do capitalismo real*. São Paulo: Cortez, 1995.

POCHMANN, Márcio, BORGES, Altamiro. *“Era FHC”: a regressão do trabalho*. São Paulo: Anita Garibaldi, 2002.

POCHMANN, Márcio. *O emprego na globalização. A nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu*. 2 ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

<sup>1</sup> Doutor em Educação. Professor na Universidade Federal do Maranhão. Email: chicodede@gmail.com.

<sup>2</sup> Cepal (1990), Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales-Clacso (1992), Oficinas Regional de Educação para a América Latina e Caribe (Orealc)/UNESCO (1992)

ARTIGO RECEBIDO EM 17.09.2010

ARTIGO APROVADO EM 29.10.2010

## **POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO E SAÚDE FRENTE ÀS METAMORFOSES DO SISTEMA CAPITALISTA PARA EXPANSÃO NEOLIBERAL.**

## **EDUCATION AND HEALTH POLICIES IN FACE OF THE METAMORPHOSIS OF THE CAPITALIST SYSTEM FROM NEOLIBERAL EXPANSION.**

Vanessa Gomes da Silva<sup>1</sup>

### **RESUMO**

O texto faz um resgate histórico e organiza elementos que compõem as ciências sociais para entender a realidade. Desde a crítica da economia política desenvolvida por Marx no século XIX, até a atualidade nos anos dois mil, com a política neoliberal e as metamorfoses do sistema capitalista para uma continuidade na extração de mais valia com uma nova roupagem. Esta atualização do arcaico é a condição fundamental para a expansão neoliberal, pois, agrega novos pressupostos como: flexibilidade e cooperação social. A discussão provoca alternativas de superação e aponta a necessidade de um movimento na educação e na saúde que busque a reflexão e a crítica, para organizar diretrizes que permitam a emancipação do cidadão.

**PALAVRAS-CHAVE:** Educação - Saúde - Política Neoliberal.

### **ABSTRACT**

The text presents a historical rescue and organizes elements that comprise the social sciences to understand reality. Since the critique of political economy developed by Marx in the XIX century until today in two thousand years, with neoliberal policies and the metamorphoses of the capitalist system to a continuity in the extraction of surplus value with a new package. This update if the archaic is the fundamental condition for the expansion of the expansion of Neoliberal therefore adds further assumptions such as: flexibility and social cooperation. The discussion leads to alternatives to overcome

and highlights the need for a movement in education and health that seeks to reflect and critique, to organize guidelines whereby the emancipation of the citizen.

**KEYWORDS:** Education – Health – Neoliberal Policies.

## INTRODUÇÃO

Nas Ciências Sociais diversos determinantes como: política, ideologia, economia, saúde, trabalho, educação e tantos outros estão imbricados na contextualização da sociedade. Que por sua vez é constituída por indivíduos divididos em classes sociais que identifica a divisão social do trabalho. Com a *Crítica da Economia Política* de Marx no século XIX consolida a reflexão sobre O Sistema Capitalista, suas formas de produção e expropriação do trabalhador. A reflexão sobre concepções de mundo e verdade que ‘socialmente’ são construídas como absolutas no processo de dominação que gerencia as práticas sociais.

Na historicidade do desenvolvimento das sociedades o dinheiro desde a antiguidade desenvolve uma relação unilateral as nações comerciais. O sistema monetário situa a riqueza no dinheiro. Como isso à generalidade atribuída ao trabalho acarreta uma indiferença em relação às especificidades de cada trabalho. Desta forma os indivíduos podem desenvolver múltiplas atividades, podendo o trabalho ser organizado em categorias, que pretendem produzir riquezas em geral. A divisão social do trabalho caracteriza uma condição de dominação onde o trabalhador é submetido às exigências do sistema de produção e de quem os detêm. O capital neste sentido compõe um conglomerado: trabalho assalariado, modos de produção, extração de mais valia, dentre outros determinantes inerentes ao modo de produção capitalista.

A divisão do trabalho é a expressão econômica do caráter social do trabalho no interior da alienação. Ou, posto que o trabalho não é senão um expressão da atividade humana no interior da alienação, da exteriorização da vida como alienação da vida, assim também a divisão do trabalho nada mais é do que o pôr alienado, alheado da atividade humana enquanto atividade genérica ou como atividade do homem enquanto ser genérico. (MARX, 1987:190)

Marx (1987) destaca que a relação entre modos de produção e a sociedade burguesa historicamente se articulam, logo, o desenvolvimento histórico da economia burguesa considera ‘as etapas’ como seu próprio grau de desenvolvimento não refletindo e muito menos criticando sua organização, sendo assim unilateral. Na sociedade burguesa a agricultura se transforma em simples ramo da economia que é dominada completamente pelo capital o que na antiguidade a agricultura predominava. E o capital (sem ser simples dinheiro) na Idade Média era configurado como “propriedade fundiária”.

Estas premissas orientam a discussão a seguir, pois o eixo estruturante deste texto relaciona o Neoliberalismo como estratégia do Estado para favorecer as relações de mercado e conseqüentemente trabalhistas. E cronologicamente entender ou buscar respostas para desenrolá-lo nas políticas sociais (educação e saúde) em meio às determinações econômicas.

A base capitalista de desenvolvimento impulsiona sempre a expansão territorial para as mercadorias (consumo) e investimentos que garantam retorno rápido e com custos reduzidos (empréstimos). Negociações que pretendem manter elevadas as taxas de lucro. Neste sentido o mercado organiza as relações sociais no seu envolvimento com o Estado e a população. A partir da década de setenta no século XX, o neoliberalismo assegura o livre mercado e a flexibilidade do trabalhador como forma necessária ao desenvolvimento.

## **A EXPANSÃO NEOLIBERAL E A POLÍTICA EDUCACIONAL**

Na organização política e social o sistema capitalista embasa as relações sociais de tal maneira a desenvolver aceitação passiva da população, pois os modos de produção da existência são *únicos e imutáveis* pela hegemonia capitalista. Esta passividade hierarquizada e antidemocrática acaba sendo uma aceitação fatalista. A teoria neoliberal globalizada no século XXI está naturalizada como reguladora da ordem social. O mercado desenvolve uma ‘ideologia’ para organização dos negócios, da vida, do trabalho e o Estado por consenso da sociedade civil reafirma esta ideologia.

A construção ativa do consentimento também variou de lugar para lugar. Além disso, como atestam inúmeros movimentos de oposição, o consentimento muitas vezes se enfraqueceu ou fracassou em diversos lugares. Contudo, temos de examinar, para além desses mecanismos culturais e ideológicos infinitamente variados – por mais importante que sejam – as qualidades de experiência cotidiana a fim de melhor identificar as bases materiais da construção do consentimento. (HARVEY, 2008:50)

Segundo Harvey (2008) na análise da política neoliberal através da história e seus mecanismos de atuação aponta como uma das estratégias a construção do consentimento. Pela desmedida do capital na extração de mais valia esta teoria se baseia nas premissas de favorecimento aos direitos individuais de propriedade privada e livre comércio. Assim o clima gerado é de favorecimento aos negócios e ao comércio neutralizado as classes sociais.

A liberdade comercial é também a liberdade individual de tal modo que o sujeito tem 'autonomia' para traçar sua trajetória profissional e o resultado, sucesso ou fracasso, apenas diz respeito a sua capacidade ou competência. Como se o sujeito estivesse neutralizado do mundo e os determinantes sociais, históricos, políticos e econômicos pudessem se desarticular da vida social. O indivíduo encapsulado produz meios para sua existência e compõe a 'organização social' a qual estamos todos envolvidos, onde há um conjunto coerente de valores morais. E em caso de 'insucesso profissional' a culpa é única e exclusiva do sujeito.

Para o mercado de trabalho a 'flexibilidade' é a condição primordial ou qualidade essencial para o trabalhador 'competente'. O trabalhador frente ao domínio do mercado apresenta-se em desvantagem. O capital pode apropriar-se da especialização flexível como maneira conveniente de buscar formas mais flexíveis de acumulação. Essas duas expressões, especialização flexível e acumulação flexível têm conotações bem diferentes. O resultado geral se traduz em baixos salários e, crescente insegurança no emprego e, em muitos casos, perda de benefícios e de proteções ao trabalho. (HARVEY, 2008:86).

Seguindo a linha do projeto neoliberal as formulações educacionais têm papel fundamental para estimular a competição, aflorar as potencialidades e educar para o mercado. Logo, a tendência é o individualismo como ferramenta fundamental que justifica a competitividade e o empreendedorismo. O Brasil como país periférico, economicamente dependente, seguiu e ainda segue as diretrizes internacionais em

toda conjuntura política. De maneira subordinada aos interesses capitalistas, se acomoda e reproduz estratégias de conformação social.

O capitalismo dependente a que o Brasil é submetido caracteriza a burguesia brasileira como 'sócia minoritária' e a burguesia internacional dos países centrais são os 'acionistas majoritários' que formulam as diretrizes dos processos educativos e formativos para os trabalhadores na divisão internacional do trabalho. Que para os países dependentes implica a subordinação do trabalhador, das relações de trabalho, precariedade dos vínculos empregatícios.

O sistema de produção capitalista preserva-se na atualidade pela idéia de 'livre mercado' e mesmo com características históricas, sociais e culturais diferentes entre os países o projeto neoliberal cria condições políticas para implementação do programa de Terceira Via. Em meio à 'ausência' de possibilidades políticas cabe a sociedade o compromisso 'ético e moral' de agir em prol da humanidade tornando o capitalismo menos perverso.

Martins (2009) desenvolve bases teóricas sobre idéias e concepções que consolidam o projeto neoliberal para a revisão da *sociabilidade capitalista*. A primeira aponta para a importância do 'mercado' na sociabilidade e a subordinação das relações sociais e historicidade. Segundo aspecto importante é o individualismo como valor moral radical, a falsa idéia de liberdade que enfraquece as classes trabalhadoras e favorece a competição. Terceiro ponto segue este raciocínio pela falsa idéia de autonomia a liberdade como direito natural. O Estado neste contexto assume o 'discurso' em torno dos direitos universais e naturais, estando *immune a interesses particulares*.

Esta teoria é organizada em esferas ou eixos: um eixo as relações econômicas representadas pelo *Mercado*, em outro eixo o *Estado Necessário*, como esfera de poder legítimo que estabelece regulações e diretrizes para as questões econômicas e sociais e o *Terceiro Setor* como local de cooperação social, todos eles se relacionam na política neoliberal. Neste sentido a *Terceira Via*<sup>2</sup> reduz a condição humana de sujeito histórico que o homem é constituído e constituinte no processo das relações sociais, pois, está limitada a desenvolver estratégias de aporte ao Estado, através de programas, voluntariados, hegemonia ideológica para minimização da pobreza. Deste modo cria-se uma concepção acrítica da realidade.

É importante considerar que um modo de produção da existência humana só existe quando as relações sociais asseguram a unidade entre o econômico e o político numa mesma direção. Com o capitalismo isso não é diferente. As relações sociais capitalistas produzem a existência humana a partir de diferentes mediações, entre elas, pela produção de mercadorias, pela divisão de homens e mulheres em classes e frações de classes, pelas formas de organização política e pela sociabilidade. Considerando a especificidade do capitalismo, a chamada “sociedade civil ativa” da Terceira Via, expressão do espaço da colaboração, do ativismo social e das individualidades, é na verdade uma apreensão abstraída do mundo real em que vivemos, por isso, somente alterações parciais nas relações de poder não podem ser interpretadas como alteração nas relações sociais em seu conjunto, como sugere a Terceira Via (MARTINS,2008:26)

E para organizar e difundir este ideário de progresso e união que abre possibilidade para o desenvolvimentismo os intelectuais orgânicos do capital e da política neoliberal exercem o poder nas sociedades de classes através da nova pedagogia da hegemonia<sup>3</sup> Neves (2010) relaciona a formação e atuação dos intelectuais orgânicos da nova pedagogia da hegemonia com o projeto de dominação e adaptação aos interesses da sociedade capitalista.

A construção de uma concepção de mundo adequada ao contexto do novo imperialismo no Brasil vem, portanto, demandando à classe dirigente/dominante a formação de uma nova camada intelectual via uma escolarização e uma formação política renovadas. Desse modo, a construção de uma nova sociabilidade pautada na participação como colaboração de todos em prol de uma harmonia social vem-se dando sob a batuta de Estado educador, em duas frentes fundamentais: a educação política, difundida pela crescente atuação social empresarial no país, e a educação escolar das novas gerações de trabalhadores e cidadãos brasileiros (NEVES, 2010:86).

O perfil destes intelectuais é ‘alinhado’ conforme as necessidades do mercado para que o processo pedagógico aplicado aos trabalhadores e futuros trabalhadores incorpore conhecimentos e técnicas para o manejo das novas tecnologias do mundo moderno. Educação em massa e formação para articular habilidades e atitudes na reprodução da pedagogia das competências. É a adaptação contínua dos homens ao mercado, novos meios de produção e novos postos de trabalho (ocupações<sup>4</sup>).

A educação escolar compromete-se em difundir uma identidade políticoideológica que sustentam o capitalismo para a formação pautada nas competências profissionais. Esta noção vai além da educação básica é no século XXI componente essencial curricular dos diversos cursos de formação profissional.

## AVANÇOS E RETROCESSOS DAS POLÍTICAS DE SAÚDE

Para a formação dos profissionais de saúde cabe destacar a mecanização do trabalho como problemática estrutural de uma formação aligeirada, desprovida de embasamento científico e reflexão crítica do contexto social. E no final de século XX e início do novo século, novos 'programas de formação' foram reconfigurados e norteados pela pedagogia das competências. O contexto de Reforma Sanitária<sup>5</sup> da década de oitenta e consolidação das Leis do Sistema Único de Saúde<sup>6</sup> (SUS) pautados no olhar ampliado de promoção, proteção e recuperação da saúde não foi suficiente para a garantia da saúde como um direito de todos e dever do Estado.

Este 'novo olhar' para a saúde pautado na reformulação administrativa, organizacional das instituições e atualização profissional objetivou a implementação de um modelo igualitário, amplo e digno para todos. Concomitantemente os projetos econômicos, políticos e sociais estão em disputa na arena global capitalista. Esta interferência fragmenta a formação dos trabalhadores em todos os níveis.

As políticas de saúde legitimam as ações de saúde (assistência, prática, educação e gestão), mas não asseguram o cumprimento das mesmas. Uma desarticulação entre teoria e prática que na realidade provocam implicações para os trabalhadores e usuários.

A educação em saúde em uma perspectiva emancipatória integra o conteúdo teórico com a vivência prática, assim busca contribuir para um envelhecimento digno na valorização da assistência. Na tentativa de promover a *autonomia* do trabalhador, através do embasamento teórico de sua prática e das políticas e realidade social. Para que tenha a oportunidade de agir como protagonista no desempenho de suas atividades ocupacionais. A integração de todas estas atribuições torna-se um desafio potencial para o sistema formativo. Mas em outra vertente o mercado direciona a formação, pela *adequação* do trabalhador as exigências para empregabilidade.

Na formação profissional a preocupação transita pela hegemonia capitalista de produtividade e flexibilização do trabalho no campo organizacional do processo formativo. Que conseqüentemente produzir um sentido muito adequado ao trabalho no capital e à educação que não desenvolve a emancipação e não funciona

como resistência. E sim uma educação que podemos dizer que não cumpre o seu papel, de questionar e buscar autonomia.

Este processo de Reforma buscou romper com a prática mecanicista e intervencionista, por valorizar o sujeito em meio seu ambiente social, na promoção, proteção e recuperação da saúde. Logo, em meio a novas diretrizes e organização do sistema de saúde era necessário que o futuro profissional e o profissional de saúde já atuante fossem capacitados para acompanhar as mudanças estruturais. Seguindo esta lógica cabe o trabalho em saúde é coletivo, interdisciplinar e multiprofissional no sentido amplo que corresponde a um trabalho 'vivo' que depende da interação de profissionais da mesma categoria<sup>7</sup> e de outras categorias profissionais. O processo educacional neste sentido pretende ampliar os conhecimentos técnicos e científicos, para que sejam revertidos em uma melhor assistência em saúde, e conseqüentemente favoreça a articulação dos diversos profissionais da área de saúde.

Na esfera pública juntamente com este movimento duas propostas educacionais que partiram da crítica ao processo mecanizado, surgiram e na consolidação do processo pedagógico seguiram vertentes diferentes: O Larga Escala e a Fundação Oswaldo Cruz - Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV).

O Projeto Larga Escala atuou na formação 'em massa' dos trabalhadores no interior dos setores de saúde, capitaneado pela valorização da integração ensino-serviço, na prática profissional. Desta forma as competências profissionais ganham destaque para empregabilidade no desenvolvimento dos conhecimentos, habilidades e atitudes convergidos ao sistema produtivo.

Na outra vertente a EPSJV com a proposta de politecnicia<sup>8</sup> pretende superar a mecanização do trabalho a partir da ênfase no conhecimento científico e sua articulação com a realidade social. A crítica ao processo de trabalho alienado e a formação aligeirada são vertentes essenciais para a organização do projeto político pedagógico.

Portanto, a noção de politecnicia se contrapõe a uma concepção de profissionalização que tem como pressuposto a fragmentação do trabalho em especialidades autônomas, a divisão entre os que executam e aqueles que concebem e controlam o processo de trabalho, e a polivalência do trabalhador que domina uma multiplicidade de técnicas fragmentárias. Ao contrário,

postula que o processo de trabalho desenvolva uma unidade indissolúvel entre os aspectos manuais e intelectuais e que o trabalhador domine os fundamentos científicos das diferentes técnicas da produção moderna no ensino médio. Não se trata de formar um trabalhador adestrado para executar determinada tarefa requerida pelo mercado de trabalho, mas na perspectiva de um desenvolvimento multilateral em todos os seus aspectos: físico, intelectual, prático, político, ético, estético, combinando estudo e trabalho.(LIMA, 2010:129)

Neste contexto a educação, contribui para a emancipação dos trabalhadores em contraposição a uma ordem social e econômica excludente. Trata-se da possibilidade de formar profissionais em um processo onde se aprende praticando, mas ao praticar, se compreendem princípios científicos que estão direta e indiretamente na base desta forma de organizar o trabalho na sociedade.

Na realidade esta proposta enfrenta obstáculos, por ser uma alternativa de superação a imobilização dos educadores e da sociedade. Como proposta emancipatória do homem na sociedade capitalista, esta iniciativa que integra educação e trabalho na área da saúde, buscar romper com a mecanização e subordinação do trabalhador.

## CONCLUSÃO

No panorama internacional e globalizado - O Relatório Mundial de Saúde 2008, intitulado: *Cuidados de Saúde Primários – Agora Mais Que Nunca*, traz o questionamento sobre a necessidade de implementar reformas para atender o crescente desenvolvimento mundial. As reformas apontam para: *reformas da cobertura universal, reformas de prestação de serviços, reformas de lideranças e reformas políticas públicas*. No mínimo torna-se ingênuo pensar em ações pontuais na área da saúde, como se estivesse neutralizada frente aos interesses de dominação que permeiam toda nossa vida social.

Estas reformas da prestação dos serviços têm o intuito de transformar a prestação tradicional de cuidados de saúde em cuidados primários, otimizando a contribuição dos serviços de saúde - sistemas locais, rede de cuidados de saúde, distritos de saúde – para a saúde e equidade, enquanto respondem às expectativas crescentes de “colocar as pessoas no centro dos cuidados de saúde, harmonizando a mente e o corpo, as pessoas e os sistemas (OMS, 2008)

No campo da saúde a mercantilização de serviços e produtos na perspectiva lucrativa e econômica pode ser entendida como: '*capitalização da medicina*' que reflete negativamente na formação profissional e no acesso dos usuários. Este processo é identificado por Lima (2010) desde o século passado e mesmo com a Reforma Sanitária e a consolidação do SUS na década de oitenta do século XX as premissas de direitos universais e ênfase em cuidados primários, sofrem interferências dominantes do mercado pela valorização do uso de medicamentos e internação para realização de procedimento invasivos como: cirurgias, exames, dentre outros, e o hospital predomina como eixo estruturante destas relações.

As políticas educacionais legitimam a livre iniciativa do sistema privado e em alguns programas como o ProUni (Programa de Universidade para Todos), financiam diretamente a expansão deste sistema através da sustentação de vagas. A falta de investimento no ensino público abrange todo o sistema desde a educação básica até o ensino superior, além disso, o investimento de pesquisa na saúde e educação para a formação de mestres e doutores.

Logo, na prática da vida social as possibilidades são reduzidas e o homem limita-se a registrar uma realidade que se processa 'independentemente'. É a consolidação do pensamento que se remete a uma filosofia (concepção de mundo) que ideologicamente se regula a uma norma para desenvolvimento da concepção dominante. E esta ideologia apresenta uma ética correspondente para influenciar o pensamento e comportamento do homem socialmente. Que obviamente reduz o conhecimento.

Ainda que a escola no capitalismo sofra influência preponderante da concepção de mundo burguesa e das necessidades da reprodução da força de trabalho, ela, desde os seus primórdios, vem se constituindo também em demanda da classe trabalhadora para o exercício de tarefas simples e complexas na produção da vida e também para a compreensão das relações sociais historicamente constituídas e do seu lugar nessas relações. A escola pode ser útil à classe trabalhadora como instrumento de barganha por melhores condições de trabalho, como instrumento de alargamento do grau de conscientização política e como instrumento da formulação de uma concepção emancipatória das relações sociais vigentes. Mas, para que a educação escolar se transforme efetivamente em instrumento da conscientização de classes, ela precisa superar a sua sempre crescente subsunção aos imperativos técnicos e ético-políticos da mercantilização da vida, privilegiando na sua estruturação curricular a omnilateralidade e politecnicidade. (NEVES e PRONKO, 2008:29)

Um processo de reforma implica a articulação com diversos 'atores' para repensar conceitos e programar mudanças. O questionamento é como podemos agir de maneira contra-hegemônica? Ir além da teoria, propor estratégias e conseguir implementar mudanças. Essa inquietação é freqüente e compõe a reflexão e pensamento crítico na busca de alternativas opostas à dominação e alienação social.

O trabalho perpassa e constitui um conjunto de relações sociais, é uma ação humana que constrói elementos concretos e significados para a vida. Através da reflexão e crítica da realidade as 'possibilidades' ou 'alternativas' ganham significados substanciais para possíveis mudanças. Os conhecimentos advindos do processo pedagógico alicerçam a possibilidade de construção da *conscientização das classes*. Esta dinâmica articula trabalho e educação como premissas essenciais para construção da vida social com igualdade de oportunidades e justiça.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL, Ministério da Saúde. *Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990*. Sistema Único de Saúde. Brasília. 1990.

\_\_\_\_\_. *Lei nº 8142 de 28 de dezembro de 1990*. Sistema Único de Saúde. Brasília. 1990.

HARVEY, David. *O neoliberalismo História e implicações*. São Paulo. Editora Loyola. 2008.

MARTINS, André Silva. *A direita para o social: a educação da sociabilidade no Brasil contemporâneo*. Juiz de Fora: EFJF, 2009.

5.MARX, Karl. *O Capital*. Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escritos. Terceiro Manuscrito – Propriedade privada e trabalho. 4 ed. São Paulo: Nova Cultural, p.169-200. 1987.

NEVES, Lúcia M.W. *A direita para o social e a esquerda para o capital*. Intelectuais da nova pedagogia da hegemonia no Brasil. São Paulo, Xamã, 2010.

NEVES, Lúcia M.W; PRONKO, M. A. *O mercado do conhecimento e o conhecimento para o mercado: da formação para o trabalho complexo no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: EPSJV. 2008.

OMS. Relatório Mundial de Saúde 2008. Cuidados Primários em Saúde: Agora mais que nunca – Introdução e visão geral. Publicado pela Organização Mundial da Saúde em 2008 sob o título: *The World Health Report 2008 : Primary Health Care Now More Than Ever*. Disponível em: <<http://www.who.int/>>. Acesso em 24/09/10.

LIMA, Júlio César F. Reforma sanitária e o debate em torno da formação profissional dos trabalhadores técnicos de saúde. In: *Política de Saúde e Formação Profissional dos Trabalhadores Técnicos de Enfermagem*. Tese de Doutorado. p.118-149. 2010.

SAVIANI, Demerval. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. *Revista Brasileira de Educação*, janeiro-abril. v.12, n. 034. Associação Nacional da Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, São Paulo, Brasil. p.152-165. 2007.

---

<sup>1</sup>

[Vanessag\\_2005@yahoo.com.br](mailto:Vanessag_2005@yahoo.com.br), Mestranda da FIOCRUZ, Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (2010), Especialização em Educação Profissional em Saúde – EPSJV (2009), Atividade atual - Categoria Enfermagem no Ministério Ciência e Tecnologia (INCA / RJ) e Docente na área de enfermagem em nível médio. <sup>2</sup> “[...] Várias formulações políticas foram aperfeiçoadas a partir de experiências concretas de governos e de aparelhos provados de hegemonia. O resultado foi à concretização de um programa que renovou a concepção de sociedade do neoliberalismo para o século XXI. Embora tenha sido nomeado por seus intelectuais de ‘Terceira Via’, outros seis termos também foram empregados com certa frequência para denominá-lo. São eles: ‘centro radical’, ‘centro-esquerda’, ‘nova esquerda’, ‘nova social-democracia’, ‘social-democracia modernizada’, ‘governança progressiva’. (MARTINS, 2009:62) <sup>3</sup>

A nova pedagogia da hegemonia materializou-se com ações efetivas na aparelhagem estatal e na sociedade civil nos finais do século XX e nos iniciais do século XXI, configurando uma nova dimensão educativa do Estado capitalista. Sua principal característica é assegurar que o exercício de dominação da classe seja viabilizado por meio de processos educativos positivos. (NEVES, 2010:24) <sup>4</sup> A Classificação Brasileira de Ocupações - CBO, instituída por portaria ministerial nº. 397, de 9 de outubro de 2002, tem por finalidade a identificação das ocupações no mercado de trabalho, para fins

classificatórios junto aos registros administrativos e domiciliares. Os efeitos de uniformização pretendida pela Classificação Brasileira de Ocupações são de ordem administrativa e não se estendem as relações de trabalho. Já a regulamentação da profissão, diferentemente da CBO é realizada por meio de lei, cuja apreciação é feita pelo Congresso Nacional, por meio de seus Deputados e Senadores, e levada à sanção do Presidente da República. Disponível em: <http://www.mteco.gov.br/cbosite/pages/home.jsf>

<sup>5</sup> Efervescência política no final da década de 70 por movimentos sociais na luta contra ditadura e para a mudança do modelo 'médico-assistencial privatista' de saúde para um modelo universal, público, descentralizado de poder e de qualidade. <sup>6</sup>

Composto por duas Leis Orgânicas: nº 8080 de 19 de setembro de 1990 - Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. E nº 8142 de 29 de dezembro de 1990 - Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências. <sup>7</sup> Por exemplo, a interação da equipe de enfermagem para realização da assistência e a continuidade da assistência com outras categorias profissionais: médicos, fisioterapeutas, nutricionista, dentre outros (relacionamento multiprofissional).

<sup>8</sup> "Politecnicidade significa, aqui, especialização como domínio dos fundamentos científicos das diferentes técnicas utilizadas na produção moderna. Nessa perspectiva, a educação de nível médio tratará de concentrar-se nas modalidades fundamentais que dão base à multiplicidade de processos e técnicas de produção existentes." (SAVIANI, 2007:161).

RECEBIDO EM 27.09.2010

APROVADO EM 18.10.2010

## **REFLEXÃO SOBRE O PROCESSO DE TRABALHO NA ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA (ESF).**

## **REFLECTION ON THE WORK PROCESS IN THE FAMILY HEALTH STRATEGY (ESF IN PORTUGUESE).**

Rodolpho Fernandes de Souza<sup>1</sup>

Ana Lúcia Abrahão<sup>2</sup>

### **RESUMO**

A ESF como principal estratégia do Ministério da Saúde para reorganizar a atenção básica em saúde no Brasil cresce com cobertura quase total nos municípios do Brasil. Traz, portanto, muitos e complexos desafios a serem superados no processo de mudança do paradigma que orienta o modelo de atenção em saúde vigente e que resgata as ações de prevenção e promoção da saúde. Portanto, este estudo consiste em uma revisão bibliográfica com o objetivo de analisar o processo de trabalho da ESF estabelecendo sua articulação com os princípios do SUS. Pensando em contribuir para a reflexão neste âmbito, optou-se por uma pesquisa descritiva com abordagem qualitativa sobre o discurso da literatura profissional, por meio da busca bibliográfica manual e computadorizada na base de dados LILACS e MedLine, usando os descritores: PSF, Saúde da Família, Saúde Pública e Gestão em Saúde. Após abordada a temática percebeu-se que apesar dos avanços da estratégia existe a persistência de alguns profissionais no programa em manter uma padronização na assistência conforme o antigo modelo, engessados, baseado na epidemiologia e inibindo a operação de um processo de trabalho inovador que sente a real necessidade da população e não se limita a realização de procedimentos.

**PALAVRAS CHAVE:** PSF - Saúde da Família - Saúde Pública - Gestão em Saúde.

## **ABSTRACT**

ESF as the main strategy of the Ministry of Health to reorganize primary health care in Brazil is growing with almost complete coverage in the municipalities of Brazil. It brings so many and complex challenges to overcome in the process of changing the paradigm that guides the health care model that conserves the force and actions of prevention and health promotion. Therefore, this study consists of a literature review to analyze the working process of the ESF establishing its relationship with the principles of the NHS. Thinking about contributing to the reflection in this context, we chose a descriptive qualitative approach on the discourse of the professional literature through the manual and computerized literature search in the database Medline and LILACS using the following keywords: FHP Health Family, Health and Management in Public Health addressed the issue after it was noticed that despite the progress of the strategy there is the persistence of some professionals in the program to maintain a standard in care as the old model, casts, based on epidemiology and inhibiting operation a process of innovative work that feels the real needs of the population and not merely perform procedures.

**KEYWORDS:** PSF- Family health - Public health - management in health.

---

## **INTRODUÇÃO**

A busca de um novo modelo de assistência decorre de uma necessidade nítida onde o modelo tecnicista hospitalocêntrico não atende mais as emergências do mundo moderno. Na década de 70, no apogeu da ditadura militar, instalou-se um poderoso complexo médico-industrial, cujos recursos eram oriundos do dinheiro público, através do Ministério da Previdência e Assistência Social – Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (Inamps). “Desta forma, o recurso público serviu para a expansão da rede hospitalar privada, subsidiando a compra de equipamentos privados e permitindo uma indústria de medicamentos absurdamente fora do controle público” (DA ROS, 2006, pág. 149). Neste contexto, prevalecia o modelo flexneriano de formação, centrado na figura do médico.

Assim, o centro do processo de trabalho era o hospital, sendo a caracterização de doença como um fenômeno estritamente biológico.

Nesse mesmo sentido, ainda em meados da década de 70, diversos movimentos com raízes e características diferentes, mas com alguns interesses comuns, foram unindo-se contra a ditadura militar; contra o complexo médico-industrial; e, a favor da organização de um sistema de saúde hierarquizado e de um Sistema Único de Saúde que unisse a medicina previdenciária com a saúde pública do Ministério da Saúde; e com ênfase na adoção de medidas preventivas na atenção a saúde: (*Ibid*).

Desse modo em 1994, o Ministério da Saúde propôs a estratégia do Programa Saúde da Família (PSF), como uma forma de reorganização da produção de cuidados de saúde na atenção básica, o que seria um novo modo de fazer saúde. O desenvolvimento dessa estratégia tinha como objetivo reorganizar a prática assistencial de saúde sob novas bases e critérios, em substituição ao modelo tradicional de assistência, que é orientado para a cura de doenças e centrado no hospital. “Essa nova estratégia exige dos profissionais de saúde uma compreensão mais ampla no processo saúde-doença e, sobretudo modos de intervenção que vão além da prática curativa” (FRANCO E MERHY, 2003, pág. 28).

Para melhor se entender o conceito de modelo, Rosa e Labate (2005, pág. 1030) a definem como “uma tradução para um projeto de atenção à saúde de princípios éticos, jurídicos, organizacionais, clínicos, socioculturais e da leitura de uma determinada conjuntura epidemiológica e de certo desenho de aspirações e de desejos sobre o viver saudável”. Nesse sentido, o PSF pode ser definido como a principal estratégia de contribuição para a reorientação do modelo assistencial na atenção básica, para conformidade dos serviços com os princípios do SUS.

Nesse sentido, atualmente, o PSF é definido com Estratégia Saúde da Família (ESF), ao invés de programa, visto que o termo programa aponta para uma atividade com início, desenvolvimento e finalização. O PSF é uma estratégia de reorganização da atenção primária e não prevê um tempo para finalizar esta reorganização. Nesse rumo, percebendo a expansão do Programa Saúde da Família que se consolidou como estratégia prioritária para a reorganização da Atenção Básica no Brasil, o governo emitiu a Portaria Nº 648, de 28 de Março de 2006, onde ficava estabelecido que o PSF é :

[...] a estratégia prioritária do Ministério da Saúde para organizar a Atenção Básica, que tem como um dos seus fundamentos possibilitar o acesso universal e contínuo a serviços de saúde de qualidade, reafirmando os princípios básicos do SUS: universalização, descentralização, integralidade e participação da comunidade mediante o cadastramento e a vinculação dos usuários. (BRASIL, 2006, pág. 14)

Desse modo, questiona-se então se atualmente o processo de trabalho da ESF tem sido compatível com a sua finalidade proposta. Diante do exposto tal pesquisa ganha relevância, pois em alguns municípios que adotaram o programa, verificou-se que “a ESF significou mais uma modificação institucional, ou seja, nova divisão de trabalho entre os profissionais, deslocamento do local de atenção, acréscimo na remuneração da equipe do que maior aproximação com o cotidiano das famílias” (VASCONCELOS, 1999, pág. 98). Logo, justifica-se a reflexão sobre a implementação da ESF e o atendimento a sua finalidade proposta, que deve considerar a valorização da promoção e prevenção da saúde, tendo como foco o bem estar da população.

## **OBJETIVO**

A pesquisa aqui relatada tem como objetivo analisar o processo de trabalho da ESF estabelecendo sua articulação com os princípios do SUS.

## **MÉTODOS**

Este estudo possui natureza descritiva, com abordagem qualitativa baseado em pesquisas bibliográfica computadorizada e manual. Os dados foram coletados através do levantamento de produções científicas selecionadas no período de 1997-2009, utilizando os descritores (PSF; Saúde Pública; Saúde da Família; Gestão em Saúde). As bases de dados utilizadas foram o acervo da biblioteca da Universidade Federal Fluminense, acervo pessoal e o banco de dados virtual BIREME e SCIELO. Dos 40 textos identificados, foram selecionados 16 para análise devido às implicações destes para melhor reflexão acerca do tema.

## **DO DISCURSO TEÓRICO PROPOSTO PELA ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA (ESF)**

Prevenção e promoção da saúde foram ações por muitos anos abandonadas em todas as suas dimensões. Sob esse raciocínio comenta-se que a rede básica de saúde, constituída pelos postos, centros ou unidades básicas de saúde, durante anos passaram a ser assessórias e desqualificadas. “Com isso, perderam seu potencial de resultados, alimentando a própria lógica que a excluía de antemão. O que era para ser básico se tornou descartável e o topo da cadeia de atenção se transformou em porta de entrada” (BRASIL, 2004, pág. 18). Como resultado desse quadro obteve-se um modelo caro, ineficiente e desumano que degradou a prática profissional e não atendeu eficientemente às necessidades da população. “Em contrapartida ao longo dos anos, diversas pesquisas indicaram que unidades básicas de saúde, funcionando adequadamente, resolvem, com qualidade, cerca de 85% dos problemas de saúde da população” (ibid). Ou seja, apenas um pequeno número de pessoas necessitará de atendimento hospitalar e especialidades, funcionando, sem dúvida de um modo mais eficiente, eficaz e racional de custos.

Analisando todo esse contexto e visando a reorientação do modelo assistencial brasileiro, foi que o Ministério da Saúde assumiu, a partir de 1994, a implantação do PSF. Desse modo o PSF representa estratégia e proposta de reorientação do modelo assistencial, organizando a atenção básica e trazendo uma nova concepção de saúde não mais centrada somente na assistência à doença, mas, sobretudo, na promoção da qualidade de vida e intervenção nos fatores que a colocam em risco.

Para tanto, sobre a expressão conceito ampliado de saúde faz-se referência “à teoria da produção social da saúde que se baseia na idéia de saúde como produto social resultante de fatores econômicos, políticos, ideológicos e cognitivos, fundamentando o conceito de saúde como expressão de qualidade de vida” (MENDES, 1999, pág. 67). Baseado nisso, a Estratégia Saúde da Família pretende instituir uma mudança da prática sanitária, contrapondo-se ao conceito de saúde proposto pelo paradigma de formação flexneriano, com ênfase nos aspectos curativistas, superespecializado, biologicista e mecanicista que considera saúde, simplesmente, como ausência de doença.

Para superar esse paradigma hegemônico é mister valer-se da importância do foco holístico e intersetorial de saúde e da ESF ter sido consagrado como boa marca

política para essa superação, sendo considerado não só um programa no sentido literal da palavra, mas de acordo com Brasil (1996, pág. 15):

[...] uma estratégia de organização da atenção básica à saúde e porta de entrada para o SUS. Ao servir como um primeiro atendimento, funciona como porta de entrada para o sistema de assistência resolvendo algumas necessidades, as chamadas necessidades básicas de saúde, incluindo as ações tradicionais da saúde pública como saneamento do meio, desenvolvimento nutricional, a vacinação ou a informação em saúde, tratamento de doenças de caráter epidêmico e as demandas que exigem saberes e complexa integração de ações individuais e coletivas, assistenciais e educativas<sup>(6)</sup>. O propósito é identificar os principais problemas de saúde, em seu conceito ampliado na região adstrita, e buscar o enfrentamento e resolução dos mesmos, integrando multidisciplinaridade, bem como mudanças de atitudes nos profissionais envolvidos. A ESF nasce com a finalidade de superar um modelo assistencial tradicional, responsável pela ineficiência do setor, insatisfação da população, desqualificação profissional, iniquidades.

Assim, a saúde da família e da coletividade poderá desenvolver-se de forma mais plena caso seja compreendida não como um programa para a saúde restrito a procedimentos organizacionais, mas, sobretudo com objetivo de formular políticas que promovam os movimentos de auto-avaliação e disposição para mudanças.

Desse modo são atribuições básicas do ESF:

[...] conhecer as realidades das famílias pelas quais são responsáveis; identificar as situações de risco e os problemas de saúde a que aquela população está exposta; executar de acordo com a qualificação de cada profissional os procedimentos de vigilância à saúde e de vigilância epidemiológica; resolver os problemas de saúde no nível de atenção básica; organizar grupos para educação para a saúde; promover maior acessibilidade e equidade de saúde aos cidadãos; promover ações intersetoriais e parcerias com organizações formais e informais são algumas atribuições comuns na qual devem estar focados os profissionais da ESF (BRASIL, 2004, pág. 19).

Logo, deseja-se que uma equipe de saúde da família em território de abrangência definido desenvolva ações focalizadas na saúde, dirigidas às famílias e ao seu habitat; com ênfase relativa no promocional e no preventivo, mas sem descuidar do curativo-reabilitador, assim devendo caminhar articulado com outros setores que determinam a saúde.

## DO DISCURSO IMPLEMENTADO E A COERÊNCIA COM O QUE FOI PROPOSTO

Para se implementar com sucesso um novo processo, precisamos implantá-lo e depois criar cultura do uso desse novo processo, que seria implementá-lo. Não há sentido em se ter trabalhado dias a fio em um projeto para que depois não seja usado. É necessário convencer os usuários das vantagens de usufruir o novo processo. Logo, é preciso entender a diferença entre as duas palavras da seguinte maneira: implantar marca o início, a execução de uma ação, enquanto implementar expressa a continuidade, o prosseguimento.

Desse modo, entende-se que a Estratégia Saúde da Família foi implantada com o intuito de solidificar o SUS, reorganizar o sistema de saúde em vigor e substituir as antigas diretrizes baseadas na medicina biologicista, como já falado anteriormente. Vários progressos foram alcançados desde então. Porém, muitos problemas do antigo modelo ainda persistem durante seu processo de implementação discutido, ou seja, ainda não colocado plenamente em uso, ou seja, a fragmentação do cuidado e o atendimento médico especializado ainda comprometem o atuar em saúde.

Assim foi observado que “o trabalho do médico está centrado nas consultas, com um curto período de duração sendo 10 minutos em média” (FRANCO E MERHY, 2003, pág. 44). Há uma dificuldade em trabalhar especificamente as tecnologias leves, definidas como: “vínculo, humanização, comprometimento social, interdisciplinaridade e trabalho em equipe. Assim, vários fatores coexistem para esta dificuldade na integração das tecnologias leves ao cotidiano do trabalho” (MERHY E ONOCKO, 1997, pág. 56). Baseado no que foi dito tem-se como exemplo dessa dificuldade o gerenciamento da equipe quase sempre concentrado em uma só pessoa, geralmente na figura do médico, o que mantém a demanda, desse modo extremamente reprimida. Nesse sentido, entende-se que:

[...] uma vez que o atendimento é médico-centrado, a demanda torna-se maior, fazendo com que o médico tenha que atender um número maior de pacientes, encurtando o tempo das consultas, não dando espaço para que se desenvolvam as tecnologias leves que seriam a interpretação das pessoas, mas ele não é concreto e subjetivo se da pelo acesso a percepção, que permitem outros patamares na relação médico-paciente para além da clínica, levando ao vínculo e à responsabilização (FRANCO E MERHY, 2003, pág. 45).

Assim, e de um modo geral, percebe-se uma dificuldade do médico trabalhar fora de uma queixa formalizada. Tanto o usuário quanto o médico têm dificuldades para verbalizarem suas dúvidas e manter um diálogo adequado à formação do vínculo.

Para atuar como operador do cuidado, o trabalhador de saúde necessita assumir o diálogo como produtor de vínculo, acolhimento e responsabilização. Portanto, este atuar depende intrinsecamente da forma de trabalho do sujeito, responsabilizando-se pelo produto final do seu trabalho que poderá ser somente uma tecnologia dura, sem vínculo, como a prescrição de uma medicação; ou poderá criar vínculo à medida que o usuário se sente importante neste processo, repensa a necessidade de mudança de hábitos de vida, de introspecção e da importância concomitante com a medicação (MERHY E ONOCKO, 1997, pág. 32).

Vale esclarecer que tecnologia dura refere-se ao instrumental complexo em seu conjunto, englobando todos os equipamentos para tratamentos, exames e a organização de informações, ou ainda, protocolos e saberes bem estruturados que caracterizam as tecnologias leve-duras. (MERHY, 2005, pág. 166).

Logo, cabe dizer que para uma ação cuidadora eficaz cabe uma conformação adequada da relação entre os três tipos de tecnologias: dura, leve-dura e leve, a fim de alcançar maior defesa possível da vida do usuário, maior controle dos riscos de adoecer ou agravar seus problemas. Merhy (2005, pág. 14) cita que não basta existir um excelente serviço de acolhimento, se não conseguir responder com os exames necessários para esclarecer um certo problema de saúde. Deste modo, é pertinente que o profissional esteja totalmente envolvido com a produção de um espaço acolhedor, mas não irá contribuir plenamente para a uma ação eficaz, se, ao mesmo tempo, não usar toda a sua sabedoria clínica a serviço e à defesa da vida do usuário.

Desse modo, entende-se que a finalidade da ESF seja de reaver o distanciamento que o profissional de saúde teve dos interesses do usuário com predomínio das modalidades de intervenção centradas nas tecnologias duras, reduzido a produção de procedimentos na atenção básica. Merhy (2000, pág. 112) cita em outro texto que “os arranjos entre as ferramentas utilizadas para produzir saúde são estratégicos e mesmo definidoras do sentido dos modelos, a partir das configurações que adquirem internamente, e entre si, as diferentes ferramentas.” Portanto, para que o profissional produza o cuidado, ele deve ser aproximado do resultado, do produto final, valorizando seu orgulho profissional, abrindo espaço para a liberdade criadora, para a autonomia profissional, reinventando o seu cotidiano de trabalho.

Entretanto, nota-se uma expectativa geral dos trabalhadores de saúde e usuários para que o modelo técnico-assistencial prevaleça. Na verdade, a enfermeira organiza o atendimento para que seja médico centrado. Os pacientes parecem condicionados a esperar o mesmo. O médico responde ao processo, como co-participe, sem questionamentos. “Não há interdisciplinaridade, e cada um trabalha em seu núcleo específico de cuidado, sem inter-relação dos diversos profissionais para um objetivo comum” (MERHY E ONOCKO, 1997, pág. 57). Contrapondo a isso é sabido que para haver produção de cuidado a interdisciplinaridade é fundamental.

Em se tratando do que foi colocado acima, nota-se que em muitas vezes o programa deixa de alcançar sua meta de prevenir e promover a saúde, limitando-se a prática ambulatorial quando não ao atendimento de emergências. Assim não basta aderir ao programa saúde da família sem implementá-lo de acordo com suas finalidades propostas. Nesse sentido, a aposta dessa superação da dicotomia entre saúde pública e atenção médica curativista é a base para a implementação do PSF, trazendo novas propostas de intervenção, buscando resgatar a integração das ações de prevenção, promoção e assistência à saúde.

Em alguns municípios que adotaram a ESF, verificou-se de acordo com Vasconcelos (1999, pág. 84) que houve maior aproximação dos com o cotidiano das famílias, embora haja uma discussão aprofundada do modo de relação entre os profissionais e a população local. Já em outras localidades, a ESF significou mais somente mais uma modificação institucional, ou seja, nova divisão de trabalho entre na tradição herdada da vigilância à saúde, não ocorrendo verdadeiramente uma mudança no modo de se produzir saúde. Merhy (2005, pág 170) cita que:

[...] a mudança do modelo assistencial somente ocorrerá a partir da reorganização do trabalho das equipes, atuando nos seus processos decisórios, o que ocorre no ato mesmo da produção de saúde, prática esta que não tem sido vista até o momento, seja pelo modelo flexneriano medicocentrado de formação do profissional, que não pensa a promoção e prevenção em saúde, seja pela falta de transdisciplinaridade na prática.

Para se entender a dificuldade na transdisciplinaridade vale tratar do desafio na saúde na evidente disputa de núcleos do saber e subordinação das áreas da saúde como enfermagem, psicologia, odontologia e outras ao campo do núcleo do saber médico. Assim, tantas podem ser os genuínos problemas enfrentados que se pergunta: como a

ESF, como prioridade de governo que ganhou tanto espaço institucional, em uma rápida observação, pode sofrer tamanha defasagem entre o discurso e as práticas assistenciais que implementa? Ou seja, mostra que apesar dos avanços, ainda não se tem conseguido concretizar sua proposta. Diante disso, pelo menos uma questão é permitida: por quê o Programa não tem tido potência para inverter a lógica de produção dos serviços de saúde? Merhy e Franco (2005, pág.1) respondem que:

[...] a ESF utiliza de modo central uma certa epidemiologia para construir o seu conhecimento do mundo das necessidades de saúde e para instrumentalizar suas ações, no entanto, o binômio epidemiologia/vigilância à saúde é importante na estruturação dos serviços de saúde, mas não é suficiente. Há muitas situações nas quais a clínica aparece como o campo de conhecimento competente para atender certas necessidades de assistência, com seu método próprio de intervenção sobre o corpo, singular por excelência. Além disso, a complexidade do mundo das necessidades de saúde é tal que muitos outros saberes, além da epidemiologia e da clínica, devem ser chamados. Por exemplo, o usuário que chega ao serviço, portador de um problema de saúde qualquer, traz consigo registros de sua história pregressa e presente, que fazem parte da sua subjetividade. Uma ação de saúde eficaz necessita entendê-la, necessita operar sobre o seu território. Há situações em que não cabe a perspectiva de cura, ou de resolução clínica, mas sim a construção de um usuário que administre melhor o seu próprio sofrimento. Para produzir este tipo de saúde, outros campos de conhecimentos competentes precisam ser mobilizados, que agem nos processos relacionais com o usuário, e que estão implicados com a produção de ações acolhedoras, de escutas qualificadas e mesmo com as responsabilizações e compromissos que estes processos comportam, que operam os vínculos sociais, por exemplo.

A proposta oficial de organização produtiva da saúde, feita através do ESF, tem apostado em um serviço amplo em cobertura e de baixo custo, e como já dissemos, ao definir que seu centro de intervenção é a vigilância à saúde, tem lhe roubado a potência necessária para realizar a mudança pretendida. É neste ponto que reside um dos principais erros do movimento sanitário brasileiro, no seu desafio de enfrentar o modelo hegemônico, pela negação da clínica através de uma teoria da produção da saúde, pressuposta no campo da vigilância à saúde, que opera com a antinomia clínica x epidemiologia.

De fato, a ESF, pautado na universalidade, integralidade e equidade, está em fase de implementação, e apesar de um pouco aquém às práticas que lhe foram propostas, caminha no sentido, de ajustes e críticas para mudanças do modelo assistencial.

Portanto, a saúde da família trata de resgatar habilidades perdidas pelo uso tecnologia excessiva e abusada na dificuldade de adaptação singular de produzir saúde também a partir da subjetividade no encontro entre profissional e usuário. “Esta capacitação deve

ensinar a produzir cuidado em saúde, mobilizando gerencialmente o território das tecnologias leves, sem descartar completamente a necessidade da produção de procedimentos relacionados às tecnologias duras” (FRANCO E MERHY, 2003, p. 24).

Portanto, reflete-se a necessidade de discussão dos processos de trabalho destes profissionais na ESF, agora organizados em forma de equipe. Não cabe, portanto, somente a crítica ao modelo vigente, mas principalmente a elaboração de métodos e tecnologias que analisem os problemas existentes e que propiciem uma mudança de posição interferindo diretamente no cuidado, promoção e proteção da saúde e da vida individual e coletiva. Trata-se da reciclagem da produção de cuidado em saúde, da construção do novo, através da implementação de processos de auto-análise do trabalho.

## **CONCLUSÃO**

Apesar da Estratégia Saúde da Família ter sido nos últimos anos uma das mais importantes mudanças estruturais já realizada na saúde pública no Brasil ainda apresenta dificuldades na implementação de seus princípios e diretrizes que parecem distantes ao que foi proposto na reorientação da atenção básica em saúde. A reprodução do foco de atenção na disputa entre epidemiologia e clínica já conhecida em programas anteriores como Medicina Comunitária, Cuidados Primários em Saúde não foram eficientes para superar o modelo hegemônico, portanto não se trata aqui, simplesmente, de ser contra a ESF, mas sim de verificar as fragilidades do Programa tal como tem sido proposto e fazer um esforço de sua superação, para que sirva como um dispositivo, eficiente e eficaz, de mudança do modelo assistencial.

Desse modo, pode-se por um lado, apontar avanços na descentralização e na regionalização da atenção, por outro, percebe-se a persistência, por parte de alguns profissionais e gestores envolvidos no programa em insistir na manutenção de uma padronização na assistência conforme o antigo modelo, baseado na epidemiologia, que engessa o tratamento e controle de doenças, criando grupos prioritários, desvalorizando a demanda espontânea e inibindo a operação de um processo de trabalho inovador que sente a real necessidade da população e não se limita a realização de procedimentos. Nesse sentido a crítica é de suma importância no sentido de contribuir com o debate em torno da necessidade de mudança do modelo assistencial.

Assim a estratégia saúde da família, segue se aprimorando, com ajustes necessários no caminho de afirmar os compromissos do SUS de equidade, universalidade, regionalidade, descentralização e outros. Segue no repensar do processo de trabalho dos profissionais envolvidos estimulando-os à reflexão sobre o processo de trabalho que vem sendo desenvolvido e desse modo se alcance não uma nova organização do trabalho, mas na verdade um novo modo de se pensar e fazer saúde, que sente a real necessidade da população e não se limita somente a mera realização de procedimentos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Secretaria Executiva. Programa Saúde da Família. Departamento de Atenção Básica - Secretaria de Políticas de Saúde. *Revista de Saúde Pública*. 34, 316-319, 2000. Disponível em: <[http://www.fsp.usp.br/rsp.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102311X2005000400006&lng=pt&nrm=iso](http://www.fsp.usp.br/rsp.php?script=sci_arttext&pid=S0102311X2005000400006&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 12 jun. 2008.

BRASIL. Secretaria Executiva. Ministério da Saúde. Secretaria de Assistência a Saúde. Coordenação de Saúde da Comunidade. *Saúde da Família: uma estratégia de organização dos serviços de saúde*. Brasília, 1996.

BRASIL. Secretaria Executiva. Ministério da Saúde. *Humaniza SUS: Política Nacional de Humanização*. Brasília, 2004

BRASIL. Portaria nº 648, de 28 de março de 2006. Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes e normas para a organização da Atenção Básica para o Programa Saúde da Família (PSF) e o Programa Agentes Comunitários de Saúde (PACS). *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil* nº 648, de 28 de março de 2006.

DA ROS, M. A. et al .Residência multiprofissional em Saúde da família: Uma conquista do movimento sanitário. *Cadernos RH Saúde*, Brasília. Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. v.3,n.1, 145-54, mar. 2006.

. São Paulo: Hucitec, 2003.

MERHY, E.E. O desafio que a educação permanente tem em si: a pedagogia da implicação. *Interface – Comunicação, Saúde e Educação*, Ribeirão Preto. 9, 161-77, 2005

MERHY, E. E. Um ensaio sobre o médico e suas valises tecnológicas. *Revista Interface: Comunicação, Saúde e Educação*. 12, 109-116, 2000.

MERHY E.E, ONOCKO R. *Agir em saúde: um desafio para o público*. São Paulo: Hucitec, 1997.

MERHY. E. E. *O Trabalho em Saúde: olhando e experienciando o SUS no cotidiano*. São Paulo: HUCITEC, 2003.

MENDES, E.V. *Uma agenda para a saúde*. São Paulo: HUCITEC, 1999.

MERHY, E. E; FRANCO, B. T. *Programs and Projects: Family Health*. Ministry of Health, 1998.

ROSA, W. de A G.; LABATE, R. Programa saúde da família: a construção de um novo modelo de assistência. *Revista Latino-americana de Enfermagem*. n.13, 102734, 2005.

VASCONCELOS, E. M. *Educação popular e a atenção à saúde da família*. São Paulo: Hucitec, 1999.

<sup>1</sup> Enfermeiro. Mestrando. Universidade Federal Fluminense. e-mail: [rodolphosouza79@hotmail.com](mailto:rodolphosouza79@hotmail.com). Rua Roberto Silveira,nº325, São Francisco- Cabo Frio/RJ.

<sup>2</sup> Enfermeira. Doutora. Professora da Universidade Federal Fluminense. e-mail: [abrahamoana@gmail.com](mailto:abrahamoana@gmail.com). Rua Roberto Silveira,nº325, São Francisco- Cabo Frio/RJ

RECEBIDO EM: 14.10.2010  
APROVADO EM: 27.10.2010

## **TRABALHO E EDUCAÇÃO: AMBIENTE, RELAÇÕES DE TRABALHO E SAÚDE DOS PROFISSIONAIS (PROFESSORES) DA EDUCAÇÃO DE ALTAMIRA.**

### **WORK AND EDUCATION: ENVIRONMENT, WORKING RELATIONS AND TEACHERS' HEALTH IN ALTAMIRA.**

Rozinaldo Ribeiro da Silva<sup>1</sup>  
Verusa Almeida da Silva<sup>2</sup>

#### **RESUMO**

O artigo tem como objetivo identificar os fatores implícitos nas instituições municipais de ensino de Altamira, que colaboram para o surgimento e/ou agravamento do mal estar docente e analisar como o *ambiente e as relações de trabalho* promovem o desequilíbrio na saúde desses profissionais. No primeiro momento foi realizada a pesquisa bibliográfica utilizando como referências as contribuições de Marx (1988), Codo (1993), Iamamoto (2006), Gramsci (1995), Silva (2005), Tardif (2009). Na busca de resposta ao problema, para fins de organização optou-se por realizar, juntamente com a pesquisa bibliográfica, a pesquisa de campo, que ocorreu na SEMEC, ALTAPREV, SINTEPP e CAPS, nestes órgãos foram adquiridos documentações formais para análise da problemática em questão e em três Escolas Municipais de Ensino Fundamental foram aplicados questionários aos professores. Os dados adquiridos na pesquisa empírica possibilitaram observar que a grande maioria dos profissionais da educação afastados e/ou reabilitados no período da pesquisa são professores (as); todos os docentes entrevistados relataram algum tipo de mal estar relacionado ao contexto “ambiente e relações de trabalho”. Assim, foi possível concluir que tanto o ambiente, quanto as relações de trabalho implicam diretamente na saúde docente.

**PALAVRAS-CHAVE:** Trabalho - Ambiente de trabalho - Relações de trabalho - Saúde docente.

## ABSTRACT

This paper aims at identifying the factors implicit in the municipal educational institutions from Altamira that contribute to the emergence and/or worsening of discomfort of teachers. It also analyses how the teaching environment and working relations promote the imbalance of these professionals health. At first, a research was conducted by using bibliographical references as the contributions by Marx (1988), Codo (1993), Iamamoto (2006), Gramsci (1995), Silva (2005), and Tardif (2009). Looking for an answer to this problem (and with organizational purposes) we chose to implement a field research as well, which took place in SEMEC, ALTAPREV, SINTEPP and CAPS. At these institutions, formal documentation for analysis of the problems were acquired, and at three Municipal Elementary Schools teachers answered to some questionnaires. Through the data acquired it was possible to observe that the majority of education professionals in remote and/or after rehab (by the time of this study) are teachers; all teachers who were interviewed reported some type of discomfort related to context, "environment and working relations ". Therefore, we concluded that both the environment and working relations directly interfere in teachers' health.

**KEYWORDS:** Work – Working environment – Working relations – teachers' health.

## INTRODUÇÃO

Neste trabalho discutimos alguns questionamentos a cerca das implicações do ambiente de trabalho e das relações de trabalho na saúde dos professores da rede municipal de ensino do município de Altamira-Pará. No primeiro momento foi realizada a pesquisa bibliográfica utilizando como referências as contribuições de Marx (1988), Codo (1993), Iamamoto (2006), Gramsci (1995), Silva (2005) e Tardif (2009).

O segundo momento deste trabalho foi realizado através de pesquisa empírica. Ou seja, durante dois meses; abril e maio de 2010 tivemos a oportunidade de entrevistar dez professoras, dentre estas sete são docentes da EMEF Carlos Leocárpio Soares, duas da EMEF Nair Lemos e uma da EMEF Otacílio Lino, todas as escolas citadas encontram-se

localizadas na zona urbana do município de Altamira. A essas professoras foi aplicado um questionário a fim de obter dados relevantes do processo de trabalho das mesmas. O questionário foi dividido em três partes. A 1º trata de questões relacionadas ao ambiente de trabalho e é formado por doze perguntas; a 2º parte discorre a cerca das relações de trabalho e é composta por treze perguntas, e a 3º e última etapa ressalta as implicações das relações de trabalho na saúde dos profissionais docentes e é formado por dez perguntas.

A fim de adquirir dados que pudessem consolidar a pesquisa bibliográfica, mas, sobretudo confirmar os dados obtidos nas entrevistas com os professores, foi realizada uma pesquisa na SEMEC - Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto. No órgão citado obtivemos a quantidade de profissionais da educação afastados por licença médica e/ou readaptados durante os meses de abril e maio de 2010.

## **1. A SITUAÇÃO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO EM ALTAMIRA: O TRABALHO NA ESCOLA, A VIDA E A A SAÚDE.**

Para com lamamoto (2006), o trabalho é uma atividade pragmática e de realização; seu produto é objetivação, simultaneamente, *das mãos e do cérebro*, das aptidões corporais e intelectuais do homem (MARKUS, 1974b, *apud*, lamamoto, 2006). Assim podemos salientar que o professor utiliza sua *força de trabalho*, sua capacidade e potencial de trabalho para produzir seu valor de uso o “conhecimento” através do processo de ensino-aprendizagem. A criação de novas necessidades, por meio do trabalho, se traduz na criação do homem com ricas e múltiplas faculdades, com sentimentos profundos, dotado de curiosidade científica, aspirações religiosas, estéticas, do conhecimento prático cotidiano. O trabalho (e a linguagem, enquanto exterioriza os resultados da produção intelectual), objetivação de forças essenciais humanas (faculdades e necessidades), cria, pois, a possibilidade permanente de evolução humana: *a própria história*.

Para Gramsci (1995), todos os homens são intelectuais, mas nem todos os homens desempenham na sociedade a função de intelectuais. Assim, este autor ressalta que a escola é o instrumento para elaborar os intelectuais de diversos níveis. Portanto, quando se distingue entre intelectuais e não-intelectuais faz-se referência, na realidade,

tão somente à imediata função social da categoria profissional dos intelectuais, isto é, leva-se em conta a direção sobre a qual incide o peso maior da atividade profissional específica, se na elaboração intelectual ou se no esforço muscular-nervoso. Isto significa que, se pode falar de intelectuais é possível falar de não-intelectuais. Entretanto, a própria relação entre o esforço de elaboração intelectual-cerebral e o esforço muscular-nervoso não é sempre igual; por isso, existem graus de intelectualidade específica.

Portanto, a primeira ação metodológica para aprofundar o conhecimento acerca da situação de trabalho dos trabalhadores em educação foi procurar conversar diretamente com vários professores. As primeiras informações obtidas nos levaram a tomar consciência das reais condições do ambiente de trabalho nas escolas públicas municipais de Altamira, das condições físicas das salas, cadeiras, quadro-branco, quadro-negro, o tamanho das salas, as condições de ventilação, a higiene, a quantidade de alunos por sala, as condições de segurança dentro e fora da sala de aula.

Segundo Marx (1988), a utilização da força de trabalho é o próprio trabalho. O comprador da força de trabalho consome-a, fazendo seu vendedor trabalhar. Este, ao trabalhar, torna-se realmente no que antes era apenas potencialmente: força de trabalho em ação, trabalhador. Para o trabalho reaparecer em mercadorias, tem de ser empregado em valores-de-uso, em coisas que sirvam para satisfazer necessidades de qualquer natureza. O processo de trabalho acontece da interação do homem com a natureza.

No processo de trabalho na escola, podemos considerar as idéias de Marx, compreendendo que o profissional da educação, embora não tenha um contato direto com a natureza, a utiliza de uma forma indireta, subscrita, pois assim como em várias outras áreas do trabalho, utilizam-se produtos dos processos de outros trabalhos para produzir seus valores-de-uso: o conhecimento. As provas, os testes, os concursos e a produção de mercadorias novas ou a melhoria das já existentes servem de demonstração de como a educação se apresenta como instrumento de produção de valores-de-uso.

Para Tardif (2009), a escola possui características organizacionais e sociais que influenciam diretamente no trabalho docente. Por se tratar de um trabalho, ela não é apenas espaço físico, mas também um espaço sociocultural e político e que define como o trabalho do professor é repartido, planejado, renumerado e visto por outros. A sócio-organização das escolas implica na codificação e *burocratização* do trabalho docente. São as regras da administração que regem as relações de trabalho dentro das escolas.

Assim, a primeira ação metodológica para aprofundar o conhecimento acerca da situação de trabalho dos trabalhadores em educação foi procurar conversar diretamente com vários professores. As primeiras informações obtidas nos levaram a tomar consciência das reais condições do ambiente de trabalho nas escolas públicas municipais de Altamira, das condições físicas das salas, cadeiras, quadro-branco, quadro-negro, o tamanho das salas, as condições de ventilação, a higiene, a quantidade de alunos por sala, as condições de segurança dentro e fora da sala de aula.

## **2. O AMBIENTE DE TRABALHO NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO PÚBLICO.**

Durante dois meses, pesquisamos com os profissionais da educação e com SINTEP (Sindicato dos Trabalhadores da Educação do Pará) a fim de obter dados reais e concretos para análise das condições físicas do ambiente escolar. A pesquisa foi realizada com dez professores da rede municipal de ensino. Dentre os profissionais entrevistados todos estavam em plena atividade de ensino.

Aplicamos um questionário, composto por doze perguntas de estruturação discursiva, acerca do tema *ambiente de trabalho*, conforme se verifica a seguir:

1. *A estrutura física das salas de aula é adequada para um bom desempenho profissional?* A maior parte dos professores respondeu que não. Alguns relataram que as salas são pequenas para quantidade de alunos, outros enfatizaram o piso, que não é adequado para as crianças e ainda oferecem riscos. Outro fator que também foi citado como relevante é a questão da pintura, as salas passam por um longo período sem reforma, ficando assim com a estrutura completamente comprometida.

2. *As cadeiras – sala de aula e sala dos professores – são confortáveis?* Nesta questão, unanimemente a resposta foi *não*. Os docentes relatam que as cadeiras são extremamente desconfortáveis e que culmina significativamente o aparecimento de dores na região lombar.

3. *As salas de aula são arejadas?* Não, foi a resposta da maior parte dos docentes. Alguns relatam que as salas são quentes e sem ventilação. Porém, é interessante ressaltar que outros destacam que, na escola onde trabalham, as salas são arejadas e possuem iluminação adequada.

4. *O espaço das salas de aula é satisfatório para desenvolver uma aula de qualidade?* A maioria respondeu que sim, que embora haja fatores negativos, os mesmos não interferem relevantemente na qualidade da aula ministrada. Entretanto, alguns professores relataram que, as dificuldades encontradas no espaço da sala de aula provocam, sim, uma diminuição na qualidade do processo de ensinoaprendizagem.

5. *As salas são barulhentas?* A maioria respondeu que sim e, relatam que as escolas nas quais lecionam estão localizadas próximas a ruas com movimento acentuado de veículos. Segundo respostas dos docentes, esse fator causa incômodo auditivo; dispersa a atenção dos alunos e do professor e ainda força o professor a elevar o tom da voz, provocando assim, desconforto e dores nas cordas vocais.

6. *O acesso as escolas é bom?* Esta pergunta é referente à localização da escola. A maioria dos profissionais respondeu que sim, que a escola na qual lecionam está localizada em uma rua trafegável e de acesso facilitado com razoável pavimentação.

7. *Qual o seu meio de transporte? (Casa/Escola – trabalho).* Dentre os profissionais questionados, a maioria vai para o trabalho a pé ou usa bicicleta/moto. Poucos utilizam carro próprio como meio de transporte casa/trabalho.

8. *A escola esta localizada em área de risco?* Sim. De acordo com as entrevista foi possível notificar que todas as escolas nas quais os entrevistados trabalham possuem algum fator de risco. Algumas por estarem localizadas em ruas e avenidas com alto fluxo automobilístico, o que causa uma grande preocupação com relação a acidentes, outras em bairros de classe média baixa, com notável índice de violência, o que promove insegurança, tanto para os profissionais da educação quanto para os alunos.

9. *Existe segurança no interior da escola? E exteriormente?* Nessa questão a maioria das respostas foi afirmativa, salvo alguns casos isolados de violência e *agressão verbal*. Porém, é relevante citar que alguns docentes não se sentem seguros no ambiente escolar e encontram uma desmedida insegurança em relação à segurança exterior.

10. *Existe alimentação para o corpo docente da escola?* Resposta unânime: *sim*. A merenda escolar, servida para a classe discente, também é servida para os professores.

11. *Qual a média de alunos por classe?* Tomando uma média geral dos professores entrevistados, podemos citar que a maioria possui cerca de 30 alunos por classe. No entanto, alguns chegam a ter 40 alunos por sala.

12. *Quanto à higiene da escola, ela existe em todo o ambiente escolar?* Também foi possível verificar unanimidade uma resposta afirmativa. Os docentes descrevem as escolas como sendo um ambiente bem higienizado. Interessante ressaltar que essa higienização ocorre no limite, com o mínimo necessário. Ou seja, para os professores as escolas encontram-se no limite entre a limpeza e a sujeira.

Desta primeira parte do questionário aplicado aos docentes é possível observar diversos problemas, principalmente em relação à estrutura física das escolas, que acarretam danos à saúde no profissional docente. Dentre os problemas mais recorrentes citados pelos professores, temos o uso do quadro-negro – o pó de giz é extremamente prejudicial à pele, à garganta e compromete também a visão e pulmões. Ainda é muito comum encontrarmos o quadro de giz na maioria das escolas públicas do município.

A estrutura elétrica também é outro fator relatado. O ventilador de teto, que pouco ventila, geralmente fica localizado por baixo das lâmpadas que oferecem iluminação precária. Esse tipo de estrutura provoca uma sombra giratória que em longo prazo deixa efeitos colaterais irreversíveis na visão dos professores e, conseqüentemente, provoca danos à visão dos alunos também.

Este trabalho não trata de encontrarmos a etiqueta adequada para classificarmos o professor doente, nem de fazermos apologia de uma nova síndrome e respectivo tratamento, quase sempre medicamentoso. Pelo contrário, devemos assumir a miopia de nossos instrumentos de leitura diante da aceleração vertiginosa que marca a velocidade da época e, assim, escaparmos das lentes que medicalizam a vida. É nesta perspectiva que olharemos para o sofrimento docente, problematizando os múltiplos vetores que concorrem para a sua produção. Que forças concorrem e se afirmam na fabricação do professor estressado, desvitalizado, despotencializado, enfim, do professor adoecido.

Há dois séculos Karl Marx já dizia que as épocas econômicas são distintas não pelo *como* é feito a mais-valia, mas sim, pelo ambiente *onde* ocorre o processo de trabalho (MARX, 1988). O ambiente precisa estar em condições favoráveis para que o resultado do processo de trabalho seja um produto de qualificação. Só assim, com qualidade, o trabalho consegue atingir seu propósito, que é suprir necessidades do homem.

## RELAÇÕES SOCIOECONÔMICAS E POLÍTICAS NO AMBIENTE ESCOLAR

O trabalho docente é indispensável na área educacional e apresenta várias especificidades, visto que é um trabalho cujo produto não se separa do ato de produção. É um trabalho traduzido por conhecimentos, idéias, conceitos, valores, atitudes, símbolos que interagem através das relações pedagógicas historicamente determinadas que se formam entre os homens.

Para Tardif (2009), a escola moderna reproduz, no plano de sua organização interna, um grande número de características tiradas do mundo usineiro e militar do Estado. Ela trata uma grande massa de indivíduos de acordo com padrões uniformes por um longo período de tempo, para reproduzir resultados semelhantes; submete esses indivíduos (professores e alunos) a regras impessoais, gerais, abstratas, fixadas por leis e regulamentos; estabelece um sistema de vigilância, de punições e recompensas que não se limitam aos “conteúdos da aprendizagem”, mas incluem também suas formas e modos: atitudes e posturas corporais, modos de se exprimir, de sentar-se etc. Dentro da escola, o trabalho escolar – ou seja, o conjunto de tarefas cumpridas pelos agentes escolares, inclusive os alunos – é ele próprio, padronizado, dividido, planejado e controlado. Os professores encontram-se integrados a uma estrutura celular do trabalho, sobre a qual se sobrepõe uma burocracia impositiva.

Pode-se dizer que a escola e o ensino têm sido historicamente invadidos e continuam ainda a sê-lo, por modelos de gestão e de execução do trabalho oriundos diretamente do contexto industrial e de outras organizações econômicas hegemônicas. O que chamamos “condições de trabalho” dos professores corresponde a variáveis que permitem caracterizar certas dimensões quantitativas do ensino: o tempo de trabalho diário, semanal, anual, o número de horas de presença obrigatória em classe, o número de alunos por classe, o salário dos professores, entre outras.

Tendo em vista o exposto, a seguir, passaremos à segunda parte do questionário aplicado aos professores da rede pública do município de Altamira, o qual enfatiza as relações socioeconômicas e políticas no interior das escolas.

Esta parte do questionário, composta por treze questões, e tem por objetivo analisar sistematicamente se e *o quanto* estas relações implicam na saúde do trabalhador docente, conforme se observa a seguir.

1. *Você é efetivo ou contratado?* Dentre os profissionais entrevistados, a maioria é efetiva.

2. *Qual o valor da hora-aula?* Para os que possuem nível médio, o valor da hora aula é R\$5,82 (cinco reais e oitenta e dois centavos), enquanto que para os que possuem nível superior o valor é de, aproximadamente, R\$7, 90 (sete reais e noventa centavos). Dentre os entrevistados, 06 (seis) têm curso superior e 04 (quatro) o estão cursando.

3. *Qual sua carga horária total diária e mensal?* Tendo em vista que a maior parte dos entrevistados possui cargo efetivo, a maioria possui, assim, 8 (oito) horas diárias de atividades escolares em sala de aula.

4. *Você possui tempo disponível para planejamento de aula?* Por unanimidade, a resposta foi negativa. Todos os professores relataram que a falta de tempo para o planejamento escolar, no ambiente escolar, acarreta uma sobrecarga de trabalho no ambiente familiar.

5. *Qual sua média, em horas, de descanso diário?* Tendo em vista que a maioria das pessoas entrevistadas é de mulheres, grande parte é casada e tem filhos. O horário de descanso fica extremamente diminuído e precisa ser bem distribuído entre esposo, filhos, tarefas de casa e ainda as tarefas extra-escolares. Sendo assim, o tempo de descanso, propriamente dito, só acontece no momento de dormir.

6. *Você possui um tempo discriminado para o convívio familiar e lazer?* A maior parte respondeu que *sim*. Porém, todos se queixam que esse tempo é insuficiente e que gostariam de passar mais tempo com a família e de acompanhar mais de perto o desenvolvimento dos filhos. Ou seja, o tempo para o convívio familiar ficou comprometido, pois, em casa, os professores têm de planejar aula, corrigir provas e trabalhos, dentre outras atribuições discriminadas na questão 5 acima.

7. *Como você avalia a sua relação professor-professor; professordireção; professor aluno; professor-comunidade?* A maior parte dos professores descreve uma relação razoável, no limite do bom convívio. Salvo algumas exceções, que sempre ocorrem, de um modo geral há uma relação estável no ambiente escolar.

8. *Você já foi transferido da escola em que leciona – lecionava – por motivos políticos?* Não. Essa foi a resposta da maioria das pessoas entrevistadas. Porém, é relevante ressaltar que houve relatos de professores que foram transferidos da escola na qual trabalhavam por motivos de oposição partidária, onde sofreram represálias e constrangimento moral.

9. *Você já foi punido com redução de carga horária em consequência de escolhas políticas?* Entre os entrevistados ninguém sofreu esse tipo de punição.

10. *Você já sofreu assédio moral ou sexual no ambiente escolar?* Em média metade dos professores respondeu que sim, que em algum momento já sofreu algum tipo de assédio. Alguns relatam ter sofrido assédio por parte de alunos, outros por parte de professores e, ainda há os assediados pela direção, coordenação, vigilantes etc.

11. *Você já se sentiu coagido profissionalmente no período eleitoral? Como aconteceu?* A minoria respondeu que não, com ressalvas a alguns profissionais que relatam que se sentiram coagidos nesse período por medo de perder carga horária, alguns de serem transferidos para zona rural, e outros, ainda, descreveram o medo que sentiram em perder o cargo ocupado.

12. *Você sofre algum tipo de pressão a fim de que sejam atingidas determinadas metas? Sim* foi a resposta unânime dos entrevistados. Todos descreveram que esse tipo de problema é muito comum. Existe uma pressão considerável por parte da coordenação para que esses profissionais atinjam metas pré-estabelecidas pelas secretarias de educação do município. São metas de frequência escolar dos alunos, metas de aprovação dos alunos etc.

13. *Você se sente um profissional realizado na área da educação?* A maioria respondeu que sim, que embora a profissão apresente diversas problemáticas, nos mais diversos níveis, esses profissionais sentem-se realizados e gostam do que fazem. Porém almejam um ambiente físico adequado para realização das atividades e gostariam de receber renumeração digna para a classe e, principalmente, desejam que o docente seja mais valorizado, enquanto profissional.

Tendo em vista os relatos dos professores sobre as relações de trabalho e, seguindo os estudos realizados – anteriormente – das implicações dessas relações na saúde docente, apontamos alguns problemas que foram diversas vezes citados pela classe em questão. De acordo com os professores entrevistados, a carga horária do docente produz um nível de estresse e cansaço acentuado, tendo em vista que eles não gozam de tempo para o planejamento curricular no ambiente escolar. Essa atividade acaba sendo feita em casa no momento de um suposto “descanso”. A carga horária também indisponibiliza os profissionais de participar de outras atividades ligadas à educação.

Torna-se comum, no ambiente escolar, a valorização das técnicas de gerenciamento, transformando o aluno em consumidor de ensino e o professor em funcionário treinado e competente. Assim, a escola vai aos poucos preparando mão-de-obra com as novas exigências do mercado de trabalho e tratando o ensino público como mercadoria, trazendo no bojo o tecnicismo que reduz os problemas sociais a questões administrativas, esvaziando os campos sociais e político do debate educacional, transformando os problemas da educação em problemas do mercado e de técnicas de gerenciamento. No entanto o profissional docente não está, de modo algum, longe dessa problemática vivida por todos os ramos profissionais. Podemos dizer, até, que o corpo docente está relevantemente mais exposto a diversos problemas do que várias outras profissões.

Silva (2005) ressalta que na economia política, a categoria trabalho é apresentada, apenas, como produção de mercadorias, ou como emprego. Nessas condições, o trabalho é degradante para o homem. Ao discutir a relação homemtrabalho, Marx (cf. MANACORDA, 1991, *apud* Silva) emprega, às vezes, também o termo “trabalho” como “vida produtiva” ou “atividade humana”. Porém, em geral, tal emprego é feito, exatamente, para especificar que essa atividade livre e consciente – nas condições acima ressaltadas – impede a satisfação de necessidades humanas, pois implica a exploração do homem pelo homem. Assim, para Marx, o trabalho seria destruidor e desmoralizador para a classe trabalhadora. Como a educação burguesa se volta ao atendimento das necessidades desse tipo de trabalho, também podemos considerá-la como negativa para o homem e, portanto, desmoralizadora.

Podemos afirmar que séculos se passaram, mas as implicações negativas das condições de trabalho e suas implicações na saúde do trabalhador continuam indubitavelmente relevantes. O trabalho deixa sua marca registrada em cada indivíduo, e nos professores não é diferente. Os profissionais entrevistados relatam constantes dores nos membros

inferiores devido ao longo tempo que ficam em pé; dores nos membros superiores, em consequência da má estrutura do quadro que, além de ser alto, os professores o utilizam por períodos longos de tempo, provocando assim dores constantes nos braços e mãos. Descrevem ainda constantes dores de cabeça, em decorrência do barulho em sala de sala, barulhos externos, agitação dos alunos, consequência de uma noite mal dormida etc.

Atualmente o papel do professor extrapolou a mediação do processo de conhecimento do aluno, o que era comumente esperado. Ampliou-se a missão do profissional para além da sala de aula a fim de garantir uma articulação entre a escola e a comunidade. O professor, além de ensinar, deve participar da gestão e do planejamento escolares, o que significa uma dedicação mais ampla, a qual se estende às famílias e à comunidade.

Verificamos que as atribuições aos docentes têm aumentado imensuravelmente. Porém, as condições físicas das escolas e a estrutura hierárquica do ambiente escolar dificultam bastante o desenvolvimento do trabalho docente. As políticas públicas voltadas ao campo educacional não incluem e nem promovem a diminuição do impacto das relações de trabalho e das condições de trabalho na saúde do professor. Essa problemática acarreta uma bola de neve, pois são diversos profissionais da educação, debilitados, estressados, deprimidos. Assim, esse problema gera muitos atestados médicos e diversas e repetidas readaptações.

Para Tardif (2009), o ensino é um trabalho burocratizado cuja execução é regulamentada, mas que também repousa sobre a iniciativa dos atores e que requer de sua parte certa autonomia. Esse trabalho é definido por regras administrativas e depende, igualmente, ou mais ainda, da atividade responsável e autônoma dos professores e de seu envolvimento com a profissão.

A segunda categoria refere-se ao processo de ensino-aprendizagem, que engloba o planejamento a longo, médio e curto prazo (ano, período e dia) da matéria, sua superação em seqüências hierárquicas, as transformações da matéria, sua separação em seqüências hierárquicas, as transformações da matéria conforme o planejamento e a aprendizagem que consideram as preocupações afetivas dos alunos, sua motivação, seu nível, sua heterogeneidade etc.

## O TRABALHO E SUAS IMPLICAÇÕES NA SAÚDE DOCENTE

Trataremos, então, da terceira parte do questionário aplicado aos professores. Esta parte trata as implicações das relações de trabalho na saúde dos profissionais da educação é composta por dez questões, abaixo relacionadas:

1. *Você já foi afastado do trabalho por problemas de saúde, decorrentes da sua profissão (professor)?* Sim foi à resposta da maior parte dos entrevistados. Eles relatam o afastamento pelos mais variados motivos. Uns ressaltam a hierarquia na gestão escolar como a principal causa dos problemas de saúde como o estresse, a depressão, a baixa estima.

Outros relatam as condições físicas das escolas como as cadeiras, que não são, de modo algum, confortáveis e geralmente promovem dores na coluna vertebral, o giz, que causa irritação nas amídalas, nos olhos, manchas na pele, problemas pulmonares etc., o excesso de alunos nas salas, que exige do professor atenção redobrada e isso provoca dores de cabeça, estresse, dor na garganta. A carga horária de trabalho é um dos itens mais recorrentes, pois, segundo os entrevistados, provoca cansaço físico, dores musculares, desequilíbrio emocional por, às vezes, não conseguir conciliar trabalho, filhos, esposo, fazer exercícios físicos, ir a uma festa, fazer compras, planejar aulas, ir ao salão, jogar bola, sair com os amigos, passear com a família, fazer uma viagem.

2. *Por quanto tempo?* O tempo de afastamento varia bastante de professor para professor e pode ser de um a seis meses.

3. *Houve reincidência?* A maioria relata que sim, que sempre ocorre reincidência devido à persistência dos problemas acima relacionados.

4. *Houve reabilitação?* Sim. Na maior parte dos casos ocorreu reabilitação/readaptação.

5. *Qual seu principal problema de saúde?* Os problemas de saúde relatados pelos docentes são diversos. Porém, ainda é interessante ressaltar que todos relatam mais de um problema, ou seja, são um conjunto de *dores* nas mais diversas formas. Dentre eles podemos destacar dores nos membros superiores e inferiores, dores de cabeça, rinite, alergia, cansaço físico e mental, depressão, vertigem, desequilíbrio emocional, fadiga, dores na garganta, dores musculares, insônia, baixa auto-estima, problemas gástricos e, principalmente, estresse.

6. *Qual foi o fator que desencadeou esse problema?* A maioria dos entrevistados relata mais de um fator para os problemas de saúde apresentados, ou seja, é um conjunto de fatores, de ações e reações que desencadeiam as doenças relacionadas. Dentre esses fatores destacamos a carga horária excessiva; as estruturas físicas das escolas; a hierarquia na gestão escolar; super lotação nas salas de aula; falta de recursos financeiros para a realização de atividades extraclasse; a pressão para que as metas pré-estabelecidas sejam cumpridas e, em alguns casos, a falta de segurança no interior e exteriormente a escola, outro fator que também foi ressaltado pelos docentes a respeito da lei de inclusão dos portadores de necessidades especiais, segundo os mesmos não existe suporte físico, didático tão pouco qualificação profissional para trabalhar com esses alunos.

Isso implica em mais uma *sobrecarga de trabalho*.

7. *O que precisa mudar no ambiente escolar a fim de evitar outros problemas, reincidências e até mesmo problemas futuros?* Dentre as resposta obtidas, a maior parte acredita que a reforma escolar, a renumeração salarial adequada, a redução da carga horária, uma reformulação no modo de gestão escolar, a revisão das leis de integração dos portadores de deficiências, tudo isso certamente promoveria uma melhora significativa no que concerne o bem estar social e a saúde do profissional docente.

8. *Você já sofreu acidente no trabalho?* Os entrevistados não relataram qualquer tipo de acidente.

9. *Você sente insônia?* A maioria dos docentes descreveu crises de insônia, devido à fadiga e cansaço físico e mental.

10. *Você tem algum vício? Ele é decorrente da profissão?* Entre os profissionais docentes entrevistados nenhum relatou possuir qualquer tipo de vício decorrente da profissão

De acordo com os resultados das pesquisas realizadas nos meses de abril e maio de 2010 e, segundo dados oficiais da Secretaria municipal de educação (SEMEC), no mês de abril, 31 (trinta e uma) pessoas da área de educação deram entrada com a licença-saúde. Dentre estes, 02 (dois) são professores e 16 (dezesesseis) professoras, ou seja, soma um total de *18 profissionais docentes fora da sala de aula por motivos de doença*. Quanto à

*readaptação*, 09 (nove) profissionais da educação tiveram *readaptação* provisória. Não houve *readaptação* definitiva durante o mês em questão. Porém, dentre os 09 *readaptados*, 06 (seis) são professoras. Não houve professor *readaptado*.

No mês de maio 22 pessoas da área educacional obtiveram licença-saúde: 02 (dois) professores e 15 (quinze) professoras. Houve 10 (dez) *readaptações*, 01 (um) professor e 09 (nove) professoras. Os afastamentos variam em média de 15 dias a 02 meses de licença e as *readaptações* variam de 01 mês a 06 meses. Contudo, podemos concluir que em abril a maior parte dos profissionais afastados e das *readaptados* são professores.

Em maio, a maioria dos afastamentos e das *readaptações* foi de profissionais do corpo docente. Nos dois meses citados, tanto nas licenças quanto nas *readaptações*, podemos notar que a maioria é composta por professoras. Isto porque o corpo docente do município de Altamira é formado por uma maioria de profissionais do sexo feminino; e trata-se de um grupo que está mais exposto a problemas familiares e sociais.

Outros problemas que ocupam lugar de destaque entre os mais citados pelos entrevistados são: irritações e alergias especialmente na pele e nas vias respiratórias provocadas pelo pó de giz; calos nas cordas vocais; sobrecargas musculares e para o sistema circulatório provocadas por excessiva permanência em posturas incômodas (muito tempo em pé ou em assentos não ergonômicos); trabalho que exige muita atenção com o público; conflitos nas relações pessoais motivados ou acentuados pela múltipla convivência (*idem* para aumento de possibilidade de contrair doenças infecciosas, parasitárias etc.); autoritarismo burocrático; excesso de responsabilidade para o tempo e os meios de que dispõe, obrigando-se o professor a realizar mal o seu próprio trabalho; insegurança cotidiana típica de serviço sobre o qual não se podem estabelecer normas precisas e quantidades de ações que resultem, necessariamente, no objetivo desejado, e conseqüente dificuldade de avaliação quanto aos resultados alcançados. Essa análise, assim como um dos antídotos para mudar esse quadro, é compartilhada pelos pesquisadores que tratam do tema.

O que se observa é que os docentes precisam ter um espaço de escuta institucional. É preciso democratizar as relações nas instituições. Pode-se substituir o giz e ter tratamento acústico, que são medidas importantes. Mas isso não dá conta do problema. O cerne é a organização do trabalho.

Segundo Tardif (2009), as variações da tarefa dos professores são difíceis de avaliar, considerando que elas incluem muitas atividades informais e sofrem muita influência de

diferentes fatores associado ao sexo, ao status empregatício, ao tamanho das escolas, à região, aos alunos, ao tamanho da turma etc. A definição das tarefas docentes é suscetível de interpretações e de negociações em função dos atores locais, das tradições próprias dos estabelecimentos, das relações de poder entre as diretorias e os professores etc.

Há indícios de que a organização do trabalho docente pode ser um dos fatores que adoece e agrava a doença dos docentes. O atendimento médico dos docentes é precário, demorado e não atende a todas as necessidades deles. Há professores que não vão ao médico porque podem descobrir o que é melhor não saber. Afinal de contas, toda consulta médica resulta numa receita. Há na escola, professores hipertensos, diabéticos com problemas nas cordas vocais, estressados, obesos. Essas são algumas das doenças que tem sintomas visíveis. Outras, também graves e com sintomas nem sempre visíveis, são a depressão, o desânimo, o mal-estar que muitos sentem e que não são tratados porque se considera que esta é uma profissão tão bonita e nobre que só isto já é motivo suficiente para manter a auto-estima elevada.

Há poucos cuidados preventivos com a saúde e os poucos que há não são levados a sério pela maioria dos docentes. Nas observações que fiz constatei que foram raras as semanas que não havia um ou mais professores afastados por problemas de saúde. Havia professores com doenças comuns que curam mais rápido. Por outro lado, havia outros com quadros depressivos, que tinham crises na escola, agredindo colegas, alunos, funcionários, além de ter crises de choro, entre outras reações.

Nesse sentido Silva (2005, p. 73) afirma:

[...] Se for exatamente verdade, como se demonstrou, que o trabalho é, nas condições históricas dadas, destruição do homem, criação de um poder estranho ao homem e que o domina, como pode o trabalho libertar o homem se é a causa da sua servidão? A resposta aos questionamentos consiste em dizer que é, de fato, adotando o trabalho como princípio fundamental da formação humana (como processo educativo) que se podem subverter as condições sociais e libertar o homem das limitações impostas pela atualidade. A relação ensino-trabalho, entendidos como elementos não separados, é fundamental para a emancipação humana. Mas se o trabalho, a atividade vital, é a manifestação do homem, a sua relação voluntária, consciente e universal com a natureza, o dever antropológico com a natureza etc. como é possível que, mesmo quando dadas todas as condições para a sua plena manifestação, seu reino permaneça o da 'necessidade' e não o da liberdade?

O autor ainda ressalta que para que os trabalhadores em educação acompanhem essa evolução rumo ao reino da liberdade é necessário que assumam a necessidade de considerar a educação a partir do seu trabalho diário na escola. E se faz presente, em nossa opinião, a necessidade da escola e, também, dos educadores, de lutar pela redução do trabalho em seu lado negativo, ampliando os conhecimentos necessários à emancipação social e, posteriormente, à formação unilateral.

A escola não estaria isenta destas contradições sendo possível, inclusive, que, por meio dela, seja transmitida aos trabalhadores a teoria técnica que lhes permitam a compreensão da sua real situação e uma leitura crítica da sociedade capitalista, fomentando, assim, a luta de classes no interior da escola. O marxismo compreende a educação como algo que transcende os muros da escola formal e indicam como elementos educadores dos trabalhadores, as associações, sindicatos e partidos políticos de classe.

O trabalho tem caráter “antinômico”, ou seja, possui expressões negativas e positivas, é condição para a formação histórica do homem. Assim, as intenções educativas de tornar evidentes as contradições do capitalismo, para possibilitar uma formação emancipacionista, devem tê-lo como base. O marxismo entende que o trabalho é o *princípio educativo fundamental dos homens* e, por isso, os trabalhadores devem impor a escola do trabalho, fundamentada na formação teórico-técnica, isto é, educação profissional e educação tradicional unidas.

Assim, podemos concluir que o ambiente de trabalho, assim como as relações de trabalho comprometem a saúde dos professores, entretanto, notadamente pode salientar que o mal estar docente causa um efeito desastroso na qualidade de ensino. Desta forma todos tem a perder os professores que perdem parcialmente sua saúde; a direção e coordenação escolar que precisam providenciar professores substitutos; as secretárias de educação, pois é um gasto dobrado nos cofres públicos, os alunos são prejudicados tendo em vista que o rendimento do professor doente fica reduzido, ou então quando este é substituído existe um período de adaptação do professor substituto com os mesmos.

Portanto, se queremos não somente sobreviver no trabalho e sim fazer do trabalho uma fonte de saúde e realização cabe a cada um de nós, mas do que chorar e lamentar iniciar um processo de mudança pessoal e institucional, com propostas construtivas e participativas. Administrar a própria saúde e buscar aliados para iniciar um movimento que leve a construção de espaços mais saudáveis no contexto de trabalho.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9.394/96. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF, 23 de dezembro de 1996.

GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. 9 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

IAMAMOTO, Maria V. *Trabalho e indivíduo social: um estudo sobre a condição operária na agroindústria canavieira paulista*. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2006.

MARX, Karl. *O Capital*. São Paulo: Nova Cultural. caps. V e XIII. (Col. Os Economistas 1988).

SILVA, Rozinaldo R. *Os limites e virtudes do projeto político pedagógico da Universidade Federal do Pará*. Belém: UFPA/Centro de Educação, 2005.

TARDIF, Maurice. *O trabalho docente: elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas*. 5 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

<sup>1</sup> Pedagogo, Mestre em Educação pela UFPA. Professor da Faculdade de Educação da UFPA. [rozinaldo@ufpa.br](mailto:rozinaldo@ufpa.br)

<sup>2</sup> Graduada em Licenciatura Plena em Pedagogia pela Universidade Federal do Pará – Campus de Altamira. Professora da Escola Municipal de Ensino Fundamental Carlos Leocárpio Soares. [verusaalmeida\\_8@hotmail.com](mailto:verusaalmeida_8@hotmail.com)

ARTIGO RECEBIDO EM 30.09.2010

ARTIGO APROVADO EM 19.10.2010

## RESENHA

BEZERRA, C. **Conhecimento, Riqueza e Política**: um estudo sob a ótica da teoria social de Marx e da Filosofia da Práxis de Gramsci. Maceió/AL: EDUFAL, 2009.

Sandra Regina Paz da Silva<sup>1</sup>

O livro **Conhecimento, Riqueza e Política**: um estudo sob a ótica da teoria social de Marx e da Filosofia da Práxis de Gramsci, de Ciro Bezerra, lançado pela Editora da Universidade Federal de Alagoas, insere-se dentre os estudos que buscam, de forma primorosa, contemporaneizar o poder explicativo e de análise do pensamento social marxiano. Nele, empreende-se um esforço que realça a perspectiva de Marx e de Gramsci de ciência, conhecimento e de processos educativos que se efetivam nas relações sociais e em instituições especializadas, vinculadas à superação da sociedade capitalista e à emancipação humana.

A obra tem dois objetivos básicos. O primeiro é analisar a relação trabalho e educação sob os fundamentos da teoria do valor trabalho, formulada por Marx, valendo-se, sobretudo, das categorias fetichismo e reificação, para explicar a dialética das relações sociais (infraestrutura) com as formas sociais (superestrutura), no âmbito do processo de produção e apropriação social de conhecimentos. O outro objetivo consiste em demonstrar os limites e possibilidades que o sistema escolar oferece para a construção de uma sociedade emancipada, mostrando os obstáculos éticos e políticos para se efetivar um projeto histórico, apoiando-se na *filosofia da práxis* de Gramsci. Entretanto, a obra não se esgota nesses objetivos; ela também demonstra porque a atividade pedagógica e intelectual é trabalho humano, tal como Marx e Engels compreendem esta categoria, como “atividade humana sensível”.

Para dar conta dos objetivos, o autor problematiza como, na modernidade capitalista, o trabalho pedagógico é, simultaneamente, um processo de socialização de conhecimentos e valorização do capital variável, isto é, da força de trabalho. É uma mercadoria especial que o processo de trabalho pedagógico transforma em profissional. As profissões são, assim, problematizadas, pelo autor, como máscaras que a mercadoria força de trabalho

assume no atual contexto da modernidade contemporânea. Ou seja, máscaras que se encarnam nas pessoas através de um complexo processo de personificação socioprofissional ou qualificação profissional. Para aprofundar tal problemática, o estudo encontra-se estruturado em dois capítulos que buscam enfatizar a complexidade das formas de apropriação do trabalho intelectual pelo capital.

Não obstante, o primeiro capítulo de *Conhecimento, Riqueza e Política* revela, em detalhes, como a dominação do capital plasma os diversos tempos e espaços pedagógicos reduzindo, nessa dominação, o trabalho pedagógico a um tempo homogêneo, monocultural e seriado, referenciado na medida específica que o quantifica na hora/aula. A hora/aula é, na perspectiva do autor, a forma que o capital encontrou para converter os socializadores de conhecimentos em assalariados e, portanto, em mercadorias. O conhecimento, fonte de enriquecimento da força de trabalho, pode ser produzido e apropriado num tempo socialmente necessário, período em que a mercadoria força de trabalho é valorizada e qualificada para atender às exigências do mercado de trabalho, processo que transforma o discente em capital variável. As questões norteadoras desse primeiro capítulo são: como ocorre o enriquecimento da força de trabalho pelo trabalho pedagógico que se realiza nas unidades de produção e apropriação social de conhecimentos? Como se operam a dominação e a exploração do capital nas unidades que socializam os conhecimentos, admitindo-se as relações sociais de produção e as formas sociais das instituições de ensino?

Com a teoria social de Marx, realizou-se uma crítica ao sistema educacional capitalista, desvendando o “invólucro mítico” da trama categorial que se dá entre trabalho pedagógico, diploma e certificado, mediados pelas formas sociais decorrentes das relações de produção entre capitalistas da educação, força de trabalho docente e força de trabalho discente.

O segundo capítulo tem a intenção de avaliar a possibilidade éticopolítica de superar a dominação do capital, valendo-se das teses do próprio Marx, que admite, nas teses sobre Feuerbach, que as contradições teóricas não são resolvidas nesse campo, senão através de uma ação prática dos seres humanos; e toda ação prática não é outra coisa que ação política. Com esse argumento, o autor entende que Marx politiza a produção e apropriação do conhecimento. Isso significa que a socialização dos conhecimentos não se realiza de forma neutra, sem juízo de valor, indiferente às lutas de classe, mas se move dentro dessas lutas e, portanto, fortalece as classes fundamentais em colisão. Assim, o segundo

capítulo de *Conhecimento, Riqueza e Política* revela, portanto, a imbricação entre a apropriação de conhecimento, entendido este como insumo do saber-fazer valores de uso e transferido a estes valores pelo trabalho humano, aprimorado na apropriação de conhecimentos.

Contudo, o segundo capítulo também ressalta a tese original, desenvolvida por Gramsci, acerca do trabalho humano e sua condição de ele possuir princípio educativo ou pedagógico que desenvolve a personalidade do trabalhador. Princípio que também se faz presente no trabalho educativo e que pode fortalecer a sujeição ou emancipação dos sujeitos pedagógicos na ação formadora da educação escolar. Desse modo, o autor entende que a tese do intelectual orgânico precisa estar associada à *teoria da filosofia da práxis e do campo das forças políticas* para percebermos a dimensão dos obstáculos ao projeto emancipatório na modernidade, postos pelo capital. A *teoria do campo das forças políticas* de Gramsci, para o autor, reflete a complexidade de subverter a ordem do capital, qual seja: os processos de fetichização e reificação responsáveis pela docilização do trabalhador assalariado, que se operam desde as instituições educacionais, pelo sistema formal de educação, e que são repostos pelos diversos complexos sociais onde se estabelecem as relações de dominação entre as classes.

Contudo, o livro é resultado de estudos e pesquisas que, pela sua densidade teórica e pela força de colocar o conhecimento e a ciência a serviço da luta política para construir uma sociedade mais justa e humana, torna-se leitura obrigatória a todos aqueles que estão comprometidos com a emancipação humana. É, pois, uma obra de interesse para formar intelectuais de novo tipo nas universidades, escolas, movimentos sociais, sindicatos e partidos políticos. E, na tarefa ético-política, esse interesse pode ser vinculado à superação do sistema capitalista.

<sup>1</sup> Doutoranda do Programa de Pós-Graduação da UFPE